



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

**OS IMPACTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS DO
PROGRAMA PROSAMIM NA PAISAGEM DE MANAUS**

ELIZANGELA FRANCISCA SENA DE ARAÚJO

**MANAUS
2011**

ELIZANGELA FRANCISCA SENA DE ARAÚJO

**OS IMPACTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS DO
PROGRAMA PROSAMIM NA PAISAGEM DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura da Amazônia, área de concentração: Redes, Processos e Formas de Conhecimento.

Aprovado em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Nelson Matos de Noronha
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade
Universidade Federal do Amazonas

Prof.Dr. Silvio Murilo de Azevedo
Faculdade Metropolitana de Manaus

MANAUS - 2011



ELIZANGELA FRANCISCA SENA DE ARAÚJO

**OS IMPACTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS DO
PROGRAMA PROSAMIM NA PAISAGEM DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura da Amazônia, área de concentração: Redes, Processos e Formas de Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Matos de Noronha

**MANAUS
2011**

A663i Araújo, Elizangela Francisca Sena de
Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do programa PROSAMIM na
paisagem de Manaus. / Elizangela Francisca Sena de Araújo. - Manaus, AM
: UFAM, 2011.
112 f.: il. color. ; 30 cm

Inclui referências.

Dissertação (Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia).
Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Nelson Matos de
Noronha.

1. Urbanismo 2. Planejamento urbano 3. Arquitetura – Manaus (AM) I.
Noronha, Nelson Matos de (Orient.) II. Título

CDU (2007): 911.375.1(811.3)(043.3)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por permitir-me estar aqui e me dotar de capacidade, sabedoria e força para vencer as barreiras e seguir em frente.

Aos meus pais, Luiz e Elcina (*in memoriam*), que foram responsáveis pela minha existência e me ensinaram a ter dignidade, amor, paz de espírito e respeito aos outros.

Ao meu amado esposo Inaldo, que tantas vezes me encorajou a continuar nos momentos de profundo desespero. Muito obrigada pelo seu amor e proteção e por continuar acreditando em mim.

Ao meu lindo e amado filho Gabriel Chardin: Você, sem dúvida é o melhor que já me aconteceu, seu sorriso ilumina a minha vida e não me deixa desistir jamais. Amo você.

Aos meus irmãos Sheila, Carlos, Clovis, Júnior e sobrinhos, que de uma forma ou de outra me ajudaram na construção deste conhecimento e pesquisa. Obrigada pelo carinho, amor e força nesta caminhada.

Às minhas grandes amigas Raquel Salgado e Altaci Rubim, que por inúmeras vezes estiveram ao meu lado nesta caminhada, encorajando-me e ajudando nas correções e nas discussões. Cresci muito humanamente e intelectualmente com vocês.

Aos meus queridos amigos Luciane Salorte, Kellen Marcião e Eudes Lopes, Alexandre Montefusco pelas calorosas discussões a respeito da cidade: Vocês contribuíram grandemente para esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, que me orientaram na construção do meu ensino e pesquisa.

Aos Professores Doutores João Bosco Ladislau de Andrade e Antonio Carlos Witkosky, pelas sugestões construtivas que fizeram no Exame de Qualificação.

E ao meu orientador, Professor Doutor Nelson Matos de Noronha, pela contribuição durante esta caminhada. Obrigada!

Das grandes cidades, células e centro do mundo, vêm a paz e a guerra, a riqueza ou a miséria, a glória, o triunfo do espírito e da beleza. A grande cidade reflete a potência do homem (...). A grande cidade dita na lei, na paz e na guerra, em matéria de trabalho. As grandes cidades são fábricas de ideias onde se elabora o funcionamento do mundo inteiro.

Le Corbusier, 1924

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre “Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do Programa PROSAMIM na Paisagem de Manaus”. Procura investigar as bases documentais e bibliográficas através dos discursos de seus agentes criadores e executores para abordar os impactos arquitetônicos e urbanísticos, causados pela intervenção do Programa na paisagem da cidade e as mudanças ocorridas em função dessas intervenções, tomando por base um novo contexto habitacional e urbanístico definido pelas políticas públicas em Manaus. Analisar o conceito, as funcionalidades e setorizações das habitações, juntamente com as técnicas desenvolvidas no projeto de arquitetura, implantados pelo Programa PROSAMIM; verificar em que medida o PROSAMIM é capaz de auxiliar na reversão do quadro de desequilíbrio urbano na cidade de Manaus, para compreender o processo de organização espacial causado pela implementação do mesmo.

Palavras-chave: PROSAMIM; Paisagem Natural e Artificial; Impacto Arquitetônico e Urbanístico.

ABSTRACT

This paper presents a literature on "Impacts of the Programme in architectural and urban landscape PROSAMIM in Manaus. Investigates the documentary and bibliographic databases through the speeches of its agents creators and implementers to address architectural and urban impacts caused by the intervention program in the city landscape and changes in function of these interventions building on a new context of housing and urban defined by public policy in Manaus. To analyze the concept, features and sectors housing along with the techniques developed in the architecture design, implemented by the Program PROSAMIM; check to what extent the PROSAMIM can help reverse the state of imbalance in the city of Manaus city, including the process spatial organization caused by the implementation.

Keywords: PROSAMIM; Artificial and Natural Landscape; Architectural and Urban Impact.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A cidade flutuante.....	51
Figura 2	Igarapé Manaus: condições de moradia e pontes de madeira que interligam as palafitas, antes e depois da intervenção do PROSAMIM.....	67
Figura 3	Execução de macrodrenagem para criação de solo para implantação de um conjunto habitacional do PROSAMIM.....	72
Figura 4	Esquema de macrodrenagem para criação de solo.....	73
Figura 5	Leito do igarapé do Cachoeirinha.....	79
Figura 6	Vista aérea do Igarapé do Quarenta.....	80
Figura 7	Igarapé do Mestre Chico: foz do igarapé.....	83
Figura 8	Igarapé do Mestre Chico: condições de moradia.....	84
Figura 9	Igarapé Bittencourt: trechos do leito e condições de moradia.....	84
Figura 10	Igarapé Manaus: trecho do igarapé com palafitas em situação de risco.....	85
Figura 11	Presença de lixo no leito do igarapé após a intervenção do PROSAMIM.....	87
Figura 12	Tipos de moradias de Manaus na década de 50.....	89
Figura 13	Tipos de moradias em Manaus na primeira década do século XXI.....	90
Figura 14	Tipologia das habitações do PROSAMIM, implantados no Parque Residencial Manaus.....	91
Figura 15	Imagens do Parque residencial Prof. José Jefferson Carpinteiro Peres, localizado no antigo Igarapé de Manaus depois do solo criado pela intervenção para construção de unidades habitacionais, que representam a produção em série afirmada por Le Corbusier (2009).....	92
Figura 16	Conjunto Habitacional Jefferson Perez – PROSAMIM, paisagem artificial produzida pelas ações do Programa.....	96
Figura 17	Vista aérea do parque Senador Jefferson Peres antes e depois da intervenção do PROSAMIM, a modificação da paisagem natural pela transformação em espaço artificial.....	100
Figura 18	Imagens do mobiliário urbano do Parque Senador Jefferson Peres depois da intervenção.....	100

Figura 19	Passagem inferior São João e Anti-Mary no bairro da Cachoeirinha antes e depois da intervenção.....	100
Figura 20	Ponte Benjamim Constant que liga o centro da cidade ao bairro da Cachoeirinha antes e depois da intervenção do PROSAMIM.....	101
Figura 21	Vista aérea do igarapé antes e depois da intervenção e da construção de unidades habitacionais.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Base Cartográfica. Laboratório de Cartografia – DEGEO/UFAM.....	43
Mapa 2	Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaós, levantada por João Miguel Ribas e desenhada por Willy Von Bancelis – Lisboa (1895)....	46
Mapa 3	Base Cartográfica. Laboratório de Cartografia – DEGEO/UFAM.....	53
Mapa 4	Áreas de intervenção das obras.....	71
Mapa 5	Mapeamento das zonas da cidade de Manaus.....	75
Mapa 6	Bacia dos Educandos.....	76
Mapa 7	Áreas de intervenção do PROSAMIM.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COHAB	Companhia de Habitação Popular
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDDR	Plano de Ações para Reposição de Moradia, Remanejamento População e Atividades Econômicas
PEAS	Plano de Educação Ambiental e Sanitário
PEPAC	Plano Especifico de Participação Comunitária
PER	Plano Especifico de Reassentamento
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
UGPI	Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
IG	Igarapé

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: A PAISAGEM E O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES E O URBANO	25
1.1 Paisagem, percepção e conhecimento	25
1.2 O natural e o artificial na paisagem	27
1.3 O espaço como protagonista da arquitetura	28
1.4 A origem e o conceito de cidade	34
1.5 Manaus: o espaço (re)velado na arquitetura da cidade	42
CAPÍTULO 2: ASPECTOS HABITACIONAIS E SOCIAIS DO ESPAÇO	57
2.1 Espaços habitados: aspectos da arquitetura moderna	57
2.2 Aspectos sociais do espaço habitado	62
CAPÍTULO 3: IMPACTOS DO PROSAMIM	66
3.1 A urbanização espacial (des)igual para todos e seus impactos	66
3.2 Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do PROSAMIM	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta a temática “Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do Programa PROSAMIM na paisagem de Manaus”, cujo objetivo principal é investigar através das bases documentais e bibliográficas os discursos de seus agentes criadores e executores para abordar os impactos arquitetônicos e urbanísticos causados pela intervenção do Programa na paisagem da cidade e as mudanças ocorridas em função dessas intervenções, tomando por base um novo contexto habitacional e urbanístico definido pelas políticas públicas em Manaus.

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM foi criado pelo Governo do Estado, em coordenação com o Governo Municipal, em 14 de abril de 2005, por meio da Lei-Delegada n.º 02¹, em uma ampla gama de ações e intervenções para resolver os problemas sociais e ambientais dos igarapés de Manaus.

O objetivo do Programa é contribuir para as soluções das problemáticas ambiental, social e urbanística que afetam a população, focando as condições de saúde nas áreas de intervenção, através da reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas e de resíduos sólidos, recuperação das áreas ambientais, melhoria das condições de habitação da população, regularização das propriedades de uso do solo e implantação de áreas de lazer, assim sendo, priorizou as áreas de igarapés da cidade.

Em 29 de julho de 2005, por meio da Lei-Delegada n.º 57², foi criada a Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM – UGPI, responsável pelas estratégias de intervenção nas áreas de afetação do Programa, cuja atuação está baseada em quatro pilares fundamentais onde dois são de caráter corretivo e dois de caráter preventivo, o que será trabalhado no terceiro capítulo desta *dissertação*.

Esta pesquisa também buscou analisar o conceito, as funcionalidades e as setorizações das habitações, juntamente com as técnicas desenvolvidas no projeto de arquitetura, implantados pelo Programa PROSAMIM e verificar em que medida o

¹ Lei-Delegada é um ato normativo elaborado pelo chefe do poder executivo no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com a autorização da sua respectiva Casa Legislativa para casos de relevância e urgência, quando a produção de uma Lei ordinária levaria muito tempo para dar uma resposta à situação. A Lei – Delega n.02 criou o PROSAMIM pelo então Governador Eduardo Braga.

² A Lei-Delegada n. 57 criou a Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM-UGPI pelo então Governador Eduardo Braga.

Programa é capaz de auxiliar na reversão do quadro de desequilíbrio urbano na cidade de Manaus, compreendendo o processo de organização espacial causado pela implementação do mesmo. Nesse sentido, a pesquisa ainda buscou responder a problemática habitacional e urbanística dentro da paisagem de Manaus, cujas implicações mudaram de forma significativa a malha urbana da cidade.

O *locus* da pesquisa bibliográfica foi a UGPI, a qual nos disponibilizou os documentos oficiais para serem analisados. Os documentos cedidos pela UGPI informam as áreas de intervenções do Programa PROSAMIM, que abrange duas Bacias Hidrográficas³ da cidade de Manaus, a Bacia Educandos-Quarenta e a Bacia do São Raimundo. Entretanto, a pesquisa foi realizada somente nas construções arquitetônicas nas margens dos Igarapés da Bacia Educandos-Quarenta, que compreende os seguintes igarapés: Quarenta, Cachoeirinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico. A pesquisa também aborda as transformações urbanísticas causadas pelo Programa numa perspectiva de analisar os impactos ocasionados pelas intervenções na paisagem da cidade, dialogando com conceitos e categorias acometidos na *dissertação* sobre os temas pertinentes.

Nesse sentido, o Programa PROSAMIM abrange a Bacia Educandos-Quarenta, que se localiza na porção sudeste da cidade, compreendendo parte do Centro e os bairros Praça 14, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroadó, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e 80% do Distrito Industrial, porém, nossa pesquisa se delimita em recorte sobre as áreas da parte central, bairros Praça 14, Cachoeirinha e Educandos.

A coleta de dados foi feita por meio de informações e documentos fornecidos pela UGPI e Superintendência de Habitação – SUHAB, dando-se de forma coerente e concisa, tendo como meta apontar os principais pontos de impactos urbanísticos e arquitetônicos, tais como: os aspectos das áreas de intervenção do Programa, suas características e mudanças espaciais e paisagísticas dentro do contexto urbano, os impactos arquitetônicos como as mudanças de habitação, funcionalidades e normas legais e específicas para construção dessas habitações e seus efeitos tipológicos e estéticos sobre a paisagem de Manaus.

³ Bacia Hidrográfica é um conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes; a ideia de bacia hidrográfica está associada à noção da existência de nascentes, divisores de águas características dos cursos de água, principais e secundárias, denominadas afluentes e subafluentes (*Site rededasaguas.org.br*).

O quadro teórico desta pesquisa é determinado pelo diálogo com as teorias sobre a cidade, sua origem e concepções, numa perspectiva subjetiva, visando à compreensão de um contexto arquitetônico e urbano, enfatizando as transformações causadas pelo adensamento populacional decorrente de processos migratórios dentro da malha urbana de Manaus.

Para responder essas inquietações, esta dissertação está estruturada em três capítulos, cujo primeiro, intitulado a *Paisagem e o Espaço: a construção das cidades e o urbano* traz um contexto histórico da origem das cidades, além de conceitos de categorias como paisagem, percepção e espaço. De maneira teórica abordaremos as diferentes categorias de paisagem e suas formas, com teóricos, como Milton Santos (2008) que aborda paisagem dentro do campo visual e discute as relações da paisagem como espaço, a dimensão de percepção visual enfocando o que cada indivíduo percebe como paisagem. Para Santos (2008) a relação de paisagem como formas representativas nas relações entre homem e natureza é considerada como um objeto mutável que indissocia-se às condições políticas e econômicas de um determinado tempo e espaço.

Na continuidade desse diálogo, ressaltamos o que Lucrecia Ferrara (2002) menciona sobre as influências cognitivas causadas e percebidas pela paisagem nos campos da visibilidade e visualidade e suas relações dentro do espaço como pluralidade através das experiências de outros olhares, individuais e coletivos, subjetivos e sociais no tempo e no espaço e, como se formata esse processo na construção da cidade.

Ainda no campo da paisagem, abordamos o artificial e natural continuando o diálogo com Santos (2008), que entende a paisagem como heterogênea em duas categorias: nas formas naturais e artificiais, também aborda os critérios para distingui-las.

Na busca pela compreensão histórica da construção do pensamento, fazemos uma abordagem sobre o espaço, tempo e narrativa. Para isso, utilizamos Paul Ricoeur (1994), que fala sobre a formação de um pensamento que nos remete a uma “verdade absoluta” para podermos compreender os fatos narrados construídos através de parâmetros temporais na visão do historiador, que narra seus fatos e acontecimentos conforme sua visão sobre o objeto.

Também tratamos as multidisciplinaridades dentro de um campo alternativo para soluções da problemática urbana, onde, apoiados em Ricoeur (1994), tratamos

das convergências de resultados na argumentação da narrativa procedente do deslocamento do objeto da história como positivismo lógico.

Corroborando com o pensamento de Ricoeur (1994), o teórico Henry Lefebvre (2006), que, na mesma linha de pensamento, aborda a multidisciplinaridade nas relações das áreas afins para visualizar novas maneiras de buscar soluções para essa problemática. Nesse sentido, a organização do espaço, segundo David Harvey (2004), é visualizada pelo arquiteto como responsável de certo modo, pela organização e abertura de novos espaços, novas possibilidades e novas estruturas sociais.

Juntamente com Harvey (2004), o teórico Bruno Zevi (2000) relata que na arquitetura a ideia de espaço assume papel destacável e menciona que o espaço é o protagonista da arquitetura, portanto, na visão de Zevi (2000), “o pensar a cidade como espaço de uso comum” é feito pelos os que a habitam, transformando-a em um conjunto verbal e discursivo. Nesse tópico também abordaremos a questão do urbanismo juntamente com a arquitetura, que segundo Bernardo Secchi (2009). O urbanismo e a arquitetura têm, nessa narrativa, uma “função salvadora que liberta tanto a sociedade como a cidade de suas adversidades”.

Nessa perspectiva, temos uma visão histórico-crítica sobre o surgimento da cidade de Manaus e suas relações urbanísticas com Paris, e para esse tópico trataremos um conjunto de diálogos de teóricos como Leandro Tocantins (2000), que narra a história de Manaus desde o início em 1669, e acrescenta que a primeira construção foi uma fortaleza em pedra e barro voltada para o rio e, em torno dessa construção, formaram-se os primeiros aglomerados de habitantes, constituídos, em sua maioria, por indígenas, e que em 1866, quase 200 anos depois ainda possuía características de aldeia.

Na continuidade da explanação teórica deste tópico, nos fundamentaremos em Edinea Mascarenhas Dias (1999), que descreve o processo de construção e transformações na cidade de Manaus entre 1890 a 1920, no período áureo de extração e exportação de produtos, tais como o látex⁴, iniciando um processo de construção providos pelo capitalismo, que implementou e financiou a construção de belos e elegantes palacetes, fazendo com que a cidade ganhasse aspectos de

⁴ Látex: líquido que brota da árvore de seringueira *hevea brasiliensis* esbranquiçado e leitoso, rico em proteínas e em muitas outras substâncias, aquecido no fogo é transformado em bolas de borrachas utilizadas na confecção de vários artefatos e produtos. Introduzido nas indústrias pneumáticas a partir do século XIX.

“*Paris dos Trópicos*”, baseada em um plano de traçado urbanístico de Haussmann⁵, que definia e dividia a cidade em dois setores: o centro capitalista burguês e subúrbio para os menos abastados e proletariados, porém, em uma visão de cidade construída pela força da migração, pelo ciclo econômico e pela degradação social e ambiental de seu espaço, os reflexos das questões habitacionais que se configuravam de maneira peculiar nos finais do século XIX e meados do século XX foram intensas, e já apresentavam em suas propostas de “progresso” os aterros de igarapés para a execução de um ambicioso plano viário na área central da cidade.

Ainda nesse conjunto, dialogamos com José Aldemir de Oliveira (2003), que faz uma descrição sobre a Manaus de 1920 a 1967, e trata a cidade sob o aspecto da fragmentação de seu espaço, onde se tenta reduzir as diferenças e produzir espaços urbanos homogêneos. Nesse aspecto, falaremos das habitações e as formas de ocupação do espaço na parte central da cidade, onde a proliferação e degradação habitacional eram os principais problemas apontados pelo poder público. Nesse capítulo, também faremos menção à Revolução Industrial e aos efeitos causados pelo acúmulo de capital nas cidades europeias e a forma em que tais reflexos se manifestaram sobre a imagem da cidade e seus habitantes.

Para isso, dialogaremos com Peter Hall (1995), que faz um retrato degradante dos efeitos da Revolução Industrial sobre a Inglaterra no século XIX e relata as formas de habitação do proletariado em um confronto entre homem e sociedade. Apoiaremos-nos em Otoni Mesquita (2009), que menciona os relatos de Engels⁶ que observa os confrontos entre belos e ricos palácios londrinos se mesclando com vielas “sombrias” e “fedorentas” mostrando claramente a divisão social expressa na forma de habitação de Londres.

No segundo capítulo, que tem como título *Os aspectos habitacionais e*

⁵ Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) foi advogado, funcionário público, político e administrador francês. Nomeado Prefeito de Paris por Napoleão III, tinha o título de Barão e foi o grande remodelador de Paris, cuidou do planejamento da cidade durante 17 anos, com a colaboração de arquitetos e engenheiros renomados de Paris na época. Haussmann planejou uma nova cidade, modificando parques e criando outros, construindo vários edifícios públicos. Melhorou o sistema de distribuição de águas e criou as grandes redes de esgotos. O Barão demoliu as antigas ruas, pequenos comércios e moradias da cidade e criou uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares, uma nova disposição que também iria colaborar com o fim dos levantes populares, criando os subúrbios. Criou uma estrela de 12 avenidas amplas em volta do Arco do Triunfo, onde grandes mansões foram erguidas sobre os escombros da antiga cidade (LOWY, 2006).

⁶ Friedrich Engels (1820-1895) foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo; filósofo que como poucos soube analisar a sociedade de forma muito eficiente, influenciando outros autores marxistas.

sociais do espaço, serão abordados os aspectos da arquitetura moderna, tais como o surgimento do Movimento Moderno na arquitetura, a importância que o mesmo teve para as cidades industriais e suas ricas contribuições para as cidades contemporâneas. Para essa temática, continuamos com o diálogo de teóricos acima citados sobre o historicismo do período industrial do século XIX, as transformações urbanas ocorridas em função desse advento e seus reflexos nas cidades de hoje, trazendo uma reflexão sobre os espaços internos e externos e seus reflexos na arquitetura e no urbanismo.

Assim sendo, continuamos nosso diálogo com Zevi (2000), autor que faz uma apologia entre a arquitetura política e religiosa do passado, usando-a como marco para uma nova arquitetura funcionalista e orgânica que surgia no XIX em função dos espaços urbanos. O autor também se refere a esse período como um dos maiores capítulos da história no que se refere aos espaços exteriores e à construção da cidade-jardim, categorizando as escalas humanas na configuração de uma nova cidade.

Dentro desse capítulo também citaremos duas importantes correntes espaciais que são identificadas como o funcionalismo racional, o movimento orgânico e suas escolas que surgem através do movimento moderno na arquitetura. Para essa abordagem, dialogamos com o teórico Le Corbusier⁷ (1984/2009) que defende a primeira corrente racionalista, cuja funcionalidade é o ponto primordial na arquitetura, e vem tratar as formas de conceber as habitações às exigências mecânicas da civilização industrial. O autor introduz na projeção a praticidade dos edifícios e habitações, criando a configuração da “casa de todos”, elaborada através dos cinco pontos da arquitetura⁸, utilizando em potencial essas novas definições

⁷ Le Corbusier, Arquiteto e Urbanista, nasceu em 06 de outubro de 1887 em La Chaux-de-Fonds, Suíça. Em 1928, em Sarraz, fundou o grupo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna); em 1931, no quarto congresso realizado em um cruzeiro no Mar Mediterrâneo entre Marselha (França) e Pireus (Grécia), no término da viagem, suas conclusões são redigidas com o nome *A Carta de Atenas*, documento sobre urbanismo publicado em 1943 por seu próprio autor, vindo a se tornar pontos doutrinários para o planejamento das cidades por muitas décadas. Morreu vítima de ataque cardíaco em 27 de agosto de 1965.

⁸ Os cinco pontos da arquitetura criados por Le Corbusier são: Pilotis, liberando o edifício do solo e tornando público o uso desse espaço antes ocupado, permitindo inclusive a circulação de automóveis; Terraço livre, transformando as coberturas em terraços habitáveis, em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais; Planta Livre, resultado direto da independência entre estrutura e vedação, possibilitando maior diversidade dos espaços internos, bem como mais flexibilidade na sua articulação; Fachada Livre, também permitida pela separação entre estrutura e vedação, possibilitando a máxima abertura das paredes externas em vidro, em contraposição às munições alvenarias que outrora recebiam todos os esforços estruturais dos edifícios; A janela em fita, ou *fenêtre en longueur*, também consequência da independência entre estrutura e vedações, se trata

para se conceber a arquitetura de maneira racional e funcionalista.

Para a segunda corrente espacial, definida por movimento orgânico, dialogamos com Frank Lloyd Wright (1953), que a defende em contraposição à primeira, de cunho racionalista, que passa ser manifestada no momento em que a necessidade de preservar a natureza torna-se fundamental, portanto é através de Wright que as habitações ganham composição orgânica, humanista e natural. E a arquitetura tenta consolidar um elo entre homem e natureza dentro da cidade e em seus espaços habitados.

Nesse mesmo capítulo, também abordaremos os *aspectos sociais do espaço habitado*, onde dialogaremos com Maria de Fátima Gomes (2006), que faz uma menção à necessidade da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento para entender e resolver os conflitos que caracterizam a vida das sociedades contemporâneas, num esforço de construção coletiva de um saber e um sentido sobre as experiências urbanas.

Nesse diálogo, Anthony Giddens (1991) sustenta que a vida social de uma forma global busca explicar a sociedade como um todo e não de maneira separada; para corroborar, Carlos Eduardo Sell (2006) aborda o tipo de sociedade surgida na era moderna, e Oliveira (2003), citando Lefebvre, que discorre sobre o desenvolvimento do espaço existente sobre o espaço que se define pelas diferenças entre os lugares e as atividades ligadas a esses lugares e as segregações ocorridas nos mesmos. Por fim, nesse capítulo, dialogaremos com Karl Marx (2002) a questão homem e natureza, onde as transformações ocorridas na natureza pelo homem transformam em essência o próprio homem e este, por sua vez, transforma o espaço em que vive.

No terceiro capítulo serão abordados os impactos arquitetônicos, urbanísticos do Programa PROSAMIM, e, intitulando o primeiro tópico, trataremos da *urbanização espacial (des)igual para todos e seus impactos*, e iniciaremos os diálogos novamente com Dias (1999) para as primeiras abordagens, cuja finalidade ainda se sustenta no historicismo de Manaus, do período extrativista exportador. Porém, dando enfoque à paisagem da cidade e à estética de suas habitações nos períodos que iniciaram a modernidade na cidade de Manaus, a qual foi responsável por mudanças nas práticas, na cultura e nos costumes dos cidadãos.

de aberturas longilíneas que cortam toda a extensão do edifício, permitindo iluminação mais uniforme e vistas panorâmicas do exterior.

Essas transformações refletiram de maneira significativa não somente na paisagem da cidade, mas também na divisão da classe social, pois os que não eram providos financeiramente, não poderiam construir uma habitação dentro dos moldes estéticos que a Lei Orgânica Municipal da época determinava, e se a classe pobre não pudesse cumprir as determinações estéticas de suas casas, não poderiam ter direito a habitar nas mesmas áreas que os mais abastados.

As determinações baseavam-se na postura da elite em relação às tipologias das habitações da população pobre dentro dos moldes modernos da arquitetura, porém, não foi somente nesse ponto que as mudanças entraram em critérios de exigência, o “bom gosto” e o requinte também foram induzidos por padrões europeus em sintonia com o estético popular, que comprovavam a rudeza de seu consumidor. O belo e o rústico eram adjetivos mutáveis ao gosto das elites manauaras, deixando para trás o seu referencial significativo. Conforme nos diz Santos Júnior (2007), o homem deixa de ser um elemento que interage com a natureza e passa a dominá-la.

Esses padrões estabelecidos pelo capital geraram crises e confrontos para a cidade, principalmente no que concerne à habitação e os reflexos desse confronto, que são resultados visíveis na cidade contemporânea; pois as exigências acima citadas não são cumpridas pela classe pobre que, portanto, é impedida de forma legal de ocupar as áreas urbanizadas da cidade, passando a se aglomerar nas margens de igarapés. Porém, os esforços por partes das políticas públicas para refrear esse processo não ocorrem. E, com praticamente um século de diferença, as medidas são tomadas somente de maneira estética e não de fato no que concerne integrar a sociedade como um todo e resolver os impactos sobre o ambiente que as ocupações desordenadas causaram.

Também abordaremos nesse tópico o crescimento desordenado nas áreas de igarapés em função da migração gerada pela implantação da Zona Franca de Manaus e seus reflexos sobre esses espaços citados. Dentro dessa abordagem, iniciamos um diálogo crítico em torno do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) e seus principais objetivos, pautados na recuperação ambiental das áreas de igarapés da cidade de Manaus.

O segundo tópico deste capítulo tem como tema: *Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do Programa PROSAMIM* e vem com uma abordagem sobre as transformações da paisagem local como forma de (des)valorização. Para esse

diálogo, contamos com Marx (*apud* Maciel, 2003) que fala sobre a busca para soluções referentes à ocupação desordenada do território que depende da articulação de vários fatores, os quais visam resgatar a importância plástica e funcional dos elementos fixadores da paisagem, o uso qualificado dos espaços públicos e a qualidade de vida coletiva.

Nesse contexto, faremos uma abordagem sobre a arquitetura e o urbanismo como categorias fundamentais para esse processo de produção do espaço dentro da cidade, pois são modalidades organizadoras e modificadoras do espaço dentro da paisagem. E as funções dessas categorias devem ser desenvolvidas de maneira funcional e orgânica para que se possa obter melhores resultados produzidos por ambas e, para isso, as garantias mínimas sobre a questão da habitabilidade devem ser consideradas como fator importante e primordial no desenvolvimento das habitações.

Sobre as temáticas habitacionais no âmbito da arquitetura, dialogaremos com Le Corbusier (1984), que prioriza o homem como ponto principal para o pensar e desenvolver a cidade e a habitação. Pois, conforme a arquitetura funcionalista, a habitação deve ser projetada conforme as necessidades, singularidades e subjetividades humanas, e as cidades e seus espaços externos também devem considerar tais necessidades.

Para isso, faremos uma análise crítica das habitações produzidas pelo Programa PROSAMIM e os impactos que as mesmas causaram sobre a paisagem, se consideram a subjetividade ou se somente fazem parte de uma produção de habitações em série (LE CORBUSIER, 2009) que modifica a paisagem, mas nem sempre atende às necessidades humanas.

E, para tratarmos da subjetividade na arquitetura, dialogaremos com Brandão (2008), que faz uma abordagem perspectiva sobre a produção do espaço, que deixa para trás as lembranças e o imaginário do sujeito e a subjetividade torna-se efêmera dentro dos espaços produzidos. Porém, dentro desses aspectos, podemos ainda caracterizar esse espaço mencionado ou mensurado como parte viva desse contexto, experimentando sensações que o indivíduo certamente teria, não somente no imaginário, mas principalmente no cotidiano, dando vida ao espaço lembrado, remetendo-o ao espaço vivido dentro dessa produção que ao se materializar de forma racional, o sujeito perde essa subjetividade.

Ao refletir sobre essa “produção do espaço”, podemos mensurar as

mudanças, principalmente quando tratamos de espaço/tempo/habitação, pois ao se prender em conceitos, perdemos a subjetividade, e ao perdermos essa subjetividade entendemos que podemos passar para a produção do espaço. Assim, continuamos o diálogo com Le Corbusier (2009), que faz uma análise desse espaço produzido e reproduzido na paisagem urbana em série.

Em relação à Arquitetura produzida pelo Programa PROSAMIM, que desconsidera a categoria da Arquitetura Orgânica, defendida por Wright (*apud* ZEVI, 2000), o qual prioriza a integração do homem à natureza na projeção do espaço, optando pela Arquitetura funcional, preocupando-se somente com a funcionalidade da habitação e não integra o homem ao seu meio ambiente.

Nessa abordagem, a análise é feita sob o aspecto da ausência de integração da habitação com os espaços naturais, a categoria orgânica da arquitetura não foi considerada na produção dos espaços desenvolvidos pelo Programa na malha urbana, o artificial prevaleceu sobre o natural, deixando os espaços de fato produzidos de forma capitalista e esses reflexos são visíveis dentro desse contexto, dando lugar a uma paisagem.

Na continuidade dos diálogos, trataremos as questões pertinentes ao espaço urbano produzido pelo Programa PROSAMIM, e as influências que esses espaços exerceram na paisagem de Manaus, pois as preocupações que a arquitetura moderna exerceu sobre as cidades fez com que as mesmas produzissem espaços de uso comum, em uma redimensão das necessidades da sociedade sobre as construções de componentes urbanos para suprir suas necessidades. Para essa temática utilizaremos Secchi (2009), que faz uma análise sobre a cidade contemporânea, afirmando que o sujeito não tem autonomia sobre esses espaços e sim, sujeição a estereótipos, preconceitos e retóricas neles incluídos a tradição propostos e promovidos por grandes grupos de interesse e aceitos passiva e acriticamente.

Não podemos atribuir total responsabilidade à arquitetura e ao urbanismo por ações provocadas pelo homem. Afinal, não são essas duas categorias responsáveis pelo caos urbano em que se encontram as cidades. Ao contrário, são responsáveis pela reestruturação, reordenação e requalificação dos espaços habitados e integrados individual ou coletivamente pelo homem.

E, para finalizar esse conjunto de diálogos, Mesquita (2009) abrevia que, “a cidade era aquilo que os homens elevavam, com a razão e com a técnica acima do

solo”, ou melhor, a paisagem é transformada do natural para o artificial (SANTOS, 2008) dentro de padrões mais estéticos funcionalistas do que orgânicos.

Portanto, essa pesquisa se estrutura nas abordagens citadas, considerando as mudanças técnico-físico-urbanas que a cidade de Manaus sofreu, analisando os principais pontos que causaram essas mudanças e seus atores, e de que forma os impactos sobre a paisagem são absorvidos e de que maneira são representados no espaço urbano da cidade de Manaus.

CAPÍTULO 1

A PAISAGEM E O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES E O URBANO

1.1 Paisagem, percepção e conhecimento

O que é a paisagem? Começar tal temática com uma pergunta nos leva a decifrar de forma crítica o que significa paisagem. Afinal, tudo o que vemos chamamos de paisagem; podemos dizer que a paisagem é tudo o que o nosso campo de visão alcança, possuindo diferentes formas, cores e movimentos (SANTOS, 2008).

A paisagem toma formas diferentes, dependendo de onde estamos e de que maneira a percebemos, seja do alto de uma montanha ou de um elevador panorâmico, o fato é que ela toma escalas diferentes, principalmente quando nos localizamos em pontos mais altos, retirando do nosso campo visual os obstáculos.

A dimensão de paisagem é a dimensão de percepção que a visão nos fornece, dada de acordo com um processo seletivo, pois cada indivíduo tem uma forma diferente de perceber a paisagem dentro do seu próprio campo de visão, no entanto a paisagem guarda o sentido de estar associada ao olhar.

Sendo a paisagem o que se vê, podemos supor que é a dimensão real do concreto, o que se mostra, e a representação do sujeito codificando a observação. A paisagem que resulta dessa observação é fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos. A paisagem apresenta-se, assim, de maneira dual, sendo real e ao mesmo tempo representativa (CASTRO, 2002).

No campo do cognitivo, podemos citar as categorias da visibilidade e da visualidade no estudo em que Lucrécia Ferrara (2002) nos oferece importantes contribuições para o conhecimento dos modos de ver a natureza da imagem. A visualidade corresponde à imagem do mundo físico e concreto, já a visibilidade diz respeito à elaboração reflexiva do que é fornecido visualmente e transformado em fluxo cognitivo. Ferrara (2002) afirma que a visualidade,

[...] corresponde a um registro de um dado físico e referencial; a visibilidade, ao contrário, é propriamente semiótica, partindo de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo claramente marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social (Jameson, 1994). Na

visibilidade o olhar e o visual não se subordinam ou conectam-se um ao outro, como ocorre com a visualidade, ao contrário, ambos se distanciam um do outro para poder ver mais. Estratégico e indagativo o olhar da visibilidade esquadrinha o visual para inseri-lo, comparativamente, na pluralidade da experiência de outros olhares individuais e coletivos, subjetivos e sociais, situados no tempo e no espaço. (FERRARA, 2002, p. 74)

Nesse sentido, a paisagem é vista pela visualidade e percebida pela visibilidade. Ou seja, se por um lado ela é vista por um olhar, em contrapartida, ela é determinada pelo outro olhar, condicionando à ação humana.

Para Bertrand (*apud* SUERTEGARAY, 2001), a paisagem é o resultado de determinadas relações dadas sobre certa porção do espaço, da combinação dinâmica e, portanto, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos que, interagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em contínua evolução.

Segundo Milton Santos (2002, p.103), a “paisagem é o conjunto de formas, que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. E, ainda:

A paisagem não é dada para todo sempre, é objeto de mudança. [...] É o caso das cidades, sobretudo as grandes. As casas, as ruas, os rios canalizados, o metrô, etc. são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: susceptível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. (SANTOS, 2008, p. 75)

Nesse contexto, Santos (2008) enfatiza que a paisagem é um objeto mutável que pode movimentar-se rapidamente num mesmo universo cultural que se articula de maneira indissociável às condições políticas e econômicas de um determinado tempo e espaço. Também correlaciona a paisagem com a produção da técnica, que faz uma relação entre paisagem e produção, e afirma que cada forma produtiva necessita de um instrumento de trabalho. Ou seja, a paisagem se organiza segundo os níveis de produção, circulação e consumo, isto é, na medida

[...] em que as exigências de espaço variam em função de processos próprios a cada produção e em nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. Por essa razão a paisagem urbana é mais heterogênea, já que a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção. (SANTOS, 2008, p. 72).

Nesse sentido, dependendo dos interesses da produção, a paisagem é modificada e organizada dentro do espaço para atender às necessidades do capital, que se transforma à medida que cresce a população e, com ela, a urbanização, que assume naturezas diferentes em função do crescimento populacional e das migrações geradas pelas grandes transformações ocorridas na história da humanidade.

As cidades se tornam palco dessas transformações. Elas, por um lado, representam o desenvolvimento de forças produtivas nas diferentes sociedades em função da divisão do social do trabalho e, por outro, geram formação de consciência revolucionária que resulta nos diversos tipos de produção refletidos no espaço. E o resultado mutável é a transformação da paisagem natural em paisagem artificial.

1.2 O natural e o artificial na paisagem

Por paisagem entendemos “um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais” (SANTOS, 2008, p. 71). A paisagem artificial é a paisagem modificada pelo homem, alterada e transformada fora de sua forma natural, ao contrário da natural, que é uma paisagem inalterada, onde a ação humana não interferiu.

Podemos exemplificar tais definições citando o espaço que habitamos e a paisagem vegetal. O primeiro consiste em construções feitas pela ação humana, resultado da produção capitalista sobre o espaço habitado, e o segundo entra na configuração natural das áreas ambientais resguardadas por lei onde a ação humana não tem poder de interferência, porém, não deixam de ser objetos de especulações políticas e econômicas, situando-se no campo dos interesses sociais.

Os critérios para distingui-las são frações que incidem no tamanho, na volumetria, na utilização e, como afirma Santos (2008), “A paisagem é sempre heterogênea”. A paisagem social admite múltiplas formas, dispostas em vários campos funcionais, o que permite um conjunto diversificado de atores. Porém, quanto mais complexa é a vida social, mais nos distanciamos da paisagem natural e nos aproximamos de um mundo artificial e concreto, modificado constantemente pelas mãos do homem.

Quanto mais vivemos a história, mais nos damos conta das transformações ocorridas ao longo desse processo, principalmente no campo da paisagem, de maneira significativa, sobretudo, nas grandes metrópoles, onde se torna cada vez mais difícil definir o natural do artificial. As técnicas, os domínios da produção em

relação à paisagem transformam cada vez mais o meio natural para o artificial, pois cada aumentativo da integração de instrumentos de trabalho do homem modifica a paisagem natural. Podemos assim dizer que a cidade é um exemplo da adição do artificial ao natural.

Segundo Oliveira (2003), a paisagem urbana também comporta as coisas da natureza, sendo difícil separar o que é natural do que é artificial, porque a natureza enquanto espacialidade é socialmente produzida e reproduzida, estando repleta de ideologia, cultura e política.

Para Mesquita (2009), as representações das imagens da cidade se fazem no mesmo universo cultural e de maneira indissociável e,

Imagens ganham sentidos e se transformam, à medida que se domina o repertório de conceitos, assim como estes podem ser definidos e reformulados, a partir de imagens. Todavia, observa-se que determinadas imagens, com seus detalhes, extrapolam o limite visual e assumem características temporais próprias da narrativa. Antes de se constituírem configurações de uma cidade em particular, deve-se compreender que as representações que se fazem dela são traços de um processo mental da compreensão do seu espaço e de seu tempo. A construção da imagem visual da cidade implica a percepção dos significados dos espaços. (MESQUITA, 2009b, p. 37).

Na cidade de Manaus, os exemplos de representações ou imagens mais significativos são os igarapés, que cada vez mais se tornam traços desse processo mental e, em função das intervenções humanas, se firmam no campo da narrativa, já que as mudanças processadas sobre a cidade tornam-se resultados dessas inúmeras modificações.

1.3 Espaço como protagonista da arquitetura

A busca pela compreensão de nosso processo de formação de pensamento nos remete à crença na verdade absoluta, sustentada e narrada por historiadores em diversos campos do conhecimento. Mas, como saber se o que lemos e aprendemos é verdade absoluta ou não? Como compreender que fatos narrados com apoio documental podem ser decifrados e construídos com parâmetros temporais na visão do historiador, que, de forma privilegiada, passa a narrar fatos e acontecimentos de acordo com seu ponto de vista e compreensão?

O historiador, como juiz, configura as ideias formadas em seu pensamento e as transforma em matrizes históricas que perpassam por diversas maneiras de

compreensão de um mesmo fato, como uma “viagem de ideias”⁹ sentida e percebida em situações diversas. Na construção de tais fatos, é notória a formação de vários pensamentos quando nos deparamos com tempos vividos e narrados (RICOEUR, 1994), diferenciando-se em vários pontos de vista de acordo com suas abordagens.

Para tentar a resolução desses problemas, poderíamos citar uma alternativa: a multidisciplinaridade. Porém, mesmo com arquitetos, urbanistas, sociólogos, economistas, filósofos e políticos, poderíamos tirar do espaço novas formas e relações. Segundo Lefebvre, “o arquiteto, não mais do que o sociólogo, não tem poderes de um *taumaturgo*”. Pois ambos não criam as relações sociais, ou seja, em certas situações ou condições que lhes possa parecer favorável, somente auxiliam certas tendências a se formular, apenas a *praxis* possui tais poderes.

Todavia, essa multidisciplinaridade pode, de acordo com a capacidade dos profissionais acima citados, propor estratégias para minimizar de um modo coerente a problemática. Para Ricoeur (1994), essa convergência de resultados é mais marcante que a própria argumentação que a difere.

[...] o eclipse da narrativa procede principalmente do deslocamento do objeto da história, que não é mais o indivíduo agente, mas o fato social total. Com o positivismo lógico, o eclipse da narrativa procede, antes, do corte epistemológico entre a explicação histórica e a compreensão narrativa. (RICOEUR, 1994, p. 139)

A função do arquiteto, por sua vez, é moldar o espaço trabalhando sua formalidade, funcionalidade e estrutura, na tentativa de buscar uma construção espacial organizada, pois o arquiteto aprofunda-se na produção e na busca por ideias utópicas, considerando a utilidade social, os significados e potenciais simbólicos do homem, prezando a estética, objetivando a função e, na busca por tais fatores, considera a gama de lembranças sociais do indivíduo, da cidade ou espaço, preservando sua coletividade. Portanto, é responsável de certo modo pela organização e abertura de novos espaços e novas possibilidades, prevendo novas formas de estruturação e vida social. De acordo com Harvey (2004, p. 262), “Podemos todos nos ver também como espécie de arquitetos. Conceber a nós mesmos como arquitetos do nosso próprio destino e de nossa própria sorte”.

Isto posto, Marx mostra os princípios fundacionais da dinâmica e da dialética das mudanças sociológicas:

⁹ O livro *A Viagem das Ideias*, do Prof. Dr. Renan Freitas Pinto (2006), demonstra de maneira concisa a reconstrução de forma paciente o pensamento social tal como ele tem sido de fato concebido.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a Natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação inicia, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza [...] Assim agindo sobre a natureza externa e modificando-a, ele ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e as submete ao seu domínio [...] Pressupomos o trabalho sob a forma que o assinala como exclusivamente humano. Uma aranha executa operações que semelham às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que o arquiteto concebe na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. Ao final do processo do trabalho obtém-se um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o começo. Ele não apenas transforma o material sobre o qual opera como imprime ao material o projeto [...] (MARX, 1967, p. 177-178).

De acordo com Harvey, o mais importante para a presente argumentação é que a analogia de Marx pode ser facilmente revertida. Enquanto as atividades do arquiteto podem nos ajudar a compreender o processo de trabalho de um modo generalizado, todo aquele que se dedica a qualquer tipo de processo de trabalho se parece mais com o arquiteto do que com a abelha (HARVEY, 2004, p.263).

Na arquitetura, a ideia de espaço assume papel destacado. O trabalho de Zevi, *Saber ver a arquitetura* (2000), entende o espaço como sendo o protagonista da arquitetura e sobre essa questão sentencia o autor:

Se pensarmos um pouco a respeito, o fato de o espaço, o vazio, ser protagonista da arquitetura é, no fundo, natural, porque a arquitetura não é apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida por nós e pelos outros é, também e, sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos nossa vida. (ZEVI, 2000, p. 28)

Portanto, o pensar a arquitetura e a cidade como espaço de uso, elaborado não a partir daqueles que habitam, mas pensado pelo fato de habitar, torna a cidade um conjunto verbal e discursivo. Podemos dizer que o espaço pode ser considerado um campo interdisciplinar, já que dele se ocupam diferentes áreas do conhecimento. Na filosofia, desde que se escreveram as primeiras obras, a noção de espaço e a noção de tempo constituíram uma preocupação dominante. No entanto, podemos inserir nessa contextualização a concepção que Platão sustentava de que a “vontade de arquitetura, entendida como a vontade de criar, constitui o alicerce do pensamento ocidental”.

Por essa ótica, podemos lembrar que a época espacial em que vivemos exige avanços na construção civil, ordenamento urbano, planos reguladores de uso

do solo, respeitando seu relevo e sua uniformidade. Portanto, em Manaus, o que vemos atualmente no traçado urbano é a necessidade urgente de formulações de temas sociais, considerando o espaço do homem e para o homem, considerando a cidade não somente como um modelo virtual de urbanismos, mas como solução para a prática de habitar correta e coerente.

É preciso também levar em conta o que os arquitetos defendem como conceito moderno de criar o espaço de forma funcional e orgânica, com sua urbanística pensada e projetada para o grupo social ao qual se destinará de uma maneira estruturalista fundamentada em suas concepções de pensar e planejar a cidade. Mas as soluções dadas pelo urbanismo sempre estiveram baseadas na ideia de “modelo” ou na lógica do *habitat*, pois, desde o início da tentativa de planificação, isto é, desde os utopistas do século XIX, foram surgindo algumas imagens da cidade propostas para resolver as aflições de seus cidadãos. Harvey (1973, *apud* SOJA, 1993)¹⁰ fala desse novo tipo de organização urbana e espacial, segundo a qual:

O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. [...] A industrialização, que um dia foi produtora do urbanismo, é agora produzida por ele. [...] Quando usamos as palavras “revolução urbana”, estamos designando o conjunto completo de transformações que permeiam toda a sociedade contemporânea e promovem uma mudança, de um período em que predominam as questões do crescimento econômico e da industrialização para o período em que a problemática urbana se torna decisiva. (HARVEY, 1973, *apud* SOJA, 1993, p. 97)

Portanto, partimos do princípio de que, para pensar a reformulação do espaço urbano de uma cidade, é importante identificar sua problemática, pontuá-la, compreender seus modelos de espaço e de tempo sem se voltar para o lado utópico. Nessas formas de pensamento, o projeto deve considerar a *práxis*, o empirismo, o capital simbólico, não somente o capital lucrativo da cidade. Em relação a esse capitalismo urbano lucrativo, Maia (2006) sustenta que as

Propostas de reestruturação urbana apontam para a prevalência entre administradores e planejadores de uma visão empresarial de gestão das cidades, onde estas passam a ser encaradas como mercadorias, frutos de uma estratégia global de produção do espaço, onde de tudo se faz para construir uma imagem capaz de inseri-las num “mercado mundial de cidades”. (MAIA, 2006, p. 63).

¹⁰ Eduard Soja, em seu livro *A Geografia Pós-Moderna* (1993, p. 97), cita observações feitas por Harvey em um pós-fácio de *A Justiça Social e a Cidade* (1973, p. 3006).

Foi nesse teórico que encontramos importantes subsídios baseados nas ideias de Michel Foucault, como a noção de “heterotopias”, como espaços característicos do mundo moderno, substituindo o hierárquico, “conjunto de lugares” da Idade Média, o envolvente “espaço de localização”, inaugurado por Galileu e infinitamente desdobrado no “espaço de extensão” e medida do moderno primitivo e, finalmente, afastando-se do “espaço interno” da brilhante poética de Bachelard (1969) e das descrições regionais e intencionais dos fenomenologistas. Foucault voltou a atenção a uma outra espacialidade da vida social, um “espaço externo”, por ele definido como: o espaço efetivamente vivido (e socialmente produzido) dos locais e das relações.

O espaço em que vivemos, que nos retira de nós mesmos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, o espaço que nos dilacera e corrói, é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas. Não vivemos num vazio passível de ser colorido por matizes variados de luz, mas num conjunto de relações que delinea localizações irreduzíveis umas às outras e absolutamente não superponíveis entre si. (relatos de anotações de aula de FOUCAULT traduzidas por Jay Miskowiec como “Of Other Spaces” em *Diacritics*, 1986, p. 23).

A contribuição de Foucault em termos de espacialidades, juntamente com suas observações, mostra a importância do espaço e do tempo. Isto posto, em relação ao que tratamos nesta pesquisa, podemos considerar que todos os espaços são produções determinadas em certa medida pelo movimento da sociedade. Para consubstanciar essa afirmativa, além dos autores acima citados, tomamos como referência mais uma vez as reflexões de David Harvey (1980) e Milton Santos (1982). Assim, partindo do primeiro, o espaço entendido dentro de uma perspectiva dialética é concebido como sendo, ao mesmo tempo, absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). Vale explicitar que o objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si as relações com outros objetos. Importa também considerar que, para esse autor, o espaço não é nem um, nem outro em si mesmo, podendo transformar-se em um ou outro, dependendo das circunstâncias.

Santos (1982), por sua vez, define: “o espaço é acumulação desigual de tempos”, o que significa conceber espaço como heranças. Esse mesmo autor (1997) vai referir-se a espaço–tempo como categorias indissociáveis, nos permitindo uma

reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Dessa forma, num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares, constituindo essas diferentes formas de coexistir em materializações diversas e, por consequência, em espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades.

O fato de dizer que o espaço é um componente da sociedade não garante que ele seja social. Ele pode ser um componente não social da sociedade. Quer dizer: um espaço preexistente, autônomo e anterior à sociedade sobre a qual incide, que a compõe, moldando-a. Nesse caso, estaríamos diante de um determinismo. Ou dito de outra maneira: um espaço como uma força (uma espécie de sujeito) não social que atua sobre a sociedade. Se existe essa possibilidade lógica de entendimento da expressão e se quer evitá-la (por não a enxergar na realidade), melhor então seria dizer que o espaço geográfico é um componente social (produzido pela sociedade) da sociedade. Ora, um espaço produzido pela sociedade não pode, em termos lógicos, ser anterior a ela. Logo, esse espaço é construído pela sociedade para seu funcionamento e, desde já, pelo menos nesse sentido, faz parte da sociedade. Adotamos esse último entendimento (e queremos ir mais longe), tal como expresso por Jacques Lévy:

O espaço é, portanto, notadamente, uma dimensão do social. Ele possui as mesmas características que as outras dimensões: parcial e global, transversal, dispondo de uma igual potencialidade, logo, legitimidade cognitiva. O espaço está dentro da sociedade e a expressão “relação espaço/sociedade” deve ser concebida como uma relação de uma parte com o todo, do mesmo modo que “política/sociedade” ou “indivíduo/sociedade”. (LÉVY, 1994, p. 47)

Dentro dessa complexidade, o espaço não se desassocia da materialidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras do homem e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 1997, p. 81).

1.4 A origem e o conceito de cidade

E como podemos pensar as categorias acima na construção de cidades? A cidade é resultado da produção do espaço, todavia, podemos dizer que as cidades representam a civilização. Tais definições dadas a cidade tornaram-se objetos de estudo para investigar as sociedades que as habitaram ao longo dos tempos; as expressões de espaço, tempo, narrativa e símbolos dentro da configuração da cidade a tornaram pungente dentro dessas categorias.

Diferentes camadas de tempo vivem dentro da cidade. Com a história antiga ou a contemporaneidade, tais representações são visíveis dentro dela. Principalmente quando nos confrontamos com monumentos históricos se contrapondo a edifícios contemporâneos. A exemplo disso, podemos citar o bairro gótico em Barcelona, onde a imagem do período é fortemente representada pela catedral se mesclando às construções representativas do período moderno dentro de uma mesma paisagem.

Todavia, como podemos compreender tais configurações dentro do mesmo espaço, dentro de uma mesma história demonstrada, porém, em períodos distintos? Como compreender tais transformações, sobretudo como surgiram os primeiros modelos de cidade e seus distintos períodos históricos e, conseqüentemente, as primeiras urbanizações? Iremos abordar de maneira concisa o surgimento das cidades e como se introduziram dentro das mesmas as primeiras formas urbanas.

Os primeiros modelos de cidade surgiram no período Paleolítico, quando os ambientes construídos não passavam de modificações superficiais dos ambientes naturais. O homem primitivo passava a se aglomerar em núcleos e movia-se para sua sobrevivência, passando a abrigar-se em cavidades naturais ou construindo seus primeiros refúgios de madeira e pedra cobertos por pele animal.

As primeiras aldeias surgem no período Neolítico, quando o homem aprende a produzir seu alimento, cultivar plantas, criar animais e começa a se organizar de uma forma mais estável, mais próxima de seus locais de trabalho. Benevolo (1999) afirma que

O ambiente das sociedades neolíticas não é apenas um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado segundo um projeto humano: compreende os terrenos cultivados para produzir, e não apenas para apropriar do alimento; abrigos dos homens e dos animais domésticos; os depósitos de alimento produzido para uma estação inteira ou para um período mais longo; os utensílios para o

cultivo, a criação, a defesa, a ornamentação e o culto. (BENEVOLO 1999, p. 16)

Conforme o autor, podemos identificar o surgimento das primeiras sociedades, o modo e a categoria de trabalhos introduzidos pelo o homem primitivo na história, seu modo de produzir e sua forma de organização do espaço que perduraram e antecederam as primeiras colonizações; algumas aldeias transformaram-se em cidades, o homem passou a produzir de maneira excessiva não somente para si, mas para manter a população dentro da forma de produção.

A sociedade transforma-se, a cidade torna-se complexa, o homem passa a exercer funções dentro de uma nova configuração, a do capital. O meio de produção gera categorias de trabalho, surge então a escrita para organizar a sociedade que se forma: é o começo da civilização e da história escrita se contrapondo à Pré-História, como uma organização social em decorrência da população que cresce na cidade, que se torna sede das classes dominantes, e o campo, em contrapartida, sede das classes subalternas.

Dentro dessa configuração, outras transformações ocorreram ao longo da construção histórica e temporal das cidades e da sociedade civilizada. A exemplo: o Feudalismo e a burguesia na Idade Média que se caracterizaram pelas mudanças na forma de estabelecer uma aristocracia fundiária. O Feudalismo tem origem no século IV a partir das invasões bárbaras ao Império Romano do Ocidente. Nesse período surgem as vilas, como uma introdução formal ao que posteriormente poderíamos denominar de cidades.

As vilas, apesar de sua característica ruralista, são as primeiras formas econômicas e sociais de constituição das cidades. As vilas descritas na Antiguidade eram centros de grande domínio. Segundo Le Goff (1998), cada vila possuía um estabelecimento rural importante. Para o autor:

A vila era um domínio com um prédio principal que pertence ao Senhor [...] um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas também de poder em geral sobre todas as pessoas, os camponeses e os artesãos que vivem nas terras ao redor. Desse modo, quando se passa a dizer, em francês, "*La ville*", marcar-se-á bem a passagem do poder do campo para a cidade. O termo "*Villa*" se aplicará à aldeia nascente a partir dos séculos IX e X. (LE GOFF, 1998, p.12)

Conforme o autor, as vilas deram origem à configuração das cidades, as relações econômicas e sociais já se firmavam, estabelecendo uma ordem política, evoluindo a partir desse contexto na Idade Média para uma nova sociedade, a camponesa; surgem novas construções que irão diferenciar a vila da cidade; enquanto que na vila as construções de tipologia diferenciada do prédio onde vivia o senhor se transforma, na cidade, tal prédio cede espaço para o castelo, na representação política e econômica do poder. De acordo com contribuição de Le Goff,

Na Idade Média, o castelo, lugar de poder econômico e político, domina a sociedade camponesa. É muitas vezes contra o poder senhorial que a cidade afirmará sua independência e, depois, sua influência sobre o campo ao redor. (LE GOFF, 1998, p.12)

Para o autor, a Idade Média opõe a cidade, lugar de civilização; ao campo, lugar de rusticidade. Portanto, podemos dizer que se for para o campo do imaginário urbano, podemos analisar a cidade medieval e a cidade contemporânea muito próximas uma da outra, pois, se tirarmos as muralhas que cercavam as cidades medievais do campo, teremos então um modelo de cidade contemporânea com seus subúrbios. Na sua verticalização, portanto, sem limites espaciais, a cidade engole o campo, já que a cidade tornou-se um centro de funções tais como troca, produção, diálogo, lugar de cobiça, lugar de poder e de utopias. Mas as transformações ocorridas ao longo dos séculos tornaram-se fundamentais para a estruturação dos novos modelos urbanos nas cidades. Podemos citar a Revolução Industrial como marco para a nova divisão de classes e em seus movimentos posteriores, como fator significativo de desenvolvimento da *urbi*.

O nascimento da indústria se dá quando a produção agrícola e a propriedade da terra não são mais predominantes. Nesse período, segundo Lefebvre (2006, p. 5), “as terras escapam aos feudos e passam para as mãos dos capitalistas urbanos, enriquecidos pelo comércio”. É o início da evolução da economia monetária e suas condições históricas, que predeterminarão o surgimento da industrialização, a expansão das trocas, da produção mercantil, ou seja, a transição do capitalismo comercial do século XIV, época das grandes navegações, para o capitalismo bancário: da produção artesanal, para a produção industrial.

Ainda segundo o autor, a industrialização é o motor das transformações na sociedade moderna. Lefebvre (2006) contextualiza a existência das cidades orientais

da Antiguidade, com bases econômicas no modo de produção asiático, as cidades arcaicas, particularmente, as gregas e romanas, com bases no escravismo antigo, e as cidades medievais, inseridas nas relações feudais, porém, comercial artesanal e bancária. Para o autor, essas cidades foram centros de vida social e política onde se acumularam não apenas riquezas, mas conhecimentos, técnicas e obras, principalmente obras de arte e monumentos. Toda mobilização gerará conflitos e crises gigantescas.

A cidade, que, antes dessa intensa evolução monetária, caracterizava-se pelo *valor de uso*, uso das praças, ruas, edifícios, monumentos, pelo uso do prazer, cidade que consome improdutivamente, contrastará irreversivelmente para a direção do dinheiro, das trocas, na direção dos produtos. Para Lefebvre (2006), a produção de mercadoria substituirá a produção de obras e as relações sociais ligadas a essas obras na cidade. Para ele, *o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-los a si, a cidade e a realidade urbana*. Pressupõe-se a desestruturação de bens estabelecidos, a ruptura de um sistema urbano há muito existente. Conflitos em torno do uso da riqueza em investimentos improdutivos para a cidade.

São nessas circunstâncias que as indústrias se estabelecem em lugares estratégicos. Instalam-se próximas a fontes de energias, meios de transportes, matérias-primas e reservas de mão de obra. Aproximam-se, assim, dos grandes centros urbanos acompanham as concentrações de capitais, surgindo os fenômenos urbanos, como as aglomerações de cidades, as cidades operárias e os subúrbios.

A partir dessas aglomerações vêm surgir tipos distintos de urbanização, cidades pré-industriais que são abandonadas pelo êxodo aos grandes centros urbanos, cidades sem industrialização, mas com grande especulação imobiliária, e aquelas submersas pela industrialização. Para Lefebvre (2006), esses territórios caracterizam o tecido urbano, cada vez mais cerrado, mas com diferenciações locais, tornando-se o suporte de um “modo de viver”, de uma vida social e cultural, intensa ou degradada, que comporta sistemas de objetos (água, eletricidade, gás, carro, mobiliário) e sistemas de valores (lazers, costumes, adoção da moda, preocupação com a segurança). Assim mesmo, persistem “ilhas” de ruralidade, povoada de camponeses envelhecidos, não adaptados, despojados do real sentido da vida camponesa, que não escondem a latente e conflituosa relação entre urbanidade e ruralidade.

A desruralização da cidade no século XIX é responsável pela industrialização, a cidade do capital torna-se lugar de divisão do trabalho, de forças produtivas e de relações de produção. O materialismo histórico se enfatiza com a industrialização que o século XIX retrata dentro de seu historicismo, é a cidade da indústria e do crescimento urbano, a burguesia detém o capital, ou seja, os meios de produção, fazendo e determinando sua produtividade, marcando a sociedade como classe dominante. Segundo Engels, “é a força que abate o fraco e a riqueza que produz a pobreza, mas é também a civilização e seus milagres”. Para o pensador, as relações de produção capitalista, certamente, marcam essa sociedade, com sua característica e dominação, com o poderio da classe dominante.

A cidade do século XIX passa a ser definida como a “cidade da revolução industrial”, a vida urbana e os problemas relativos ao seu crescimento levantam reflexões no sentido de debater o intenso processo urbanístico que permeia as cidades europeias nesse período, focando o urbanismo a partir de um intenso processo de industrialização. Os núcleos urbanos tornam-se centros de intensa movimentação, sobrevivendo como lugar de consumo e consumo do lugar, ao tornar-se produto de consumo por conter espaços apropriados para festas, desfiles, passeios, diversões e também espaço para monumentos e sedes de instituições.

Artífice desse processo industrializador, a burguesia dirigente – os que possuem o capital, que geram o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos – não mais cria, mas substitui, ainda em Lefebvre (2006), a obra pelo produto; substitui a opressão pela exploração e, do lado oprimido, encontra-se a classe operária, o proletariado, dividido em camadas e grupos parciais. Para o sistema urbano burguês, o operário, o proletariado é o responsável, o provocador da desordem urbana, ocupando as periferias, pardieiros, centros urbanos, com seus modos de vida e padrões rudimentares, ideologicamente ameaçadores da ordem urbana projetada pela classe dirigente.

Dessa maneira, como instaurar a ordem? Segundo Lefebvre, era preciso expulsar do centro e da própria cidade o proletariado. Diante disso, será a partir de 1848 que Paris atingirá a mais intensa reforma social da cidade, restringindo os conflitos existentes entre classes sociais. Tal reforma será traduzida na mais importante transformação urbana da sociedade moderna, definida como o Urbanismo Haussmaniano.

Haussman transformou as vielas parisienses em largos Boulevares, longas

avenidas, os bairros pobres em aburguesados e, por volta de 1880, seus padrões passaram a ser aclamados universalmente como verdadeiros modelos do urbanismo moderno, sendo reproduzidos em todas as cidades de crescimento emergente. As novas vias foram concebidas como um sistema circulatório, altamente revolucionário para a vida urbana do século XIX. Permitiam ao tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta de um extremo a outro, eliminando, também, habitações miseráveis, estimulando a expansão dos negócios locais, pacificando, ao mesmo tempo, as massas locais, empregando milhares de trabalhadores em obras públicas de longo prazo, criando livre circulação das tropas de artilharia contra barricadas e insurreições populares.

Ao lado do brilho, os detritos. Ruínas de velhos bairros, gente amontoadá, para onde iam? Segundo Berman (1986, p.148), o problema é que a finalidade estratégica não dá certo. Eles não iriam embora, Haussman não alcançaria seu objetivo, devolvendo para os centros urbanos os operários antes relegados para o subúrbio e periferias. Dessa maneira, era preciso moralizar a classe operária, conferir-lhes um novo valor com relação à habitação, conferindo-lhes um novo olhar sobre a vida quotidiana, atribuindo-lhes um papel para além de simples assalariados, então, imaginaram a ascensão à propriedade, principiando um processo de descentralização da cidade com a suburbanização.

Esta noção, a do *habitat*, provocará a criação de subúrbios habitacionais, do loteamento, dos pavilhões e dos conjuntos residenciais. O direito à moradia aflora na consciência social, o centro da cidade se esvazia em prol dos escritórios comerciais. Para Lefebvre (2006, p.19), a habitação não se torna um serviço público, não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos, mas o projeto que fornece moradias pelo menor custo possível. Esses novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: é o conceito *habitat* levado a sua forma pura pela burocracia estatal.

Após a rápida aceleração da industrialização, das transformações causadas pela mesma e da ampliação da sociedade urbana, a realidade urbana reencontra-se e reinventa-se. Como instaurar a ordem? O racionalismo instaurará a coerência da realidade caótica, levando à formulação daqueles que se ocupam com o urbanismo, os arquitetos e os escritores mais humanistas, os administradores mais tecnocráticos e sistematizados e os promotores de vendas, não os que vendem moradias e imóveis, mas sim o urbanismo. São criados e empregados vários

estratagemas para que se resolvam os problemas das sociedades urbanas, mas novas contradições e tensões surgirão, lugar comum para uma sociedade racionalmente dinâmica. Mas qual seria, enfim, o modelo espacial ideal para abrigar todas as necessidades do homem?

Dentro dessa abordagem, podemos fazer uma reflexão sobre tais necessidades na tentativa de formar um pensamento filosófico sobre a temática aqui abordada. A esse respeito, Lefebvre (2006) faz a seguinte explanação:

A Grande Cidade e a Cidade não foram, para os filósofos e para a filosofia, uma simples condição objetiva, um contexto sociológico, um dado externo. Os filósofos pensaram a Cidade; trouxeram a vida urbana para a linguagem e para o conceito. (LEFEBVRE, 2006, p.28)

A totalidade se divide e se separa, e essas separações são evidentes, principalmente, entre a teoria e a prática, porém, surge um grande simbolismo, a cidade traz consigo a imagem do esforço, da subjetividade na tentativa de não afastar as representações reais desses confrontos; nasceram grandes simbolismos, portanto, novas categorias começam a surgir, novos conceitos para modelar a cidade moderna, usando como molde a cidade antiga, sem afastá-la da racionalidade, na busca por um modelo ideal. Para tanto, o autor, dentro desses conceitos, faz uma reflexão sobre o pensamento de Le Corbusier ao analisar filosoficamente a cidade:

Quando Le Corbusier procede, ele como filósofo da cidade quando descreve a relação do habitante e do habitat urbano com a natureza, com ar, o sol e a árvore, com o tempo cíclico e os ritmos dos cosmos. A esta visão metafísica ele acrescenta incontestáveis conhecimentos sobre os problemas reais da cidade moderna, conhecimentos que resultam numa prática urbanística e numa ideologia, com o funcionalismo reduzido a sociedade urbana à realização de algumas funções previstas e prescritas na prática pela arquitetura. Semelhante arquiteto se considera um “homem de síntese”, pensador e prático. Ele aumenta e deseja criar as relações humanas ao defini-las, ao conceber o seu contexto e o seu palco. Numa perspectiva que se associa a horizontes bem conhecidos do pensamento, o Arquiteto percebe a si mesmo e se concebe como Arquiteto do Mundo, imagem humana do Deus criador. (LEFEBVRE, 2006, p.42)

Ao primeiro olhar, a citação nos faz entender as angústias que envolveram o século XX em forma de dissolução e crescimento da cidade, a perspectiva de um crescimento irrefreável e o temor da dissolução dispersa de sua função e sentidos,

tornando-se cada vez mais incompreensíveis, a metrópole cede espaço forçosamente para a megalópole, tornando-se desmesurada e estranha às experiências individuais e coletivas de seus próprios habitantes, fixando-se como lugar de concentração de massa, perdendo seu sentido de implantação, lugar de habitação, lazer, mas também de cotidiano. Tais angústias tornam-se cada vez mais crescentes dentro desse campo de conhecimento que conhecemos como Urbanismo.

O termo Urbanismo teria sido criado em 1861, quando Cerdá escreveu a *Teoría General de la Urbanización* (BONET CORREA 1989). O seu surgimento teria acontecido em 1910, no Congresso de Londres, onde se reuniram vários dos estudiosos pioneiros no campo do Urbanismo. Naquele ano seria utilizado pela primeira vez o termo “Urbanismo”, acerca do qual se realizou uma primeira exposição, que teve lugar em Berlim, na Alemanha.

Ao analisarmos a origem do Urbanismo percebemos, historicamente falando, o quão importante é esse conhecimento aplicado para as cidades, que tem como grande aliado a arquitetura. Em relação a essa explanação, podemos citar Secchi (2009), que faz uma importante análise colocando ambas as categorias de forma concisa e contundente:

Urbanismo e arquitetura têm, há muito tempo, nessa narrativa, a função salvadora de quem liberta tanto a sociedade como a cidade de seus fantasmas e de suas adversidades, assegurando níveis de bem-estar e liberdade mais elevados. Elas têm ou tentam ter essa função segundo duas orientações principais: a da “moradia” do legado dos séculos precedentes, de uma modificação dos aspectos menos compartilháveis da cidade e aquela da construção de uma alternativa radical à cidade do passado. (SECCHI, 2009, p. 32)

As representações observadas dentro da cidade também fazem parte de um processo mental que compreende o espaço e o tempo, como construção da imagem visual da cidade, percepção de seus significados dentro do espaço; nessa dialética a cidade gera traços orientadores de um contínuo processo de construção e, portanto, podemos interpretá-la como um conjunto de símbolos e narrativas. Lewis Mumford (1991, p. 129) explica tais estruturações: “parece ser uma alteração entre a materialização e a eterização [...] um significado simbólico entre o que sabe e o que é sabido”. O autor visualiza o planejamento da cidade como o ápice de um adequado processo de materialização.

Nessa morfologia urbana, podemos descrever os tipos fundamentais de cidades antigas, islâmicas, medievais, renascentistas, barrocas, industriais, como indicadores mais constantes das diferenças rituais nos diversos modelos, articulados em sequência histórica, que permitiram conjeturar as linhas de força que configurariam o futuro, como forma, pensamos, de ampliar esse saber das cidades contemporâneas.

1.5 Manaus: o espaço (re)velado na arquitetura da cidade

A cidade de Manaus iniciou sua história em 1669 com a construção da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, rusticamente de pedra e de barro e com sua face voltada para o rio Negro. Foi em torno dessa construção que se formou o primeiro aglomerado de habitantes, formado basicamente por indígenas. Mais tarde, nesse mesmo espaço, constituiu-se a futura cidade de Manaus, dividida por alguns pequenos igarapés, os quais durante as estações chuvosas continham água, mas ficavam secos em outras ocasiões. As ruas não eram calçadas e quase todas pareciam inacabadas. Em 1866, a cidade ainda aparentava uma aldeia (TOCANTINS, 2000, p. 227).

Assim posto, a cidade de Manaus surgiu da necessidade de fixação lusitana em virtude da vastidão do Estado do Grão-Pará e do extremo interesse de outras nações. Afirma Tocantins (2000, p. 105) que a Carta Régia de 1755 subdividiu em dois governos a Amazônia, ao criar a Capitania de São José do Rio Negro. O rio Negro foi o local escolhido pela sua estratégica localização; a partir daí, políticas de fixação do homem foram implementadas e “era necessário tomar posse da Hileia”.

Afirma o mesmo autor que o local escolhido para a fixação da Capitania de São José do Rio Negro e de sua população foi à beira do rio, o que proporcionou um lugar para as trocas, para a produção de trabalho e para a criação de bens daqueles que vieram em busca de riqueza. A Amazônia nasceu, desenvolveu-se e perdura, segundo o evangelho escrito pelo rio, argumenta Benchimol (1995). Assim era Manaus na primeira metade do século XIX, descrita por vários viajantes que aqui aportaram.

Com o período áureo da borracha, a cidade despontou, atingindo assim um índice de crescimento considerável devido à obtenção de recursos com o extrativismo proveniente do látex. O produto teve um excelente efeito financeiro e,

assim, permitiu o investimento na construção de belos e elegantes palacetes e um teatro exuberante, fazendo com que a cidade crescesse com aspecto europeu.

Preocupada em destacar-se e conceituar-se dentro de padrões civilizatórios de progresso, Manaus mudou radicalmente sua forma visual e seus costumes. Teve sua população ampliada e diversificada em seus elementos e costumes adquiridos de uma sociedade cosmopolita. A admissão do progresso e da modernidade foi prioridade para os governantes; a necessidade de introduzir em Manaus um padrão de civilização elevado tornou-se prioridade, o que se pode constatar no fato de que a cidade passou a absorver todas as tendências dos padrões de comércio e indústria evidentes da época.

A política de embelezamento, reivindicada desde o período provincial, tornou-se executável, graças à nova situação financeira. O aumento da exportação e o valor elevado do produto causaram uma grande receita para o Estado, que financiou todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos responsáveis pela modernização e embelezamento da cidade. O Governador Eduardo Ribeiro¹³ foi um dos principais responsáveis pela nova feição que Manaus adquirira nas primeiras décadas do século XX.

A Manaus naturalista ficou cada vez mais esquecida, tornando-se bela e aformoseada, com extensos *boulevares*¹⁴ arborizados, limpa e atraente, os seus igarapés, aterrados, deram lugar a suntuosas e largas avenidas, com bondes e iluminação elétrica. A paisagem natural tornou-se cada vez mais modificada. Antigos costumes e tradições foram substituídos por novos e elevados padrões, despiu-se da palha e vestiu-se de polo, civilizou seus índios e os transformou em operários urbanos, atraiu correntes migratórias nacionais e internacionais, principalmente de nordestinos, fugidos da fome e da calamidade da seca. Embalados pelo sonho do *fausto* e em busca do eldorado, eles depararam-se com outra realidade, a dos seringais¹⁵. Em decorrência desse processo, deu-se um aumento populacional na

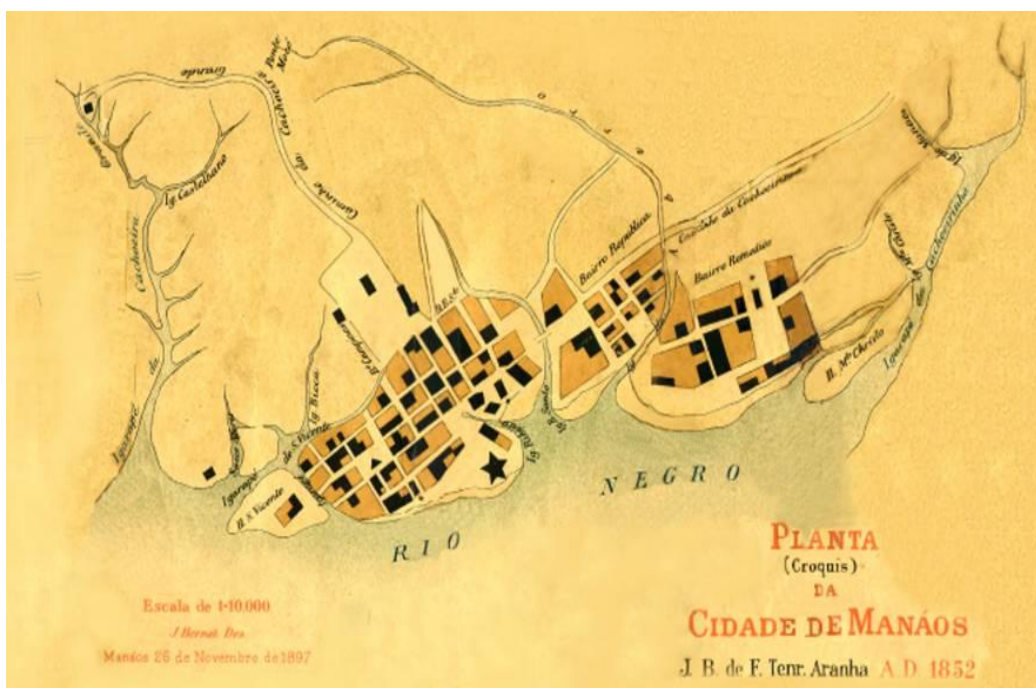
¹³ Eduardo Ribeiro foi Governador do Estado de 1892 a 1896, conhecido como “o Pensador”. Transformou a cidade na conhecida Paris dos Trópicos, devido às suas obras como: Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Reservatório do Mucó, Ponte de Ferro da Av. 7 de Setembro, dentre outras.

¹⁴ *Boulevares*: palavra francesa que originalmente se referia ao topo reto (passarela) dos muros de cidades medievais. *Boulevard* é o termo utilizado para descrever vias de tráfego elegantemente amplas. O Barão Haussmann fez essas vias conhecidas em seu replanejamento de Paris do Segundo Império, entre 1853-1880. No Brasil, os *boulevares* consistem em duas a quatro vias de tráfego em cada sentido, com jardins ovais ao centro separando os dois sentidos. Atualmente, em Manaus, podemos citar como exemplos o *boulevard* Amazonas e a Av. Getúlio Vargas.

¹⁵ Seringais: unidades produtivas e sociais da economia da borracha. Constituíam-se na posse de uma imensa área de terra, contendo o barracão central, onde residia o patrão, seus capatazes e o guarda-livros.

cidade, já que em 1852 contava-se com um censo de aproximadamente 8.500 habitantes e, em 1890, sofreu um aumento de quase 80%, chegando a 50.300 habitantes, dados que se referiam ao processo migratório como o principal responsável pelo crescimento¹⁶.

Conforme o Mapa 1, os primeiros traçados urbanos tornavam-se visíveis dentro da malha. Notam-se os enquadramentos e divisões dentro do mesmo e o recorte de igarapés com pouco aterro. A espacialidade natural preservada, ainda muito eminente, posteriormente sofreria o domínio do homem na ânsia de erguer uma cidade na selva, cheia de *boulevares* e palácios.



Mapa 1 – Divisão territorial de Manaus de 1951

Fonte: Base Cartográfica. Laboratório de Cartografia – DEGEO/UFAM

Em relação à importância do novo modelo de cidade propiciado pela economia extrativista, a cidade tornou-se sede do poder político e espaço realizador

O barracão era onde os seringueiros compravam os gêneros de necessidades (alimentos, roupas e equipamentos), e também servia de depósito para a borracha recolhida. Na colocação ficava o tapiri, moradia do seringueiro; as estradas de seringa, que podiam ser em número de 10 a 30, possuíam determinado número de seringueiras, geralmente contendo não menos que 50 árvores (PORTAL AMAZÔNIA, 2010).

¹⁶ É necessário acrescentar que dados extraídos de Dias (1999, p.62) apontam que, em Manaus, durante alguns anos, o índice de mortalidade foi bem maior que o de natalidade: para 1.779 óbitos que foram registrados em 1899, só nasceram 336 crianças. Os mapas estatísticos de mortalidade em Manaus do início do século revelam que o maior índice de mortalidade é representado por crianças, morte provocada pelas péssimas condições de alimentação na primeira fase da vida.

de grandes negócios nacionais e internacionais, como enfatizou o discurso do então Governador do Estado José Cardoso Ramalho Júnior.

Uma capital é um núcleo de população onde se encontra a parte dirigente de um povo e dotá-la de melhoramentos é trabalhar pela causa pública. Das grandes cidades é que a vida irradia para os territórios, do centro é que parte força para a circunferência, nem se conhece civilização em que as cidades deixassem de representar tal papel. Mas uma capital não é simplesmente um ponto de estada para homens, precisa, a par das necessidades satisfeitas da vida animal, de conceder prazeres de ordem superior aos seus habitantes e visitantes, com esta compreensão trabalhou o meu governo pelo embelezamento de Manaus não julgando improdutivas as despesas a esse fim consagradas. O estrangeiro julga sempre um país pela sua capital: se esta o atrai, está sempre disposto, ou a consagrar-lhe a sua atividade, ou, quando de volta à sua pátria, fazer-lhe referências que determinem compatriotas seus a emigrarem para o país enaltecido. Tudo que se faça pelo embelezamento da capital do Amazonas, à primeira vista parecendo obra supérflua, é de resultado praticamente imediato. (In: Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão de 10/07/1900, pelo Exmo. Sr. Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, Governador do Estado, *apud* DIAS, 1999, p.40-41).

O comércio se expandia em ritmo acelerado, com crescente e constante número de habitantes; Manaus se tornou centro importador-exportador, importando quase tudo o que consumia. As casas aviadoras - as quais cabiam o papel de fornecer produtos essenciais aos seringais e barracões, recebendo como pagamento a borracha para vender aos exportadores - abasteciam os seringais e em troca recebiam a borracha; realizavam operações de venda ao exterior e, dessa forma, concentravam a maior parte do capital estrangeiro.

Portanto, as transformações contínuas que Manaus sofria eram fortemente identificadas no tecido social urbano. Manaus tinha como ponto de definição, na visão de seus idealizadores, não somente uma vitrine, mas também um centro de escoamento da produção gomífera. A Capital remodelou-se de uma forma diferenciada de outras capitais do início do século; seu processo de urbanização era eminente, não somente pela produção industrial local, mas também pela necessidade facilitadora da circulação e do consumo.

A nova urbe aterrou não somente igarapés, mas também um passado que pudesse remetê-la à pequena aldeia de outrora. O modelo de desenvolvimento urbano de Manaus inspirou-se nas belas capitais europeias, em especial Paris, pois queria ser aclamada como “modelo de urbanização”. Manaus se tornou tão moderna

quanto a cidade que inspirou seus governantes. Assim, a cidade emergente criou ares parisienses, conforme idealizou Eduardo Ribeiro quando assumiu o governo em 1892 e iniciou um audacioso plano urbanístico, transformando-a juntamente com seus sucessores na *Paris dos Trópicos*, como relata Dias (1999):

Mostrando o ideal de urbanização de Haussmann no momento em que Paris vive uma fase intensiva de especulação, Walter Benjamin diz que Haussmann, que chamava a si próprio de “artista demolidor”, faz de Paris, para seus próprios habitantes, uma cidade estranha, estrangeira. Os coronéis da borracha seguem os rastros do “artista demolidor”, na implantação do projeto modernizador de Manaus. (DIAS, 1999, p. 46)

A Paris de Haussmann, em meados de 1848, vivia uma intensa fase de conflitos, palco de uma luta de classes constante. Uma *estratégia de classe* se constituiu como prioridade, já que a burguesia francesa se solidificava na cidade e se via ameaçada pela classe operária. A estratégia visava ao remanejamento dos camponeses operários para fora do centro da cidade, sem a prévia preocupação com os conflitos sociais que tal transformação acarretaria.

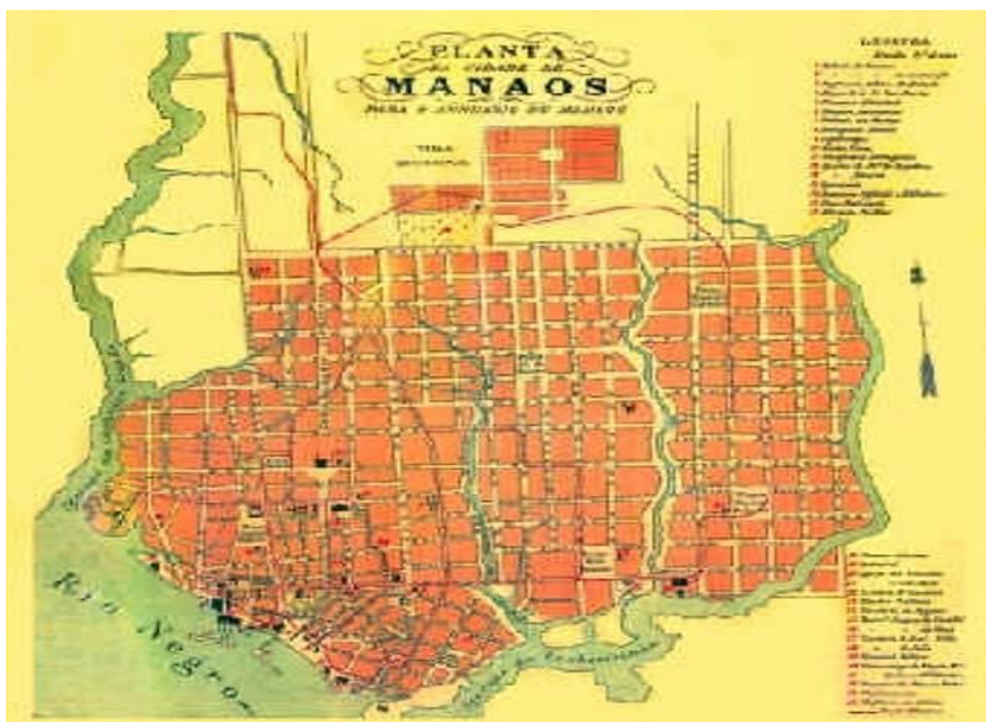
Os antigos operários (nas profissões artesanais) e novos proletários penetram até o próprio âmago da cidade; moram em pardieiros mas também em casas alugadas onde pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e o operários, os andares superiores. (LEFEBVRE, 2006, p. 14).

Devido a esse quadro, para Haussmann, que chamava a si próprio de “artista demolidor”, a nova Paris urbanizada e moderna não cederia lugar à classe pobre de operários. Em seu novo e largo traçado, só haveria lugar para a nova classe dominante burguesa. Tal qual Haussmann em Paris, os coronéis da borracha seguiram o plano de traçado e de divisão de classes sociais na implantação do projeto modernizador em Manaus.

Foi com esse projeto de cidade modernizada que a desapropriação e demolição de antigas tapuias e a retirada de famílias que não se identificavam com o “modelo de urbanização” haussmanniano se iniciaram. A retirada da cidade dos pobres moradores das tapuias construídas em seu centro ocorre e, tal qual Paris, nos arredores, fora do centro e nos bairros distantes, onde a insalubridade e a falta de higiene eram evidentes devido à péssima estrutura e à ausência de saneamento básico.

Os primeiros bairros de Manaus surgiram dentro dessa perspectiva como uma forma de expropriação de antigos hábitos sociais e locais e na imposição de outros. Esses bairros eram recortados por igarapés e tinham rudimentares pontes de madeira como acesso ao centro. Esse quadro estabeleceu claramente conflitos que se formaram desde então nos seguintes âmbitos: econômico, social e político.

O desenvolvimento aterrava os igarapés, construía pontes, destruía a natureza. A ideia de vazio encantava europeus que já não dispunham em seu próprio território de tanta espacialidade. A fascinante ideia de transformação que o capital fornecia fomentava a produção de riquezas, que modificava o “vazio da selva” em cidade projetada e modernizada; a natureza sofria as transformações tecnológicas, os igarapés tornavam-se fontes de dejetos e resíduos, passando do natural ao espaço humanizado. Tal evolução é claramente identificada no Mapa 2, que mostra outra malha urbana, totalmente modificada em relação à anterior; era o progresso representado pelo capital e inserido como desejo para alguns e como destruição de riquezas naturais para outros.



Mapa 2 – Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaós, levantada por João Miguel Ribas e desenhada por Willy Von Bancelis – Lisboa (1895)

Fonte: Mesquita (2009)

Apesar do reflexo sobre as questões habitacionais da classe trabalhadora, o poder público não assumia diretamente a resolução do problema. Ao contrário, a desapropriação se fazia iminente no momento em que havia a necessidade de construir edificações que faziam parte do plano de modernização.

Entretanto, ficava claro no discurso do poder que não se dispenderiam recursos para resolver tais problemas, pois considerava-se a política de habitação popular onerosa aos cofres públicos, sugerindo-se uma estratégia de recursos para um fundo de capitais destinados a esse fim:

[...] Que precisa fomentar, por meios de prêmios e isenções a prazo que compense o emprego de capitais, as construções mais em voga em outros países – agrupamento de casas, formando vilas e núcleos de famílias – seria, com efeito, magnífica tentativa para mais depressa se povoar os subúrbios da capital, sem onerar os cofres da Municipalidade. (DIAS, 1999, p. 139)

As vilas operárias não seriam de propriedade dos trabalhadores e, sim, locadas aos mesmos ao preço de 50, 60, 70 mil réis mensais. Criaram paralelamente ao extrativismo, um outro comércio importante, o do investimento imobiliário, que concentrava riqueza nas mãos de poucos. Mediante uma classe minoritária, porém rica, dominante fora da malha urbana, esses bairros acabavam por isolar os trabalhadores de seus locais de trabalho. As dificuldades de deslocamento aumentavam devido à precariedade das pontes que interligavam esses bairros afastados do centro por igarapés. O poder público pouco investia para mudar tal realidade já que o isolamento dos desprovidos fazia parte do modelo de embelezamento da cidade, tornando-se uma saída estratégica.

Essa forma de separação social, do centro com o subúrbio, trouxe consigo vários problemas para a capital. O aumento de endemias, com a contingência migratória, ameaça permanentemente à vida da população. A decadência da borracha causou um êxodo intenso dos seringais para a cidade. A crise extrativista tornou o aumento populacional nos subúrbios inevitável. A mendicância tornou-se um grande problema para o poder público. Devido aos acidentes topográficos naturais que tornavam as áreas suburbanas isoladas das áreas centrais por causa dos recortes dos igarapés, a vazante de junho a setembro causava mais ameaça e risco à saúde e à higiene. A miséria era evidente e aumentava o índice de mortalidade.

O poder público, apesar de conhecer os problemas suburbanos, não manifestava interesse em resolvê-los e os subúrbios mais distantes eram os que mais sofriam com o descaso do poder. Em relação a essa situação, o Dr. José Francisco de Araujo Lima, encarregado da Assistência Médica Municipal, descreve a situação dos moradores da Colônia Oliveira Machado.

Mais afastada da cidade do que os demais subúrbios, quase sem população tributária da metrópole manauara, a Colônia Oliveira Machado, sacrificada na mais rude topografia, conta, como a maioria da sua população, com indigentes e enfermos, dos quais alguns já se acham de há muito fugindo àquele solo ingrato, às vezes pelas raízes da sua miséria mesma hereditária, e outros são adventícios, vencidos na luta bravia dos sertões do Alto Amazonas, aniquilados que foram pelos golpes adversos da fortuna madrasta. [...] Oferece assim a chamada colônia, se é verdade que só assim se a possa chamar por ser uma colônia de enfermos e miseráveis em cujo seio se cultivava uma raça de inferiores e incapazes, e apresenta essa malfadada colônia o quadro da verdadeira metrópole da fome e indigência mórbida, alquebrada, esquiada e decadente [...] (DIAS 1999, p. 157).

As impressões desse tempo histórico em Manaus mostram não somente a ilusão de uma relação espaço-tempo, mas também e principalmente a realidade dura da divisão de classes dentro desse espaço, da segregação social imposta pelo capitalismo.

A facilidade de acesso à cidade pelos rios permitiu que Manaus recebesse grande quantidade de materiais vindos da Europa, o que influenciou as construções da cidade. As políticas de fixação do homem foram carregadas de aspectos de dominação sobre o dominado, o que favoreceu significativamente as construções em estilos europeus ainda não vistas por aqui.

As casas, os palacetes e as ruas formavam a paisagem da época: tudo lembrava a civilização desenvolvida de uma cidade encravada na selva. Dias (1999, p. 18) argumenta que “o governo priorizou, do ponto de vista dos investimentos, o aterro dos igarapés, a abertura de ruas, a construção de prédios públicos, a construção de pontes, o saneamento, a iluminação, a construção de escolas, a limpeza, etc”. Tais influências na paisagem de Manaus davam impressão de chegar a uma cidade moderna, européia e rica. Os grandes palácios e palacetes contrastavam com as casas do restante da população excluída desses ambientes e (re)velava uma outra face da cidade que os aspectos urbanos da época teimavam

em esconder.

Ao referir-se à Paris da época, Berman (1986, p. 148) comenta que “Ao lado do brilho, os detritos. Ruínas de velhos bairros, gente amontoada, para onde iam?” O problema é que a finalidade estratégica não dá certo. “Eles não irão embora [...]”, e Haussmann não alcança seu objetivo. Os operários, antes relegados para os subúrbios e periferias, retornavam aos centros urbanos. Seria preciso moralizar a classe operária, conferir-lhes um novo valor com relação à habitação, conferindo-lhes um novo olhar sobre a vida quotidiana, atribuindo-lhes um papel para além de simples assalariados. Então, imaginaram a ascensão à propriedade, principiando um processo de descentralização da cidade com a suburbanização.

O capital inglês tornou-se o maior responsável pela execução dos grandes projetos de reforma na cidade de Manaus. As firmas que atuaram sobre os mais diversos setores de serviços urbanos da cidade, desde a construção de pontes metálicas, como na navegação a vapor, eram inglesas (TOCANTINS, 2000). Tal hegemonia na construção da cidade, afirma Dias (2007, p. 45), fez com que se tornasse comum ouvir alguém dizer, ainda hoje: a “Manaus dos ingleses” ou na “época dos ingleses”, referindo-se à Manaus daquele momento.

Oliveira (2003, p. 23) ressalta que se instalou na cidade uma centralidade que tentava reduzir as diferenças e produzir um espaço urbano homogêneo. Essa homogeneidade é incipiente, visto que a cidade é fragmentada, podendo ser identificadas várias cidades dentro da cidade de Manaus.

Portanto, Manaus iniciava um período de grandes e importantes modificações, já que a urbe deveria apresentar-se como a formosa e bela capital da borracha. A última década do século XIX tornava-se decisiva para tais mudanças. As construções públicas ganhavam impulso, as construções particulares ganhavam destaque e o melhoramento urbano era introduzido, beneficiado pela próspera condição financeira que a cidade usufruía.

Com o fim da ilusão do fausto, a cidade de Manaus recebeu uma grande população migratória advinda dos seringais onde trabalhavam na exploração do látex. Tal processo de migração se intensificou, pois o caboclo sofreu doenças, escassez alimentar, ausência de educação. Com o extrativismo cada vez mais abalado, a vida rural tornou-se extremamente difícil para os trabalhadores da borracha nos seringais. A assolação e a miséria se agravaram e a alternativa encontrada para esse problema foi a mudança para a capital, sendo necessário

fazer os primeiros assentamentos não urbanizados para abrigar as famílias que migraram para a cidade em busca de um modo de sobrevivência melhor.

Porém, com esse processo, notou-se um ritmo acelerado de crescimento na espacialidade urbana, o que conseqüentemente se refletiu na forma de habitar em Manaus. Oliveira (2003, p. 76) aponta que os espaços criados para as elites foram dissolvidos e novos espaços foram definidos pelas diferenças entre os lugares e as atividades a eles ligadas.

Cearenses, paraenses, maranhenses e habitantes das regiões ribeirinhas da Amazônia instalaram-se de forma desordenada em determinadas áreas da cidade, como às margens dos igarapés, outrora citadas com entusiasmo por viajantes, por suas formas de entrecortar a cidade, que, por isso, recebeu o nome de “Veneza da Selva”. Agora os igarapés são responsáveis por uma mudança visual no traçado urbano, mostrando um impacto arquitetônico-cultural, considerando alguns costumes ribeirinhos habitacionais, como a forma de moradia em palafitas.

A grande quantidade de habitações surgida nos rios e igarapés da cidade tem a ver com processo cultural e com o processo econômico da grande massa de pessoas que passaram a habitar em moradias diversificadas, como: casebres, casas de chão batido, barracões, estâncias, casas de taipa ou de madeira com telhados de palha ou zinco e em casas flutuantes que desafiam a engenharia e a arquitetura das casas da terra firme. Tais arranjos proporcionam maior aproveitamento de um espaço minúsculo e precário e deram origem à cidade flutuante que se localizava na parte frontal da cidade, estendia-se para a foz do igarapé de Educandos e mudou a paisagem urbana em seus aspectos morfológicos.

A proliferação de moradias precárias é facilmente identificada nas áreas centrais da cidade especificamente no curso dos igarapés (Figura 1). Em relação a esse tipo de moradia, Salazar (1985, *apud* OLIVEIRA, 2003) afirma que a origem da cidade flutuante foi ocasionada pela crise que causou o desemprego e a falta de habitação em Manaus e teve como principal resultante o êxodo rural decorrente da estagnação do interior do Estado do Amazonas. O autor distingue alguns aspectos estatísticos que apontam motivos que levaram as pessoas a morarem nas cidades flutuantes: “14% alegaram que o aluguel em terra era muito caro; 39% alegaram falta de recursos para comprar casa em terra e 22,2% alegaram facilidade de vida (tudo é perto e não se paga nada); 7,95% são os comerciantes que alegam oportunidade de lucro” (SALAZAR, 1985, p.74 *apud* OLIVEIRA, 2003, p.79).



Figura 1 – A cidade flutuante

Nesse sentido, o autor conclui que esse tipo de moradia ocorre não pelo fato de o homem amazônico estar culturalmente ligado à água e sim pela precariedade nas condições de sobrevivência e pela falta de moradia na cidade de Manaus. Enfatiza também que as águas não se constituem como propriedade privada. Portanto, habitar sobre as mesmas ocasionaria a redução de custos de moradia visto que dispensaria a necessidade de comprar lotes urbanos. A população de baixa renda abriga-se em áreas desfavoráveis, como às margens de igarapés, nas periferias distantes e, como é o caso acima, na água.

A desativação da cidade flutuante data de 1965, período em que se fechou um ciclo de degradação da paisagem urbana. Com a retirada dos moradores, a gestão pública fez uma triagem de todos os habitantes e analisou alguns aspectos, como o poder aquisitivo. Nessa separação, os moradores com o maior poder aquisitivo foram transferidos para os conjuntos residenciais de Flores e da Raiz. Tais conjuntos foram construídos com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Porém, a maior parte dessa população recebeu uma simbólica ajuda que custearia a reconstrução de um barraco em outra localidade periférica da cidade, e a gestão pública autorizaria o desmanche e meio de transporte do material que garantiria a construção de tal barraco.

Retrocedendo duas décadas, por exemplo, no início da década de 20, as precárias condições de moradias eram altas, e o poder público avançava na

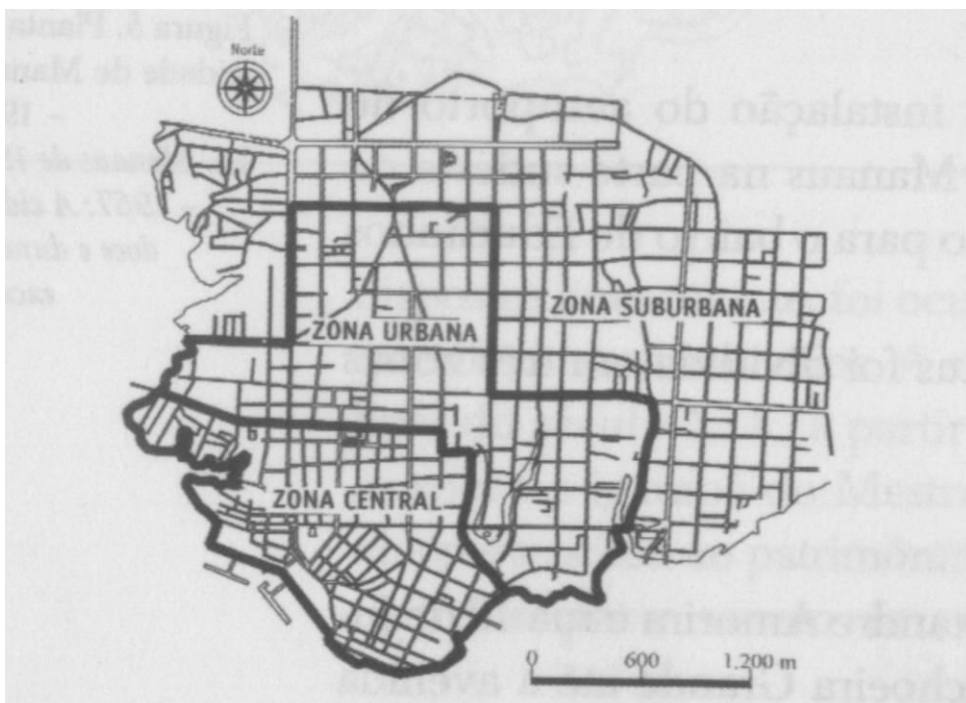
tentativa de solução do problema. Para tanto, aprovava leis orçamentárias para erguer muros e calçadas nos terrenos onde estavam situadas as ruas e praças niveladas na parte central da cidade. Em 1925 foi aprovada a Lei n.º 1.314, de 22 de outubro, que determinava a construção de fachadas de prédios e muros na área central da cidade. Era a política de embelezamento retornando na tentativa de melhorar os aspectos paisagísticos degradantes que Manaus obteve por conta da crise nos seringais. Segundo Oliveira (2003, p.82), estima-se que, somente em 1922, chegaram cerca de 10.000 migrantes provenientes da zona rural, especialmente dos vales do Madeira, Purus e Juruá, considerados rios seringueiros. Tal fato agravou ainda mais a problemática habitacional em Manaus.

A política de incentivo à construção de moradias continuava. O poder público criou incentivos à redução de imposto de até 15 anos ao poder privado para a construção de moradias. A Lei n.º 1.341, de 15 de julho de 1926, autorizava a construção de prédios para fins de moradia nas ruas 13 de Maio (Getúlio Vargas) e Floriano Peixoto e isenção de cinco anos para as construções de prédios elegantes e confortáveis que viessem a ser construídos na Avenida Eduardo Ribeiro. Esses prédios tinham bela aparência externa, no entanto, em seu interior dispunham de péssimas condições de moradia e, mesmo assim, abrigavam dezenas de pessoas que não dispunham de luz natural, condições de higiene adequadas e janelas que possibilitassem a entrada de ar.

Portanto, na década de 20, as condições de habitação na parte central da cidade ainda apresentavam aspectos degradantes e decadentes. A proliferação de cortiços era um dos principais problemas apontados pelo poder público, o qual se preocupava em solucionar não a questão habitacional para o proletariado e, sim, a estética da cidade, principalmente em sua zona central. Tal fato é retratado no relato do Prefeito Araújo Lima à Intendência Municipal:

Será prático estudar-se um sistema econômico de casas para o proletariado, a fim de serem reformadas as instalações da gente de condição mais modesta. Exigem-no a higiene e a estética. Manaus encerra, no coração da cidade, uma infinidade de estalagens condenáveis e infectas, localizadas em suas melhores ruas e praças. Mas é este um mal que não pode ser combatido violentamente. A interdição de tais cortiços seria facilmente concertada entre a higiene municipal e estadual, mas a sua realização é quase impossível. Para fechar estas habitações coletivas faz-se mister a construção de outra equivalente, a simples destruição seria um ato de desumanidade.(OLIVEIRA 2003, p. 83)

A necessidade de construção de vilas operárias era urgente. Os problemas habitacionais agravavam-se à medida que a execução dos projetos de reforma da cidade ampliava-se. Tal como Paris, Manaus começa a afastar da zona central e urbana o proletariado, deslocando-o para as zonas suburbanas (Mapa 3), isolando-os, pois tais áreas eram recortadas por igarapés e em sua maioria com difícil acesso às áreas centrais.



Mapa 3 – Base Cartográfica. Laboratório de Cartografia – DEGEO/UFAM
Fonte: Lei n.º 367, 28 de julho de 1951 – Divisão territorial de Manaus de 1951

A higiene e a insalubridade eram preocupantes. A construção de tais vilas operárias inviabilizava-se quando o incentivo do governo dava-se somente na forma de isenção de impostos; todos os outros custos de construção e de desapropriação dos terrenos, necessários para as construções, eram deixados para a iniciativa privada. Os aluguéis dessas casas também estariam atrelados à aprovação de tabelas apresentadas pelos contratantes. Tais exigências não atraíam investidores, que preferiam investir na construção de prédios na zona central. Em reflexão sobre a necessidade de construções habitacionais para o proletariado, o superintendente Adolpho Lisboa manifestou-se:

É do conhecimento de vós todos a luta que sustenta o proletariado em Manaus com as habitações para si e suas famílias. Não é muito grande o salário entre nós e a vida é caríssima, sendo que o aluguel do mais acanhado cubículo, custa 40\$000 a 60\$000 por mês, e todos nós sabemos o que vem a ser de doentio e devassado esses quartos ou cortiços, onde se arruína a saúde e se perde a noção da moral, pela promiscuidade que ali reina. Os cortiços são por excelência, focos de infecção e origem da devassidão e da moralidade. [...] Ao mesmo tempo, a carestia das casas não permite ao operário outra habitação além do cortiço mil vezes condenado, ou então o obriga a procurar casa fora da cidade, nos arredores, onde a febre palustre reina de uma forma sensível. Precisamos, pois, pensar a sério no bem-estar das classes pobres e menos remediadas, fazendo por lhes tornar menos custosa a vida. (DIAS, 1999, p.138-139).

A classe mais pobre sofria com a falta de estruturação na zona suburbana. Outro fator relevante na conformação morfológica urbana era o emprazamento de terras pelo poder público para constituí-las em expansão urbana. A área rural, anteriormente uma propriedade pública, tornava-se propriedade privada nas mãos de homens abastados que transformava em latifúndios urbanos para construção de sítios, chácaras, banhos nos arrabaldes da cidade.

Tais fatos nos remetem ao confronto do homem com a sociedade e mostram os membros das populações europeias que deixaram os campos e migraram para as cidades industriais em busca de melhoria de vida, do direito a ela. Paris e Londres sofreram seus grandes surtos migratórios em decorrência da industrialização, tal qual Manaus posteriormente a tais fatos. A classe operária foi a que mais sofreu nesse novo modelo civilizatório urbano. A desigualdade social era notória, já que os pobres não poderiam mostrar-se na paisagem urbana e industrial. O maior reflexo dessa divisão estava nas habitações, pois em Londres era possível observar belos e ricos palácios bem próximos a vielas sombrias, feias e fedorentas. Assim se expressa Engels num primeiro olhar sobre Londres em descrição sobre os bairros operários, em especial ao Bairro de St. Gilles:

[...] só se vê pessoas da classe operária. O mercado está instalado nas ruas : cestos de legumes e frutos, todos naturalmente de má qualidade e dificilmente comestíveis, ainda reduzem a passagem, e deles emana, bem como dos açougues, um cheiro repugnante. As casas são habitadas dos porões ao desvão, são tão sujas no exterior como no interior e têm um tal aspecto que ninguém desejaria habitar. Mas isso não é nada comparado às habitações nos corredores e vielas transversais onde se chega através de passagens cobertas, e onde a sujeira e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou deslocados, as portas - quando as há - são feitas de pranchas velhas pregadas umas às outras; aqui, mesmo nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis porque não há nada para roubar. Em toda parte montes de

detritos e de cinzas e as águas vertidas em frente às portas acabam de formar charcos nauseabundos. É aí que habitam os mais pobres dos pobres, os trabalhadores mais mal pagos, com ladrões, os escroques e as vítimas da prostituição, todos misturados. A maior parte é irlandês ou descendentes de irlandeses, e os que ainda não se submergiram no turbilhão desta degradação moral que os rodeia, mergulham nela cada vez mais, perdem todos os dias um pouco mais de força de resistir aos efeitos desmoralizantes da miséria, da sujeira e do meio. (ENGELS, *apud* MESQUITA 2009, p. 48).

Em 1955, foi criado o Serviço Estadual de Construção de Casas Populares (DAER), que priorizou a construção de habitações para funcionários públicos. Para a população carente foram destinados materiais de construção que eram entregues em seus bairros de origem mediante cadastro. Tal processo de divisão do direito sobre a habitação formou uma configuração espacial, territorial e fragmentada sobre a paisagem.

Santos (2008, p. 85) refere-se à paisagem como um conjunto de coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos. O espaço é resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

A cidade estrutura-se mediante a ocupação populacional, e suas ramificações e diversidades tornam a composição de suas unidades regionais necessárias, principalmente dentro da espacialidade urbana. Essas unidades regionais que denominamos bairros seguem sua estruturação, e nas áreas de recorte de igarapés o impacto é inevitável, causado pela segregação social, efeito de suas formas de habitar sem critério. A constituição das unidades/bairros, sua estruturação e zoneamento dentro da malha urbana se fazem necessárias desde o final do século XIX. Porém, tal estruturação e zoneamento somente se iniciam dentro da malha em meados do século XX até a atualidade.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS HABITACIONAIS E SOCIAIS DO ESPAÇO

2.1 Espaços habitados: aspectos da arquitetura moderna

Desde o período que segue à Revolução Industrial, os discursos que envolviam o homem e o habitar, a forma e a função das cidades, principalmente o urbanismo, são pontos característicos de investigações sistemáticas que envolvem vários estudiosos modernos e contemporâneos preocupados com as soluções para a cidade moderna.

O século XIX enfrenta uma problemática espacial urbana que vem se manifestar na definição da arquitetura moderna, não como foi vista no passado, como uma arquitetura política ou religiosa, e sim usando como marco, para uma nova arquitetura, novos procedimentos construtivos e técnicos; vem configurar-se em um novo molde da arquitetura funcionalista e orgânica, transformando a paisagem de forma significativa (ZEVI, 2000).

Dentro desse aspecto, tratamos a inclusão mesmo que exclusiva dos subúrbios no período industrial, fazendo uma reflexão sobre os espaços interiores e exteriores, no entanto, ressaltamos que o século XIX é fortemente marcado pelos espaços exteriores como reconstrução da forma e do pensamento urbano. A esse ponto Zevi (2000) refere-se ao dito período como uma apologia, ao citar que

A verdadeira redenção do século XIX realiza-se nos espaços exteriores, isto é, na urbanística. Diante dos grandes fenômenos que se seguem à Revolução Industrial, e, principalmente, do urbanismo e do advento dos novos meios de locomoção, o século XIX defronta-se com os problemas do espaço urbano, irrompe para além dos muros antigos, cria novos bairros periféricos, formula os temas sociais da urbanística no sentido moderno da palavra, e constrói a cidade-jardim. (ZEVI, 2000, p.119-120)

Para o autor, a grandeza dessa contribuição para o urbanismo modificou a forma de visualizar os espaços, e ele lembra que esse talvez seja o maior capítulo na história das sucessivas épocas dos espaços exteriores. É dentro dessa nova forma de visualizar o urbanismo que o século XIX se encerra propondo uma nova ordem urbanística, tentando refrear desastres urbanos, propondo-se as primeiras soluções para as cidades modernas, com ênfase à função representativa na forma de se projetar as habitações do século XX, categorizando as escalas e

necessidades humanas na reconfiguração de uma nova cidade, na tentativa de atenuar os problemas dos subúrbios com suas apropriações não planejadas e moradias inadequadas.

As apropriações nas áreas periféricas das cidades são problemas que essa nova forma de conceber a arquitetura verá como processo desafiador, é a inserção da cidade formal atrelada a uma cidade informal, como uma espécie de *urbanística* errada, destruindo a possibilidade de muita arquitetura (ZEVI, 2000).

Dentro desse quadro, podemos citar duas importantes correntes espaciais que surgiram através do movimento moderno, identificadas como o funcionalismo racionalista e o organicismo, ambas de abrangência internacional. A primeira surge na América, na escola de Chicago, em 1880-1890, mas encontra sua formulação na Europa e seu maior representante, o arquiteto suíço-francês Le Corbusier, que modifica a forma de conceber as habitações, respondendo de forma funcional tanto na América como na Europa às exigências mecânicas da civilização industrial, introduzindo na projeção o objetivo prático do edifício, criando a configuração da “casa de todos” (ZEVI, 2000), pensada e formulada dentro do que ele vem a chamar de “os cinco pontos da arquitetura”, apropriando-se de um repertório tecnológico e propondo um novo repertório arquitetônico, potencializando suas utilizações como definições para se conceber a arquitetura através desses pontos (LE CORBUSIER, 2009).

A segunda corrente também surge na América, onde se difunde e tem como seu maior representante o arquiteto americano Frank Lloyd Wright, que desenvolveu e defendeu a arquitetura orgânica, acreditando na interação do homem com o seu meio ambiente, ou seja, a construção deveria estar integrada à natureza e ao ser humano como um organismo vivo. Para Wright (1953),

Uma arquitetura orgânica significa nem mais nem menos uma sociedade orgânica. Os ideais orgânicos em arquitetura refutam as regras impostas pelo esteticismo e pelo mero bom gosto, assim como a gente a quem pertencerá esta arquitetura refutará as imposições que estão em desacordo com a natureza e o caráter do homem. (WRIGHT, 1953, p. 53)

Somente nos últimos decênios do século XIX a arquitetura orgânica se difunde na Europa dentro da categoria que chamamos de *Art Nouveau*²¹, se

²¹ *Art Nouveau*: movimento que surgiu na Europa entre 1890 a 1910. Decorativo, voltado ao design e

contrapondo à primeira, de cunho racional. A categoria orgânica passa a ser manifestada no momento em que as habitações e as cidades entendem a necessidade da natureza e não somente as de cunho funcionalista; a natureza deveria ser considerada de fundamental importância. As habitações através de Wright ganham uma composição orgânica, humanista e natural, a exemplo desse pensamento, o arquiteto desenvolveu um projeto chamado FallingWater (a casa cascata), em Bear Run, Pensilvânia, em 1936, integrando os ambientes à natureza.

Wright também contribuiu em relação aos espaços internos, ao destacar que a planta livre ganhava vida e se difundia no momento em que

As divisões parietais internas, que já não respondem a funções estáticas, podem tornar-se mais finas, curvar-se, mover-se livremente, e isso cria a possibilidade de conjugar os ambientes, de unir entre si os múltiplos cubos do século XIX, de passar do plano estático da casa antiga para o livre e elástico do edifício moderno: na casa média, a sala de visitas funde-se com a sala de jantar e o escritório, o vestíbulo reduz-se, em benefício da grande sala de estar, o quarto de dormir torna-se menor, os serviços especializam-se, sempre visando conceder maior amplitude a esse grande ambiente articulado onde a família vive, o *living room*. Se isso acontece na construção urbana, ligada e limitada pelos veículos da padronização especuladora da escravidão urbanística, no tema do edifício isolado a planta livre oferece possibilidades ilimitadas de divisões elásticas e subdivisões internas, dentro da malha estrutural. (ZEVI, 2000, p. 121-122).

A planta livre, para Wright, é uma continuidade espacial, uma vitalidade contínua e muito mais expansiva. Afirmo ainda que “sua arquitetura centraliza-se na palpitante realidade do espaço interior, e nega, portanto, as formas volumétricas elementares e o sentido da alvíssima indiferença pela natureza que se afirma em Le Corbusier” (ZEVI, 2000). Wright assevera que a amplitude dos espaços internos principalmente de convívio familiar eram de fundamental importância e defende esses ideais na planta livre, ao integrar os espaços sociais dentro da habitação.

Refutando a ideologia de Wright, Le Corbusier afirma que “a planta livre não é para ele uma dialética interior do volume arquitetônico, mas o resultado final de uma conquista que se exprime em termos espaciais, partindo de um núcleo central e projetando os vazios em todas as direções” (ZEVI, 2000). Essas correntes se

à arquitetura, preocupava-se com a originalidade da forma. Na arquitetura, surgiu como uma tendência arquitetônica inovadora em que se destacam as formas orgânicas inspiradas em folhagens, flores, cisnes, labaredas e outros elementos. (BENEVOLO, 2009)

manifestaram nos anos finais da segunda Revolução Industrial e tais pensamentos permeiam a contemporaneidade.

O forte impacto que essa Revolução causou tem sentido especial e importante para a arquitetura, o chamado “*século da indústria e do progresso*” tem como marco as aplicações das técnicas científicas e as invenções revolucionárias, como a máquina a vapor, motor das indústrias e força dos barcos e locomotivas, o alto-forno de choque, que permite abastecer o mundo na era do ferro e do cimento, ou o dínamo, que gera eletricidade e torna possível a rede pública de eletricidade, além do telégrafo e do telefone (PEREIRA 2010). Ainda segundo Pereira (2010), a Europa ingressa na segunda metade do século XIX acordando para a vida moderna:

Os arrebatamentos líricos e os ideais do espírito progressista e liberal do começo do século são sucedidos por gostos mais materialistas. O progresso deixa de se vincular aos direitos e às liberdades, e se materializa e mede em canais, locomotivas, projetos urbanísticos, bondes, rede pública de eletricidade, entre outros. (PEREIRA, 2010, p. 203)

No mesmo período de intensa conquista e desenvolvimento tecnológico, Manaus inicia seu plano urbanístico, não com o mesmo sentido industrial, mas com sentido do capital extrativista exportador que lhe permitia a construção e embelezamento da cidade, erguida no meio da selva, inspirando-se nos traços haussmanianos como delimitadores urbanísticos, utilizando todas as evoluções tecnológicas de urbanização. Entrando, também nesse “espírito progressista”, na sua composição urbana, porém, com a forma eclética em suas edificações, se contrapõe ao que nesse citado período na Europa se concebe na composição socioeconômica e arquitetônica como adequação ao desenvolvimento.

Enquanto que de um lado do globo os discursos voltavam-se para o desenvolvimento urbano, o aumento populacional em virtude do êxodo rural causado pela Revolução Industrial, os manifestos constantes em volta da cidade e da habitação, Manaus vivia um plano embelezador que mais tarde traria consequências em função da falta de planificação para as classes operárias (DIAS, 1995).

Nesse mesmo período, o gás e a eletricidade permitem a vida noturna nas cidades com a iluminação das redes públicas nas praças e ruas, voltando ao sentido de habitar citado por Lefebvre (2006), que se utiliza das relações sociais como uma das primeiras formas de habitar.

Dentro desse contexto de aparatos tecnológicos, não podemos deixar de citar o invento e construção dos elevadores. A Siemens constrói seu primeiro elevador elétrico (1881), generalizando a anterior invenção hidráulica de Elisha Otis (1853), permitindo as edificações verticais, abrindo espaço para novas tipologias edificatórias dentro da arquitetura funcional.

Com essa composição, os arquitetos modernistas, tomando como exemplo novamente Le Corbusier, conseguem pensar a cidade dentro de uma categoria espacial possível, onde se teriam como base as habitações, considerando os espaços de circulação como uma importante ponta de iniciação para se estabelecer padrões de construção dentro da cidade, principalmente as cidades afetadas pelos aumentos populacionais. A verticalização é um dos fatores construtivos mais importantes das cidades contemporâneas (PEREIRA, 2010).

O espaço moderno traz consigo novas formas e redefine as funções das habitações. A reiteração da nova fórmula funcional integrando-se ao pensamento orgânico são as primícias da composição arquitetônica e espacial das cidades contemporâneas, usando estudos das novas correntes de pensamento como forma de compreender e desenvolver projetos mais subjetivos dentro de uma malha urbana objetiva. Considerando o pensamento de Wright em relação à adequação da natureza no processo de produção do espaço habitado é de fundamental importância evitar a degradação ambiental (ZEVI, 2000).

Porém, na política pública adotada pelo PROSAMIM, observamos que o espaço natural foi completamente transformado pela produção do espaço artificial, desconsiderando o orgânico na paisagem da cidade na construção de solos para produção de espaços habitados. “Já é de propriedade pública a concepção de que as relações entre o homem e a natureza geram o embrião da degradação ambiental” (MEDICI, 1983, p. 09).

Tanto as habitações quanto o espaço urbano não se apoderam das regras regimentares da arquitetura orgânica, que defende a integração do homem com a natureza no espaço habitado e nos espaços externos urbanos de uso comum, visto que, na tentativa de se harmonizarem os espaços externos, a paisagem natural é substituída pela paisagem artificial, enfatizando isso como o principal degradador do meio ambiente em que se vive.

Consolida-se, nesse sentido, o que Medici (1983), apoiado no pensamento de Marx, cita sobre o meio ambiente: “o gigantesco desenvolvimento das forças

produtivas sob a égide do capitalismo, em especial a partir da segunda metade do século XIX, tem sido o principal motor do que hoje chamamos de crise ambiental” (MEDICI, 1983). O autor argumenta que tal crise está ligada ao crescimento populacional, o esgotamento dos recursos naturais e à degradação ambiental que implicará reflexos significativos com efeitos diretamente ligados à qualidade de vida das populações das cidades.

2.2 Aspectos sociais do espaço habitado

A espacialidade urbana analisa a realidade socioeconômica e cultural resultante da produção da cidade, demonstrando uma sociedade desigual, porém, nos possibilitando tomar conhecimento de realidades e fatos menos discutidos, tais como o papel do Estado na configuração e conjecturação urbana, a apropriação predominante do solo por parte do poder público e a interpretação desses fatos narrados por diferentes autores, que abrem vertentes de visões e sensações diferenciadas e percebidas de uma mesma problemática, a da moradia (GOMES, 2006).

As pesquisas para soluções dessa problemática urbana sempre foram marcadas pela interdisciplinaridade na medida em que as sociedades contemporâneas tornam-se cada vez mais complexas, contraditórias e interligadas, e as cidades afirmam-se como cenário privilegiado para entendermos conflitos que caracterizam a atual vida política, econômica e social. As contribuições da Filosofia, da Sociologia, da Geografia, do Serviço Social, da Arquitetura e da Antropologia devem ser articuladas num esforço de construção coletiva de um saber e um sentido sobre as experiências urbanas (GOMES, 2006).

No campo sociológico, seja na economia, na política ou no campo cultural, o objetivo da ciência é compreender a vida social de uma forma global, buscando explicar a sociedade como um todo e não de uma maneira separada. Para Anthony Giddens (1991), “a sociologia nasce da consciência de que o tipo de sociedade que se forma na era moderna é marcada por profundas discontinuidades em relação às sociedades que existiam antes” (SELL, 2006, p.34).

Giddens (2002) observa que vivemos um tempo marcado pela desorientação, pela sensação de que não compreendemos plenamente os eventos sociais e que perdemos o controle. A modernidade transformou as relações sociais e também a percepção dos indivíduos e coletividades sobre a segurança e a confiança, bem

como sobre os perigos e riscos do viver. Para esse autor,

A modernidade pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. (GIDDENS, 2002, p. 38)

Para Lefebvre (*apud* OLIVEIRA 2003, p. 76), “o desenvolvimento do espaço existente produz o espaço novo, definido pelas diferenças entre os lugares e as atividades ligadas a esses lugares”. O controle do Estado sobre a sociedade deu-se de forma indireta, usando o espaço como instrumento para uma infraestrutura urbana concentrada e ocorrida na parte central da cidade, onde a produção do espaço tornou-se mais evidente e projetada no centro através da urbanização que privilegiou uma minoria, à custa de sacrifícios de muitos. Tais fatos foram claramente refletidos na segregação social, posto que a concentração central era privilégio da classe social mais abastada e os arredores desse centro foram destinados aos mais pobres. Tal contexto espacial é nitidamente refletido na forma de habitar (OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto, Manaus apresenta esse contexto espacial desde o início da construção do seu espaço urbano, composição essa que aterrou igarapés, destruiu florestas, modificou modos de vida e também expulsou os pobres para as periferias, já que a Manaus do período da borracha era considerada uma cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, jardins, palacetes e belos cafés; a Manaus do belo teatro, higienizada e organicista, fruto da racionalidade que se estabelece a partir da abertura de ruas e de aterros de igarapés, uma cidade bela, mas com expressiva desigualdade social (OLIVEIRA, 2003, p.134).

A cidade moderna não foi construída para os pobres e sim produzida e transformada para a elite. O desenvolvimento urbano afastou os pobres do centro para a periferia, de onde não deveriam sair. Estratificados, com suas vozes abafadas, mostrando as marcas expressivas da interferência do Estado apoiado pelo capital.

Na tentativa de fazer parte da cidade, os pobres voltaram para centro reivindicando o direito ao seu espaço. Nesse momento, os agentes sociais produtores do espaço tomam posse de áreas naturais já afetadas pelo desenvolvimento progressivo e tornaram-se agentes destruidores da natureza,

estabelecendo um desequilíbrio natural existente, “ao modificar a natureza o homem transformou em essência a sua própria natureza” (MARX *apud* MACIEL, 2003), e o reflexo dessas transformações são vistas na cidade contemporânea. A degradação ambiental é eminente, as transformações feitas pelas políticas públicas confrontam-se cada vez mais com a natureza e os espaços habitados são resultados desses confrontos.

A forma projetada e empírica de morar, traçada ora por profissionais tecnicamente capacitados ou simplesmente por homens que trazem em suas recordações uma forma de construir que os remete ao passado, fazendo um traçado urbano diferenciado como um *bricoleur*²² totalmente eclético, surge cada vez mais enfeitando o traçado urbano da cidade de Manaus, principalmente em suas áreas de igarapés onde se vislumbra o interessante contraste de dois grupos sociais dentro de uma mesma malha urbana, como é o caso dos moradores das margens de alguns igarapés que foram retirados para sua revitalização e inseridos em espaços de solo criados.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a habitação continuam seguindo o mesmo formato de produção do espaço, ou seja, retirando os pobres do olhar da elite e transportando-os para as áreas periféricas das cidades. A exemplo disso, vários programas habitacionais foram desenvolvidos pelo Governo Federal ao longo das décadas passadas, tais como COHAB, Minha Casa Minha Vida, entre outros. E, em alguns casos, o Estado é onipresente, porém as contradições e conflitos sociais tornam-se obscenamente visíveis.

O medo e a insegurança não inibem o homem de ocupar áreas de risco, a exemplo do que citamos as favelas do Rio de Janeiro, amontoadas e aglomeradas em morros e beiras de barrancos, convivendo com o risco de deslizamento constante. As regiões serranas, que deveriam estar desabitadas, encontram-se quase que totalmente ocupadas. O homem continua desafiando a natureza, que, por sua vez, continua reagindo. O problema ambiental e a qualidade de vida continuam sendo questões relacionadas à concentração urbana; os sistemas de drenagem são falhos e obsoletos, e as ocupações desordenadas do solo agravam o problema.

Anualmente, vemos tragédias que poderiam ser evitadas acontecerem por causa das ocupações irregulares do solo, da degradação ambiental e da

²² *Bricoleur* : Pessoa habilidosa que faz toda a espécie de pequenos trabalhos. Que faz ou gosta de fazer em casa pequenos trabalhos manuais e consertos provisórios. (Dicionário Frances Português, Morote 1995, p57.

infraestrutura urbana deficiente. Citamos como exemplo os casos do Rio de Janeiro (1967, 1987 e 2010), São Paulo (1967) e Santa Catarina (2008), que resultaram em centenas de mortos e desabrigados, tendo em comum, além das chuvas e deslizamentos, o solo inapropriado para habitação e a degradação ambiental.

Em Manaus, o Programa PROSAMIM visa à reestruturação das margens de igarapés. Para alguns moradores, essas áreas têm valor simbólico, pois os remete a um passado ribeirinho, quando tinham o rio como referência, em decorrência de sua própria sobrevivência, configurando, na estrutura urbana, a forma tradicional ribeirinha de habitar, trazendo para dentro desse modelo espacial a mesma maneira insalubre de viver, despejando resíduos domésticos nos leitos dos igarapés que recortam a cidade, transformando-os em esgoto a céu aberto, causando uma desorganização do espaço, fazendo com que surjam as ideologias do espaço social criado em desacordo com a estrutura urbana de organização planejada.

Essas margens ocupadas também representam perigo de enchentes, mas a solução traçada pelas políticas públicas é de reassentar algumas famílias e manter assentadas outras na mesma área afetada pela degradação ambiental. Se, por um lado, o Programa PROSAMIM se apoia na retirada das famílias das áreas de intervenção justificando o fator inundação como ponto de segurança populacional, por outro, contradiz-se, ao criar solos em áreas onde anteriormente havia igarapés e não retirar em sua totalidade a população que nelas habita, somente modificando a área na sua forma tipológica de moradias e drenando os cursos d'água. Essa será a abordagem que faremos no terceiro Capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 3

IMPACTOS DO PROSAMIM

3.1 A urbanização espacial (des)igual para todos e seus impactos

A Manaus dos tempos da borracha se molda para a modernidade, transforma sua paisagem, busca pela civilidade, sugere mudanças culturais na lei, nas práticas e nos costumes, objetiva projetar novas formas de habitação.

As casas feitas de barro com cobertura de palha, que representavam as habitações da população pobre da região Amazônica, foram proibidas pelo primeiro Código de Posturas do Município de 1872, e a proibição foi mantida pelo Código de Posturas de 1890, no qual se ressaltava a determinação da demolição da casa, caso o infrator desobedecesse a lei (DIAS, 1995). No Código de Posturas de 1910, as construções desse gênero de casa foram permitidas somente na periferia, determinando que eram

[...] permitidas construções desse gênero de casa nos arrabaldes, desde que o morador construa um muro na altura que ultrapasse o telhado da casa sob pena de multa ou demolição. (DIAS, 1995, p. 67)

As determinações se baseavam nas posturas da elite sobre a visão da tipologia da habitação da população pobre, definindo o que de fato deveria ser a nova tipologia nos moldes arquitetônicos modernos da habitação que prezava a separação de cômodos, obedecendo a ditames sanitários na periferia urbana ou no perímetro da cidade, já se tornava uma inovação imposta pela vida moderna; até o uso de vestimentas francesas ou afrancesadas era prova do refinado “bom gosto”, de requinte, roupas consideradas comuns ou em sintonia com a estética popular comprovava a rudeza e primitivismo de seu consumidor (SANTOS JUNIOR 2007).

Para a Manaus da *Belle Époque*, o belo e o rústico eram adjetivos mutáveis ao gosto das elites manauaras, que filtravam da Europa o seu referencial, deixando para traz o referencial significativo da tapera, das estradas de barro, do teto de palha, do homem como elemento que interage com a natureza e não o que a domina (SANTOS JUNIOR, 2007).

As interferências da modernidade afetaram de maneira significativa o cotidiano da cidade, as modificações nas habitações são reflexos sentidos e percebidos na

Implementação de padrões inovadores de edificação e arruamento possibilitaram a abertura e pavimentação de ruas, terrenos terraplenados, igarapés aterrados ou mudados de curso, a cidade desprende-se das beiras dos rios rumo ao interior da terra-firma, incorporando as áreas de mata ao quadriculado do novo traçado urbano. Marcava-se no espaço o início de um novo tempo permeado de signos de poder, da vitória do homem sobre a natureza, da civilidade do urbano sobre a incivilidade da selva. (SANTOS JUNIOR, 2007, p.14)

As transformações imprimidas à Manaus da *Belle Époque* foram impactantes para o período, pois não atendiam às necessidades estruturais urbanas e sim à estética da ostentação da elite, inspirada em cidades europeias para edificar e consolidar a “Paris dos Trópicos”. Para concretizar esses fatos, a prática ontológica promovida pelas instituições modernizadoras trouxe reformulações à vida social, impactando questões existenciais fundamentais.

A dinâmica da modernidade representou a domesticação da “fera” natural, ou seja, o predomínio do homem sobre a natureza. Conforme Médici (1983), “o homem, um ‘ativo’ destruidor, ao utilizar-se dos recursos da ‘passiva’ natureza, acabaria por violá-la e degradá-la, como um rapaz ‘proveitador’ ao violar uma virgem indefesa” (MÉDICI, 1983, p. 09). Nesse sentido, a cidade moderna criou leis que se adequavam à sua peculiar forma de produção e reprodução do espaço.

Essas instituições modernizadoras, modeladoras e reguladoras dentro dessa produção de espaço continuam segregando a pobreza, fragmentando e produzindo novas paisagens no espaço nos mesmos moldes do passado, quando, conforme já citado anteriormente, a legalidade impede o “feio” e instaura o “belo”. As habitações ribeirinhas das margens dos igarapés não aceitas dentro desse conceito legal de “belo”, não são desapropriadas das margens e sim, redefinidas conforme seu padrão legal de estética.

Esse padrão gera uma crise, que, por sua vez, gera confrontos, principalmente no que concerne à habitação, e os reflexos desses confrontos são visíveis na cidade contemporânea. As moradias que se aglomeram nas margens dos igarapés são o significado de que a tentativa legal de refrear as ocupações das margens dos igarapés, por parte das instituições modeladoras, não atingem seus desejos e objetivos legais. Dentro dessa visão, tomamos como exemplo o nosso objeto de pesquisa – PROSAMIM – que, ao se deparar com as aglomerações que se apropriavam das margens dos igarapés, não toma a postura de refrear a

ocupação e sim reconfigura os espaços ocupados, conforme seu padrão estético, como vemos nas figuras abaixo, onde temos a ocupação da margem do Igarapé Manaus antes e depois da intervenção do PROSAMIM, conforme figura 2.



Figura 2 – Igarapé Manaus: condições de moradia e pontes de madeira que interligam as palafitas, antes e depois da intervenção do PROSAMIM.
Fonte: UGPI (2003-2007)

Dentro desse contexto, a paisagem se altera como um objeto transformado no tempo e no espaço. Após o período da produção da borracha, que alimentava os sonhos de enriquecimento da elite, o processo migratório estagnou-se em função da crise econômica promovida pela decadência do produto gomífero. Manaus passava por um processo de perda econômica intensa, e só a partir das décadas de 60 e 70 do século passado houve um impulso de desenvolvimento urbano, com a implantação do projeto Zona Franca de Manaus, baseada na criação de uma área de livre comércio de importação, exportação e incentivos fiscais especiais, cujo objetivo se firmava no lema “Integrar para não entregar”, estabelecendo diversas indústrias, atraindo milhares de pessoas de áreas rurais do Amazonas, de cidades vizinhas, de outros Estados do norte e de outras regiões do país (ROCHA SILVA 2010).

Conforme o *site* oficial do IBGE, na década de 80, a população de Manaus era de 655 mil habitantes, com crescimento populacional de 8% ao ano, tendo como vetor de crescimento o desenvolvimento das indústrias, em função da implantação do polo industrial, caracterizado por um comércio de produtos de alto consumo. Na década de 90, o crescimento era de 6% ao ano, com uma população de 1.100.000 habitantes.

A Zona Franca de Manaus formou um novo quadro na paisagem urbana, sobretudo, nas margens dos igarapés em decorrência do intenso processo

migratório ocorrido em função desse advento, destacando o contingente populacional intenso que a cidade recebeu durante a consolidação da Zona Franca de Manaus, o que representou um salto de 200 mil habitantes em 1967 para mais 1.646.602 em 2007, de acordo com o *site* oficial do IBGE (2008).

O processo migratório decorrente do Polo Industrial de Manaus (PIM) determinou grandes transformações na paisagem de Manaus nos aspectos urbanísticos, arquitetônicos e ambientais, visto que o grande contingente de pessoas vindas de toda a parte do país passou a ocupar, não só as margens dos igarapés, mas também as áreas periféricas da cidade.

Essas pessoas,

Sem áreas suficientes e sem política de assentamentos, os imigrantes ocuparam terras impróprias para fixar sua moradia, levantando seus casebres em lixeiras, leitos de igarapés que cortam a cidade, causando danos irreparáveis nestes ambientes. (FIGUEIREDO, 2002, p. 109)

Após a primeira década da implantação da Zona Franca, Manaus já se encontrava como um caos urbano, com aumento de bairros superpopulosos e sem estruturas sociais adequadas, carente de segurança, escolas, serviço de saúde e de saneamento básico para atender a população mais carente (FIGUEIREDO 2002).

Se por um lado a Zona Franca trouxe os problemas acima citados, por outro, fez prosperar uma pequena elite comercial e política, além de tecnocratas a serviço do grande capital, confirmando o que Engels e Marx discutem em 1848, no *Manifesto do Partido Comunista*, ao afirmarem que,

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política. (ENGELS & MARX 1998 p.70)

A ocupação crescente e desordenada do solo e a periferização da população de pobres é o reflexo do processo de modernização, que segregou os trabalhadores de baixa renda e os conduziu, de maneira obrigatória, a habitar em áreas vulneráveis da cidade, principalmente, nos leitos dos igarapés, onde a concentração de resíduos e a degradação ambiental são visíveis. As mudanças da malha tornam-se aparentes e demonstram o crescimento populacional e as

alterações significativas no traçado urbano, na morfologia e nas tipologias das habitações (OLIVEIRA, 2003).

A forma desordenada de crescimento da cidade, até o início dos anos 2000, ocorreu sem que houvesse um planejamento urbano por parte das políticas públicas e não contemplou de fato a igualdade do espaço para todos; pois criou alternativas mais preocupadas com a estética da cidade do que com a qualidade de vida dos cidadãos e a qualidade do meio ambiente em que vivem. Para que isso acontecesse, seria necessário conhecer e compreender as questões habitacionais e socioambientais urbanas.

A partir de 2003, a problemática da reforma urbana passou a ser ponto de preocupação por parte do Governo Federal, que criou o Ministério das Cidades, com o intuito de melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários (*site* oficial do Ministério das Cidades). Mesmo com a criação desse Ministério, ainda há uma distância considerável entre a retórica e o alcance das políticas públicas.

Apoiado no objetivo do Ministério das Cidades, em 2005 o Governo do Estado do Amazonas criou o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), o qual tem em suas bases e diretrizes fundamentais na resolução da problemática acima citada.

O PROSAMIM foi criado pelo Governo do Estado em coordenação com o Governo Municipal em 14 de abril de 2005, por meio da Lei-Delegada n.º 02, em uma ampla gama de ações e intervenções para resolver os problemas sociais e ambientais dos igarapés de Manaus.

O objetivo do Programa é:

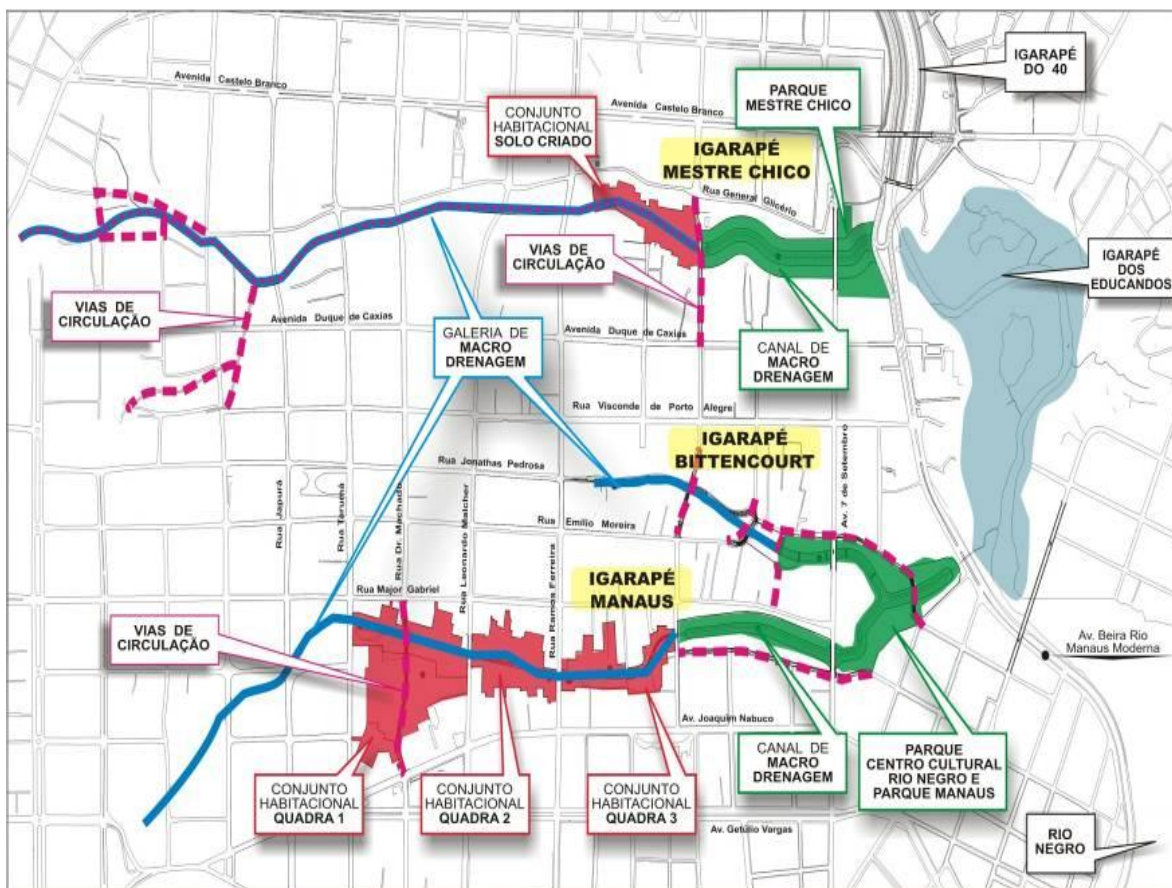
Contribuir para soluções da problemática Ambiental, Social e Urbanística que afetam a população, visando às condições de saúde nas áreas de intervenção através da reabilitação e/ou implantação dos sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas e de resíduo sólidos, recuperação das áreas ambientais, melhoria das condições de habitação da população, regularização das propriedades de uso do solo e implantação de áreas de lazer. (Relatório Oficial da UGPI, 2005)

Vale ressaltar que o PROSAMIM foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), que destinou R\$ 140 milhões, ou seja, 70% dos custos, e R\$ 40 milhões foram recursos do Governo do Estado do Amazonas apenas para a

primeira fase do Programa (Relatório Oficial da UGPI, 2005). Em 29 de julho de 2005, por meio da Lei-Delegada n.º 57, foi criada a Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM (UGPI), responsável pelas estratégias de intervenção nas áreas de afetação do Programa, cuja atuação está baseada em quatro pilares²³ fundamentais, sendo dois de caráter corretivo e dois de caráter preventivo.

As áreas de intervenções do Programa PROSAMIN, conforme indica o mapa 4, abrangem duas Bacias Hidrográficas da cidade de Manaus, Bacia Educandos-Quarenta e Bacia do São Raimundo. Segundo dados do UGPI, o Governo do Estado do Amazonas intensificou os estudos em torno da Bacia Hidrográfica do Educandos e identificou a densidade populacional e a degradação ambiental ocorrida ao longo de décadas nesse trecho. Detectou que o crescimento populacional das áreas aumentou em função da acessibilidade a serviços, comércio, transporte coletivo, trabalho e escola, pontos principais justificados pelas famílias que ocupam as margens desses igarapés, resultando daí mudanças significativas da malha urbana.

²³ 1) As obras de macro e microdrenagem para regular o impacto das chuvas intensas e as enchentes do Rio Negro; 2) O reassentamento da população que ocupa os igarapés em terrenos aptos para usos residenciais dotados de serviços básicos; 3) Construção de avenidas e parques nas áreas mais vulneráveis e nas invasões ilegais para prevenir sua ocupação; 4) A ampliação da oferta de solo equipado para uso residencial barato com maior controle e vigilância de ocupação e uso da terra segundo as disposições do Plano Diretor.



Mapa 4 – Áreas de intervenção das obras
 Fonte: UGPI, 2008.

Apesar da implantação do Programa ter iniciado em 2005, as margens dos igarapés ainda continuam com sua ocupação dentro da malha urbana, considerando que as intervenções do PROSAMIM não desapropriaram essas margens, ao contrário, o Programa aterrou alguns igarapés, reduziu outros e construiu novas unidades habitacionais, as quais substituíram as casas palafíticas do passado nas mesmas áreas de intervenção por habitações nos moldes atuais, inseridos pelo Programa. Portanto, o que mudou foi somente a tipologia das habitações, as áreas ocupadas continuam as mesmas.

A urbanização dessas áreas pode até ter “melhorado as condições de vida” dessa população, mas deveria ter considerado a totalidade ambiental na qual os indivíduos estão inseridos, pois, de nada adianta construir conjuntos habitacionais inadequados às condições ambientais do lugar, muito menos canalizar os leitos dos igarapés sem o devido tratamento de esgoto.

Ao contrário, o Programa criou um sistema de macro e microdrenagens²⁴,

²⁴ É o termo empregado na designação das instalações destinadas a escoar o excesso de águas pluviais, seja em rodovias, na zona rural ou na malha urbana.

que, provavelmente, em função de sua execução, não garantirá o impedimento de uma futura inundação, pois os efeitos da urbanização na resposta hidrológica das bacias em função das ações de desmatamento, substituição de cobertura vegetal, instalação de redes de drenagem artificial e a ocupação das áreas de inundação, podem criar consequências futuras, tais como: impermeabilização das superfícies, redução de tempo de concentração e aumento de escoamento superficial, conforme demonstra a figura 4 abaixo:



Figura 3 – Execução de macrodrenagem para criação de solo para implantação de um conjunto habitacional do PROSAMIM.

Fonte: UGPI, 2006

O esquema abaixo demonstra a execução inadequada e a adequada dos sistemas de macrodrenagem. Na primeira forma não existe a triangulação chamada “boca de lobo” no fundo da galeria, que garante um melhor escoamento da água da chuva. Já a segunda forma, em que há essa triangulação, garante um melhor escoamento das águas da chuva e, em casos de enchentes urbanas, os resultados são mais positivos. Como observado na imagem acima e confrontado com o esquema abaixo, o PROSAMIM optou por executar o sistema de macrodrenagem de maneira incorreta. Tal maneira permite o acúmulo de resíduos sólidos, o que pode

causar o entupimento dos esgotos e, conseqüentemente, a inundação do local.

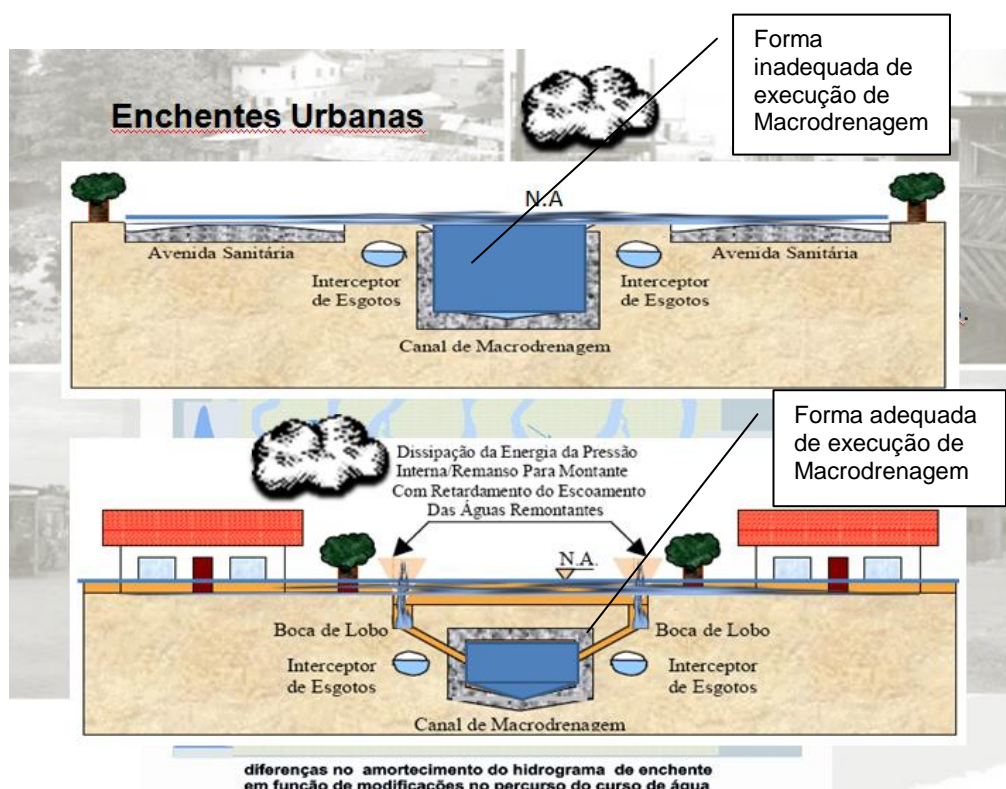


Figura 4 – Esquema de macrodrenagem para criação de solo
Fonte: TUCCI, 2003

Vale questionar que a execução inadequada na urbanização efetivada pelo PROSAMIM, no momento da velocidade da água dos igarapés, poderá ampliar a possibilidade de cheias nos períodos chuvosos e até mesmo nas cheias sazonais típicas da região. Esses sistemas afetam a circulação de esgoto nas residências, que tem por nome microdrenagem, pois leva os resíduos dos esgotos canalizados das habitações que estão interligadas às galerias da macrodrenagem.

Segundo a Unidade de Gerenciamento, o PROSAMIM visa à recuperação ambiental e à requalificação urbanística dos igarapés. E tem por objetivo uma série de ações com a finalidade de promover a recuperação ambiental das áreas das bacias dos igarapés de Manaus. Porém, o que se nota são os aterros de igarapés para uso de espaço do solo criado na construção de unidades habitacionais e drenagem dos igarapés a céu aberto de forma canalizadora para construção de mais unidades habitacionais no mesmo local.

Ainda segundo a UGPI, o PROSAMIM visa à implantação de programas de saneamento básico, desassoreamento e a utilização racional do uso do solo às

margens dos igarapés, visando à manutenção natural e à melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas envolvidas; buscando instituir um padrão de desenvolvimento socialmente integrado e um processo de crescimento econômico ambientalmente sustentável (UGPI, 2007).

Mas, contradizendo seus objetivos, o Programa assoreou os igarapés, não utilizou de forma racional o solo e concretizou parcialmente o programa de saneamento básico e, o que é mais preocupante, a manutenção natural não ocorreu, já que as áreas não foram de fato desapropriadas de maneira permanente, a desapropriação ocorreu somente de forma parcial.

No entanto, como a sociedade pode absorver tais mudanças no cenário paisagístico da cidade, se ocorreram somente de maneira estética, e não de fato como deveria ocorrer, ou seja, de modo realmente transformador dentro dos aspectos ambientais e urbanísticos no que tange mais a uma decisão política do que uma política pública que, infelizmente, visa não o bem-estar social, mas apenas o apelo político.

Segundo Maria das Graças Rua (1998), a política pública consiste

No conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a dos bens públicos [...] uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha entre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, e expressa- em maior ou menor grau- uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública [...] As políticas públicas são “públicas”- e não privadas ou apenas coletivas. Sua dimensão “pública” é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. (RUA, 1998, p. 232)

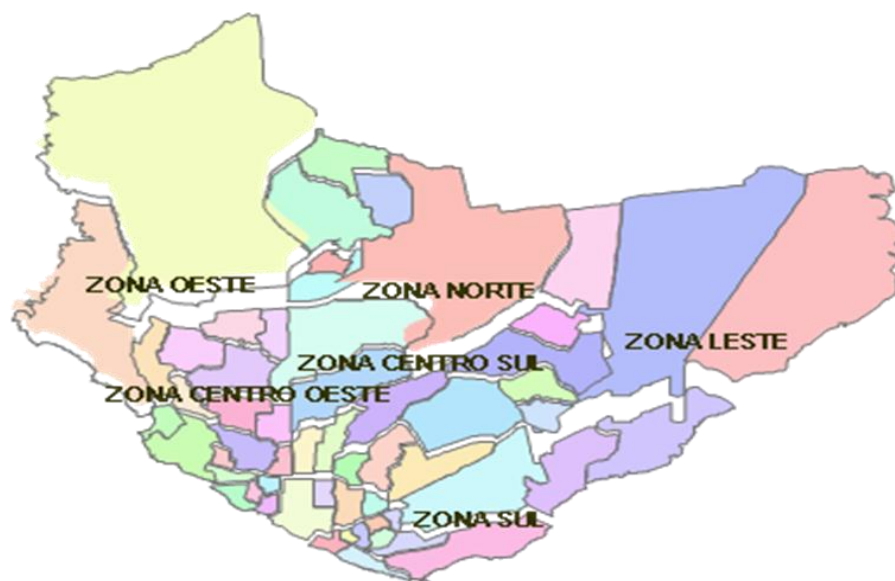
Corroborando com Rua (1998), Oliveira (2007) argumenta que:

Numa região como a Amazônia o papel do Estado é relevante como indutor e mediador de conflitos. As ações do Estado deveriam buscar as condições da urbanidade, o que significa articular as políticas públicas, visando remir os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só como funcionalidade da produção e da circulação, mas como lugar das pessoas (OLIVEIRA, 2007, p. 181).

O crescimento populacional nas áreas de intervenção continuam; não desaceleraram. Assim como foi dito anteriormente, as leis continuam se aplicando

mais de maneira estética do que de maneira legal e incisiva, uma vez que o uso da imagem embelezadora da cidade pelas políticas públicas é uma prática que se popularizou na sociedade, diluindo-se perante o caráter propagandístico e eleitoral dos administradores públicos (MESQUITA, 2009, p. 194).

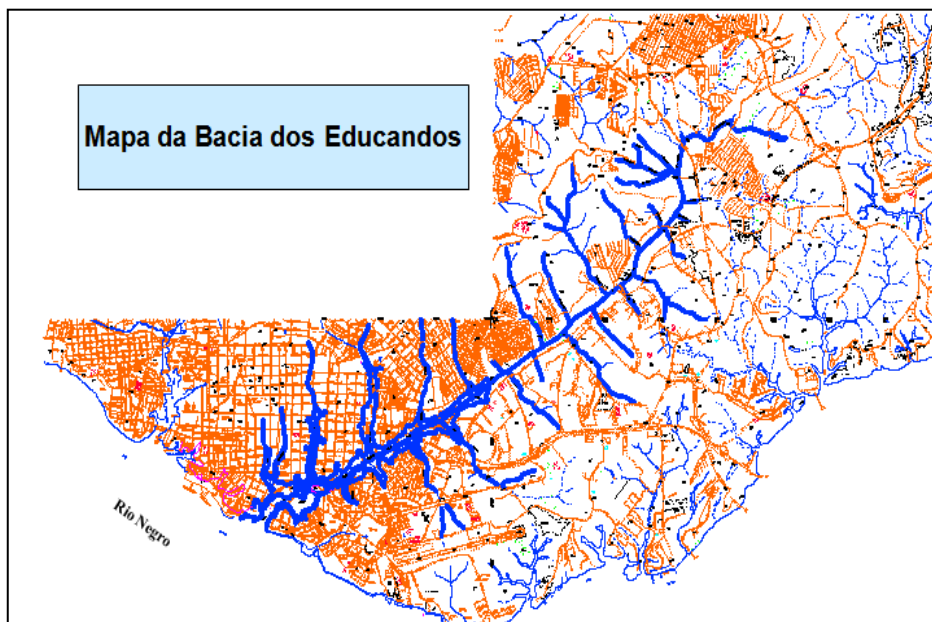
As áreas entrecortadas por igarapés, identificadas pelo Programa como as mais afetadas pelo desenvolvimento populacional, sofreram degradação devido a sua ocupação desordenada e, em razão disso, trouxeram para dentro da urbe vários pontos negativos. As áreas nas quais esta pesquisa se fundamenta foram “contempladas” pela (re)estruturação urbana que o PROSAMIM abrangeu. Os dados mostram 56 unidades/bairros formados dentro da malha que compõem as zonas Sul, Centro Sul, Oeste, Centro Oeste, Leste e Norte, conforme mapa 5.



Mapa 5 – Mapeamento das zonas da cidade de Manaus.
Fonte: Prefeitura Municipal de Manaus

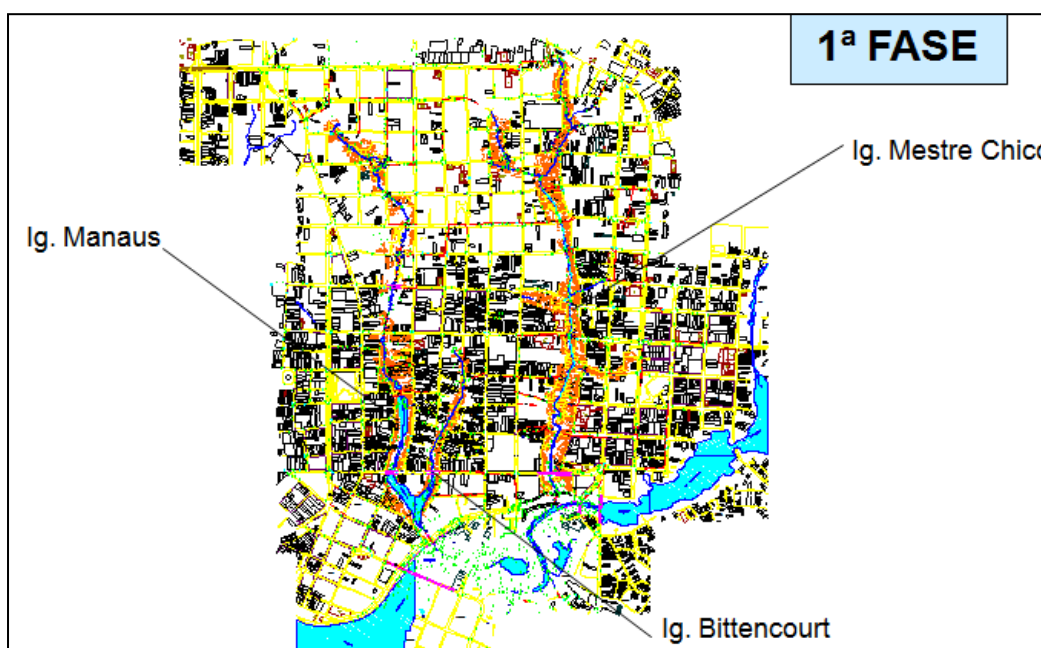
Porém, a área de estudo da pesquisa compreende a primeira fase do Programa. Assim, em sua primeira etapa, o Programa atingirá os seguintes igarapés: do Quarenta, Cachoeirinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, que fazem parte da bacia do Educandos.

As construções dessas áreas identificadas, segundo informações da UGPI, para a primeira fase do Programa compreendem unidades habitacionais e está localizada dentro da base geográfica da Bacia dos Educandos, conforme mostra o mapa 6, abaixo.



Mapa 6 – Bacia dos Educandos
Fonte: UGPI (2003)

A localização das áreas de intervenção se deu em função da priorização da Bacia do Educandos (UGPI, 2006), identificada como uma das mais densamente ocupadas e localizada abaixo da maior cota de inundação do Rio Negro (30m). Outro fator relevante é a maior ocorrência de endemias de fonte hídrica causadas pelo lançamento de resíduos sólidos e esgotos domésticos e industriais *in natura*.



Mapa 7 – Áreas de intervenção do PROSAMIM
Fonte: UGPI (2003)

A Bacia dos Educandos compreende os bairros da Cachoeirinha, dos Educandos, Centro, Praça 14 e Distrito Industrial. A Bacia dos Educandos tem por delimitação a confluência do Igarapé da Cachoeirinha com o Igarapé do Quarenta, seguindo por este até o Igarapé do Mestre Chico.

O bairro da Cachoeirinha foi projetado, em 1892, por iniciativa do governador Eduardo Ribeiro. Visava aumentar a frota de bondes e reestruturar os serviços de saneamento, abrindo assim novas áreas para expandir o perímetro urbano da cidade. Nessa época, o Bairro era ligado ao Centro de Manaus por uma ponte de madeira denominada pelos moradores de Itacoatiara. O encarregado de realizar o projeto foi o engenheiro Antônio Joaquim de Oliveira Campos, que elaborou um plano-piloto em uma área de 1.574.448 m² conhecida, então, como Cachoeirinha de Manaus (segundo a Prefeitura Municipal de Manaus).

A origem do nome se deve a um caudaloso igarapé que, na vazante, formava uma forte corredeira e servia para o lazer dos poucos habitantes da área e para as lavadeiras realizarem seus ofícios. As águas do igarapé circundavam toda a extensão do novo bairro. Para viabilizar a chegada da linha de bonde até o Bairro, o governador Eduardo Ribeiro decidiu construir a ponte metálica situada na entrada sul da Cachoeirinha. Supervisionada pelo engenheiro Frank Hirst Hebblethwait, a construção deu-se no período de 1892 a 1895. A ponte possui todas as peças importadas da Inglaterra (*site Portal Amazônia*).

Nesse período, Manaus crescia com uma arquitetura totalmente europeia. Como ilustração tem-se o Mercado Adolfo Lisboa, as casas construídas com fachadas e calçamentos e as primeiras praças, totalmente em estilo inglês. A Ponte da Cachoeirinha ainda recebeu outros nomes: Terceira Ponte, Ponte Metálica, Ponte da Cachoeirinha e Benjamin Constant, seu nome oficial. É mais um monumento histórico do governo de Eduardo Ribeiro. Das pontes metálicas existentes em Manaus, é a mais imponente. Em 1901, de acordo com registro no Álbum do Amazonas, já no governo de Silvério Nery, a paisagem dominante no Bairro era formada por bosques aprazíveis, com frondosas árvores e várias clareiras (*site Portal Amazônia*).

A expansão do perímetro urbano da cidade transformou o Bairro em passagem e ponto obrigatório dos serviços de bonde. Isso fez com que o governo estadual arrendasse, em forma de contrato, esses serviços para o engenheiro

Antônio de Lavandeyra, que deveria ser responsável pela exploração durante o prazo de setenta anos. No dia 9 de julho de 1918, o contrato sofreu alterações, ou seja, foram transferidos os serviços de eletricidade que movimentavam os bondes na capital para a Usina Central de Manaus, conhecida por *The Manaus Tramways and Light Co. Ltd*, com firma no Bairro de Aparecida.

Dentro do processo de urbanização da Cachoeirinha, foi construída a Praça Benjamin Constant, onde atualmente funciona a empresa Amazonas Energia. Em frente havia um grande barracão de madeira, o qual abrigou a primeira feira do bairro, conhecido como Mercadinho da Cachoeirinha. Recebeu uma estrutura melhor na administração de Ephigênio Ferreira Salles. No mesmo local, funcionou também o Grupo Escolar Guerreiro Antony, em homenagem ao coronel Antonio Guerreiro Antony. Em 1927 foi instalada no local a Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas, com cursos de desenho, oficinas de alfaiataria, marcenaria, tipografia entre outros. Em 1942 a Escola de Artífices se muda para novas instalações e passa a ser chamada de Liceu Industrial de Manaus, antiga Escola Técnica Federal do Amazonas e atual Instituto Federal do Amazonas (IFAM) (CORRÊA, 1969).

O Igarapé da Cachoeirinha foi o ponto principal focado pelo Programa PROSAMIM. A degradação e a ocupação em suas margens e leitos transformaram toda a paisagem da cidade. As áreas de intervenção desse igarapé formam um recorte significativo dentro da malha urbana. A poluição conforme mostra figura 5, torna o mesmo totalmente insalubre à cidade e à sociedade. A recuperação e a reestruturação dessa área tornam-se impossíveis de se protelar, já que a população já sofre, principalmente com endemias.



Figura 5 – Leito do igarapé do Cachoeirinha
Fonte: UGPI (2003)

Outra área de abrangência da primeira fase do Programa é a que compreende o Igarapé do Quarenta, conforme mostra figura 6, localizado no bairro do Distrito Industrial II. Iniciou-se sua história com a Lei n.º 3.173, de 06 de junho de 1957, que colocou no papel um projeto há muito esperado pelo empresariado da Região Norte. Sob o governo de Danilo Duarte de Matos Areosa, o projeto de Porto Livre de Manaus visava integrar a Amazônia à economia nacional (*site Portal Amazônia*).

Outros benefícios foram pensados pelos empresários e políticos locais, como a ocupação da área e a própria defesa do território nacional. A perspectiva de geração de emprego e renda em uma região considerada periférica no contexto geoeconômico do nosso país foi o principal argumento dos defensores do projeto. Mais tarde, por meio do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, houve um impulso de desenvolvimento na Região, baseado na criação de uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais (PONTES FILHO, 2000).

O Bairro do Distrito Industrial vai se concretizar com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), compreendida pelos polos econômicos agropecuário, comercial e industrial. O polo industrial, considerado a sua maior sustentação, foi

estrategicamente instalado na periferia da cidade, longe dos possíveis riscos ambientais que as indústrias poderiam causar à população. De acordo com Silvio Puga, economista e docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o projeto foi inserido na chamada “Operação Amazônica”, que em 1966 reordenava os planos de intervenção federal nas esferas política, econômica e institucional. É possível estabelecer três distintas fases para o processo de implementação do modelo Zona Franca, institucionalizado na região amazônica (*site* Portal Amazônia).

A primeira fase do projeto ocorreu entre os anos de 1967 a 1976, segundo dados fornecidos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Depois do lançamento da pedra fundamental, em 30 de setembro de 1968, em sessão solene, com a presença do governador Danilo Areosa e o superintendente da recém-criada Suframa, Floriano Pacheco, houve um intenso fluxo do turismo interno, impulsionado pela oferta de artigos importados. A cidade ofuscada pela perda da borracha renasceu com um comércio de importados e um polo industrial onde se concentraram centenas de fábricas. Com a ZFM, a capital voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico, com a população passando de 200.000 habitantes ainda na década de 60 (PONTES FILHO, 2000).

Dando início à segunda fase, a industrial, aconteceu a instalação da primeira fábrica com os incentivos fiscais oferecidos pela Suframa, a Beta S/A, que, embora localizada na Avenida Recife, no Bairro de Adrianópolis, serviu como polo de atração para novos empreendimentos, agora instalados no complexo do Distrito Industrial.



Figura 6 – Vista aérea do Igarapé do Quarenta
Fonte: UGPI (2003)

Outra área de importante abrangência dessa primeira fase é a do Bairro do Educandos, que compreende parte da área central da cidade. Historicamente, no ano de 1928, membros da Sociedade Sportiva Beneficente de Constantinópolis abriram, com equipamentos rudimentares e recursos próprios, a estrada de Constantinópolis, hoje Av. Leopoldo Peres, saindo da Baixa da Égua até a Boca do Emboca, antiga entrada do atual Bairro de Santa Luzia. Enquanto abriam a estrada, os membros da sociedade reivindicavam a construção de uma ponte ligando o novo bairro à cidade de Manaus. Eles foram atendidos nesse mesmo ano, com a inauguração da Ponte Ephigênio Sales, pelo governo do Estado, na presença de autoridades locais e dirigentes da Sociedade Beneficente (CORRÊA, 1969).

No ano seguinte, em 1929, a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque causou estragos também no Bairro do Educandos. Sob a égide de uma grande depressão econômica, que atingiu o mundo todo, Manaus sentiu o golpe mortal na já cambaleada economia local, em frangalhos devido ao declínio do período áureo da borracha. Como resultado, as prósperas famílias que moravam no Bairro deixaram suas propriedades e foram em busca de novas oportunidades em outros centros urbanos. Segundo Cláudio Amazonas²⁵, poucas residências dessa época

²⁵ Entrevista concedida ao *site* da Prefeitura Municipal de Manaus. Claudio Rezende Amazonas, escritor e historiador amazonense, membro da Academia de Letras e Artes de Parnapoã do Rio de Janeiro; fundou o

sobreviveram até os dias de hoje. “Essas casas eram típicas do Educandos”, lembra o historiador (*Site da Prefeitura Municipal de Manaus*).

Durante esse período, o Educandos, assim como toda a cidade de Manaus, viveu um período de letargia econômica, social e urbana, que se estendeu até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1946. Nesse período, o Bairro passou a receber grande número de “soldados da borracha”, agora órfãos da ajuda governamental depois do fim dos conflitos. Cláudio Amazonas faz um adendo para explicar que cerca de 100.000 nordestinos vieram à Amazônia a fim de dar cumprimento ao compromisso brasileiro de suprir as necessidades de látex dos Aliados, depois que os seringais do leste asiático caíram nas mãos dos japoneses (*site Portal Amazônia*).

Ao final da Guerra, os nordestinos se estabeleceram em um barracão localizado nas proximidades do aeroporto Ponta Pelada, mas muitos deles passaram a residir na estrada de Constantinópolis e abriram pequenos comércios de onde tiravam sua sobrevivência. A presença dessas pessoas passa a ser tão forte que a estrada muda de nome, sendo conhecida a partir de então por estrada dos Arigós.

A chegada dos nordestinos fez aflorar o preconceito das famílias antigas do Bairro contra os novos moradores, considerados brutos demais para viver na sociedade da época. “Não podia se esperar muito de pessoas que tinham saído do sertão diretamente para a floresta”, esclarece Cláudio Amazonas, confirmando a existência de um verdadeiro *apharteid* no Bairro, que impedia os antigos soldados da borracha de visitar a parte “aristocrática” do Educandos, sem correr o risco de agressão física (*site Portal Amazônia*).

Depois, o Bairro passou a receber outros moradores: as prostitutas do Centro de Manaus. Elas começaram a ser expulsas da área do Cabaré Chinelo, como consequência de uma determinação do interventor João Nogueira da Mata, ainda em janeiro de 1947, para atender ao clamor das famílias residentes naquelas redondezas. Essa determinação deixou de ser cumprida naquela ocasião e tinha como alternativa inicial o Bairro de Cachoeirinha. O interventor decidiu transferir o problema para o governo recém-eleito, que seria empossado em 12 de maio daquele ano. Leopoldo Amorim da Silva Neves governou até 1º de julho de 1950,

sem tocar no assunto, que retornou à baila tão logo Álvaro Maia assumiu o governo, em 31 de janeiro de 1951. Essa política tinha como objetivo levar as “damas da noite” para as áreas ermas da cidade.

Em face dos indignados protestos dos moradores de Cachoeirinha, essas damas vão se radicar na Vila Mamão, em Petrópolis e na estrada dos Arigós, em Educandos; juntas aos nordestinos, formaram uma das ruas mais “barra-pesada” de Manaus, frequentada por malandros, gigolôs e qualquer frequentador da zona do meretrício. Essa situação perdurou até o advento da Zona Franca de Manaus, que, segundo Cláudio Amazonas, chegou para revolucionar os costumes locais, pois muitos pais de famílias foram tirados dos cabarés e passaram a ficar mais em casa, em frente à televisão. A partir de 1971, conta o historiador, muitos dos bares instalados na Leopoldo Peres foram vendidos, trocaram de freguesia e se transformaram em lojas (*site Portal Amazônia*).

Em 1976, na administração do prefeito Jorge Teixeira, o Bairro recebeu asfalto e outras melhorias urbanas, assim, tornou-se um forte centro comercial, o que é até hoje. O Educandos está localizado na Zona Sul de Manaus, tendo como limites os bairros de Santa Luzia e Colônia de Oliveira Machado, o Igarapé do Educandos e o Rio Negro. Está ligado à Cachoeirinha pelas pontes Ephigênio Sales e Juscelino Kubistchek e ao Centro da cidade pela Ponte Padre Antônio Plácido. O bairro também é conhecido carinhosamente por “Cidade Alta” (*site Portal Amazônia*).



Figura 7 – Igarapé do Mestre Chico: foz do igarapé
Fonte: UGPI (2003)

As áreas que compreendem os Igarapés do Mestre Chico (figuras 7 e 8), Bittencourt (figura 9) e Igarapé de Manaus (figura 10) localizam-se na área central da cidade, onde tal histórico data desde a origem da cidade. Podemos visualizar as alterações dessa paisagem que perdurou ao longo de um século até a manifestação decisiva do poder público do Estado através da implantação do PROSAMIM, para “resolução” de tais problemáticas.

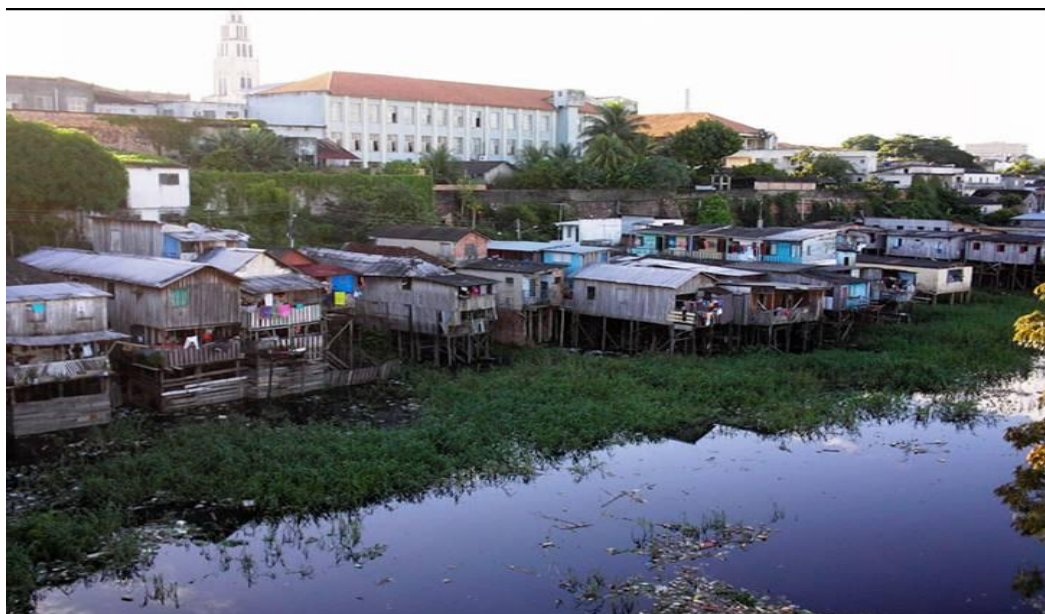


Figura 8 – Igarapé do Mestre Chico: condições de moradia
Fonte: UGPI (2003)



Figura 9 – Igarapé Bittencourt: trechos do leito e condições de moradia
Fonte: UGPI (2003)



Figura 10 – Igarapé Manaus: trecho do igarapé com palafitas em situação de risco
Fonte: UGPI (2003)

Porém, tais formas de resolução do problema por parte do poder público implicaram em aterro de alguns trechos desses igarapés, em contradição ao Programa, que tem como base a recuperação, infraestrutura urbana socioeconômica e ambiental das áreas de abrangência, que são demonstradas nas figuras acima.

Nesse contexto, fazemos referência ao que o governador Antonio Ribeiro

Bittencourt em 1909 já citava em relação aos aterros de igarapés, traduzido por Mesquita (2009, p. 166):

[...] que, em seu entender, despojaram a capital de seus acidentes naturais, tirando-lhe um de seus encantos, e classificou o aterro dos mesmos como infeliz ideia, por acreditar que se fossem convenientemente drenados fariam de Manaus, não só a linda princesa do Rio Negro, mas ainda uma Veneza mais poética.

Um século após tal citação, o deputado Bosco Saraiva concorda com o pensamento de Bittencourt ao defender a drenagem em detrimento do aterro dos igarapés.

[...] no início dos anos 70, com a implantação do Distrito Industrial, das fábricas, iniciou-se um rápido processo de degradação do Igarapé do Quarenta, resultando na favelização e no apodrecimento das águas. Os demais igarapés que compõe a Bacia do Educandos sejam eles o Mestre Chico, o Igarapé de Manaus e Bittencourt, não tiveram destinos diferentes. Seguiram exatamente o curso de apodrecimento e de perda [...] O Deputado ainda faz uma severa crítica ao Governo, quando cita que o mesmo recebeu do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) quinhentos milhões de dólares para limpar as águas dos igarapés e não cumpriu o objetivo até agora. (JORNAL A CRÍTICA, 23/02/2010).

Nesse sentido, os objetivos do PROSAMIM em relação à recuperação dos igarapés não foram atingidos, uma vez que identificamos os aterros de alguns e o estreitamento de outros. O fato de ter reassentado a população na mesma área de igarapés também contribuiu para que os mesmos continuem sendo lugar para o acúmulo de resíduos, visto que a população não modificou os seus hábitos, e que não há o acompanhamento do PROSAMIM de forma mais incisiva no que tange ao hábito da população em jogar detritos nas águas dos rios, conforme visto na figura 11.



Figura 11 – Presença de lixo no leito do igrapé após a intervenção do PROSAMIM
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2010

A perspectiva de um espaço (des)igual para todos na “nova” estruturação urbana que transforma consideravelmente a paisagem de Manaus, promovida pelo PROSAMIM, nos faz refletir sobre o que de fato consideramos quando citamos esse termo (des)igual.

Em várias áreas da cidade de Manaus, o reflexo da desigualdade é profundamente expressivo, uma vez que vivemos em um espaço fragmentado de intensa luta social e as políticas públicas se colocam na posição de convencer a sociedade de que uma mudança estética na paisagem ou com minúsculos parques urbanos (se considerarmos um censo com mais de 2 milhões de habitantes) são formas de igualdade social e representação de melhoria da qualidade de vida. Esse tema é muito mais relevante e abrangente do que de fato propomos nesta pesquisa, porém, o que já foi posto demonstra, de fato, que tais atos desencadeados pelas políticas públicas não podem ser considerados solução para uma sociedade igualitária.

3.2 Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do PROSAMIM

O intenso crescimento da população urbana após a implantação da Zona

Franca de Manaus, como dito anteriormente, ampliou o quadro degradativo da paisagem da cidade. Tais mudanças aumentaram os aglomerados urbanos e os problemas de caráter arquitetônico e urbanístico tornaram-se expressivos; as alterações para resolução desses problemas passaram a exigir uma solução, tanto paisagística quanto social. Fernandes & Portela (*apud* MACIEL, 2003) afirmam que

A busca de soluções para os problemas ocasionados a partir da ocupação desordenada do território depende da articulação das diretrizes do saneamento básico, gestão de resíduos, controle ambiental, recuperação de áreas naturais e urbanas, estruturação da paisagem e fiscalização. Visando, desta forma, resgatar a importância plástica e funcional dos elementos fixadores da paisagem, a possibilidade de uso qualificado dos espaços públicos, a qualidade de via e a autoestima coletiva. (MACIEL, 2003, p. 56).

Nesse contexto, a arquitetura e o urbanismo são categorias de fundamental importância para a resolução da produção do espaço dentro das cidades; é através delas que se organizam e criam-se novas possibilidades para a sociedade e modificam-se constantemente sua paisagem. As políticas públicas invariavelmente as utilizavam para a metamorfose da paisagem urbana. Cada mudança é sentida e percebida de maneira positiva ou negativa por seus indivíduos, logo, ambas não se desassociam e sim, se completam, precisando necessariamente compreender as necessidades da cidade para se desenvolver, não somente como técnica objetiva, mas também, com a sensibilidade subjetiva. Para isso, dialogamos com Dias (1999), ao se referir que,

O urbanismo é ao mesmo tempo uma técnica de organização do espaço e uma estratégia política. A mais singela ou ingênua intervenção urbana encerra uma intenção política e social, pois influi na vida do cidadão, no seu cotidiano, lazer e trabalho. Influi, enfim, nas relações sociais, na sociabilidade de cada pessoa. (DIAS, 1999)

Em Manaus, o problema habitacional tornou-se uma questão complexa, e desenvolver uma política pública para tratar essa questão torna-se prioridade, considerando o que a Agenda Habitar (1999) define como uma moradia digna: deve estar ligada às redes de infraestrutura, localizada em áreas com equipamentos sociais básicos, possuir instalações sanitárias adequadas e ter as garantias mínimas de conforto ambiental e habitabilidade.

As garantias mínimas de habitabilidade na cidade de Manaus não modificaram muito nos últimos sessenta anos, visto que a paisagem contemplada na figura 12 abaixo, nesse espaço/tempo, confirmam a citação que Oliveira (2003) faz

ao se referir à morfologia urbana:

A produção da moradia nos ajuda a compreender a paisagem que, sem abandonar toda a riqueza da morfologia urbana, expressa a aparência da cidade, tornando-se um fator importante no tecido urbano e no conteúdo demográfico da cidade. (OLIVEIRA, 2003, p. 77)



Figura 12 – Tipos de moradias de Manaus na década de 50
Fonte: Site jmartinsrocha.blogspot.com

A paisagem vista na figura 13 abaixo, mostra a arbitrariedade da falta de infraestrutura, vista nas casas mal-construídas, nos barracos de madeira, a desordem e a incoerência, afinal, as famílias ali instaladas reclamam seus direitos dentro da cidade, não proclamando seus deveres junto à sociedade, pois os danos financeiros sem arrecadação fiscal que essas localizações causam para a coletividade com aumento de impostos em função da estruturação de áreas degradadas moral/social/urbanística e arquitetonicamente, são expressivos.



Figura 13 – Tipos de moradias em Manaus na primeira década do século XXI.
Fonte: UGPI (2003)

A exemplo disso, a busca pela moradia se intensificou de tal maneira, que habitar nos leitos dos igarapés se tornava uma forma de moradia barata e, em alguns casos, com excelentes localizações, como era o caso do Igarapé de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, localizados na zona central da cidade.

Apesar das ocupações indevidas e desordenadas, os habitantes dessas áreas reclamam por soluções, pois, além da degradação na paisagem urbana, a degradação do espaço causa uma enorme insegurança, insalubridade, proliferação endêmica em função da quantidade de resíduos jogados nos igarapés, comprometendo seriamente o traçado urbano e as formas de habitar.

Considerando a problemática da habitação da cidade de Manaus e ressaltando o valor da Arquitetura e do Urbanismo nesse processo de “resolução” iminente, o poder público intervém nessas áreas, através do Programa PROSAMIM, retirando as habitações palafíticas e construindo edificações de três andares, utilizando materiais como tijolos cerâmicos, telhas de amianto, com esquadrias que não permitem uma circulação adequada do ar dentro da habitação (pois a posição da abertura de janelas não favorece a circulação de ar dentro da casa), pontos estes que deveriam ser considerados de extrema importância, já que Manaus está situada em uma região de intenso calor, conforme demonstra a figura 14 abaixo.



Figura 14 – Tipologia das habitações do PROSAMIM, implantados no Parque Residencial Manaus
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2010

Considerar as habitações anteriores à intervenção do PROSAMIM como sendo salutar para o homem seria algo inapropriado, afinal, dentro da palavra “morar” e “habitar” pode existir uma diferença, segundo a qual o morar consiste em habitar e o habitar consiste em ocupar o espaço²⁶.

No que tange à arquitetura das habitações, segundo informações dos documentos oficiais da UGPI (2009) sobre o projeto das unidades habitacionais, estas se dispõem em casas sobrepostas, que possuem cerca de 56 m², distribuídos em forma de sala, quarto, copa/cozinha, banheiro e área de serviço. Algumas tipologias em modelo duplex, outras em blocos com habitações de um pavimento com térreo, primeiro e segundo piso.

Referindo-nos à habitação, podemos refletir sobre os aspectos urbanísticos de uma cidade, aprimorando dentro do que seria um conceito da arquitetura moderna (conforme citado no Capítulo II) que prioriza o homem como ponto principal para o pensar e desenvolver a cidade e a habitação (LE CORBUSIER, 1984).

De acordo com a arquitetura funcionalista, a habitação deve ser projetada conforme as necessidades, singularidades e subjetividades humanas. Isso nos faz pensar na arquitetura dessa nova habitação como um grande impacto produzido no

²⁶ Dicionário Aurélio *On Line*.

sujeito. É somente a arquitetura responsável por esse impacto de sensações? Ou ela faz parte de um conjunto de mudanças absorvidas por este mesmo sujeito? Sim, ela faz parte desse conjunto de mudanças baseadas no espaço heterogêneo apresentado. Esses espaços são arquitetonicamente produzidos em grande escala, dentro de um contexto urbanizado.

É essa a abordagem subjetiva na arquitetura, por meio da qual os sujeitos deveriam ser considerados na construção desse espaço. É o que de fato faltou na produção da habitação do PROSAMIM, já que a mesma faz parte de um complexo de produção em série (como indica a figura 15), conforme afirma Le Corbusier (2009).



Figura 15 – Imagens do Parque residencial Prof. José Jefferson Carpinteiro Peres localizado no antigo Igarapé de Manaus depois do solo criado pela intervenção para construção de unidades habitacionais, que representam a produção em série afirmada por Le Corbusier (2009)

Fonte: UGPI, 2010.

Sobre essa produção, a autora Ludmila de Lima Brandão cita em seu diálogo com outros teóricos no escrito chamado *A casa Subjetiva*, que nos apresenta o pensar sobre a arquitetura em caráter exploratório, fazendo uma abordagem sobre os espaços domésticos como lugares de encontro e indistinção entre matéria e subjetividade, nessa singularidade hipotética no campo das ideias, da combinação de elementos, citamos:

Ao mesmo tempo, uma outra hipótese ia se configurando: a de que somos também “produzidos” pelo espaço. Em especial, por esse espaço mais próximo que chamamos de espaço – doméstico (todo mundo, de alguma forma, chega a construir um). Se por um lado a “casa” é resultado dessa combinação de elementos tão díspares entre si, nos quais nós, seus “produtores”, estamos incluídos, por sua vez (ou nossa), somos impensáveis sem as casas que nos acolhem, nos co-produziram e seguem a seu modo, engendrando-nos. (BRANDÃO, 2008, p. 16)

A autora também completa seu pensamento com a citação de uma afirmação de Guattari, sobre o “funcionamento da arquitetura como máquina produtora de subjetividade, vem fortalecer o que também ainda era remoto aqui” (BRANDÃO 2008, p. 16). Continuando o pensamento da autora sobre formulações produzidas nesse espaço dando ênfase a paisagem de maneira possível ou como ela mesma cita “*desejável*” começando a se desenhar, completamos que:

[...] dizer de uma casa aquilo que encontramos além (ou aquém) de suas configurações espaciais visíveis, mas também a compõem, com a mesma importância. Flagrar esse espaço-casa emergindo, em sua singularidade, de uma conjunção ímpar de elementos heterogêneos. (BRANDÃO, 2008, p. 16)

Dentro desse flagrar, a autora também capta a sensibilidade subjetiva produzida:

Flagrar subjetividade sendo produzida nesse acontecimento doméstico específico. Flagra-se o que é como um raio, visível num espaço-tempo mínimo, tal é sua velocidade. Nem é preciso dizer da potência disso, que poderia passar por efêmero. (BRANDÃO, 2008, p. 16).

Dentro desses aspectos abordados, podemos ainda caracterizar esse espaço mencionado ou mensurado como parte viva desse contexto, experimentando sensações que certamente teríamos, não somente no imaginário, mas principalmente no cotidiano, dando vida ao espaço lembrado, o remetendo ao espaço vivido dentro dessa produção:

Seja do cotidiano da casa viva: da banalidade do cruzamento de gente, de coisas, de bichos, de histórias reais e imaginárias (se, a essa altura, é possível a distinção); seja do extemporâneo que acomete como um raio: o que pode ser, e fazer ser *um chuveiro*, num mundo feito de rios, córregos, lagoas e quiçá, bacias de banho? (BRANDÃO, 2008, p. 16)

Ao refletir sobre essa “produção do espaço”, podemos mensurar as mudanças, principalmente quando tratamos de espaço/tempo/habitação, pois ao prendermos-nos em conceitos, perdemos a subjetividade, e ao perdermos essa subjetividade entendemos que podemos passar para a produção do espaço. Se nos prendermos no campo do espaço habitado, podemos analisar essa produção como produção em série, onde o sujeito se fascina com o primeiro olhar do espaço habitado produzido por outro, experimentando novas sensações.

O significado mais preciso para refletir essa produção em grande escala é dada por Brandão (2008), quando argumenta que:

A economia dimensional retira a potência da experiência corporal e cria um mundo para homens sem corpo, inventa paisagens que só existem para os olhos. Supremacia do pensamento e da visão (modernidade?). (BRANDÃO, 2008, p. 20)

Essa analogia nos faz pensar, ou melhor dizendo, lembrar a produção de casas em série na França nas primeiras décadas do século XX, e assim voltamos a falar de problemas do período industrial e pós-industrial na Europa já citados em outros capítulos. Mas não podemos falar da problemática habitacional sem fazermos uma comparação e um diálogo com esses períodos, afinal, às vezes, temos a sensação de que estamos vivendo as soluções europeias do início do século passado, configurando a nossa paisagem nesse século, não estamos fazendo voltas textuais, mas sim, uma comparação muito semelhante daquele período. Portanto como referir-se à produção acima citada e não compará-la às casas em série produzidas por Le Corbusier na França, marcando o início do modernismo na arquitetura.

A ideia da “fabricação” (penso ser o nome mais adequado já que estamos falando de produção), das casas em série, surge como um Programa na França do início do século XX, tendo por finalidade a construção de habitações de baixo custo e rápidas. Se fizermos uma comparação atemporal de ambos os conceitos de Programa, podemos afirmar que a habitação criada ou construída para “homens sem corpo” neste tempo presente é a mesma que compões o “estado de espírito inexistente” de um tempo passado.

A série está baseada sobre a análise e a experimentação
A grande indústria deve se ocupar da construção e estabelecer em série os elementos da casa.

É preciso criar o estado de espírito da série.
O estado de espírito de construir casas em série.
O estado de espírito de residir em casas em série.
O estado de espírito de conceber casas em série.
Se arrancarmos do coração e do espírito os conceitos imóveis da casa e se encarmos a questão, de um ponto de vista crítico e objetivo, chegaremos à casa-instrumento, casa em série, sadia (e moralmente também) e bela pela estética dos instrumentos de trabalho que acompanham nossa existência.
Bela também com toda animação que o sentido artista pode conferir a estes órgãos estritos e puros. (LE CORBUSIER, 1887-1965, p. 159).

Mas, se analisarmos esse contexto exposto, ora como diferenciação, ora como comparação, as habitações do Programa, objeto deste estudo e pesquisa, nos faz afirmar a semelhança entre dois tempos em função da já tantas vezes citada “problemática da habitação”.

A arquitetura ganha ares de capital, ou para melhor expressarmos, a arquitetura do capitalismo, moldada e conjecturada sobre esses padrões “novos” ou não, mas, a verdade dos fatos é que a arquitetura em série produzida na França do século passado ainda permeia o pensamento da arquitetura atual. Mas, será que podemos encontrar dentro desse difuso, mas também claro jogo de semelhanças, as afirmações desse diálogo de autores sobre seus respectivos tempos?

Acredito que a produção em série do século passado, criada para atingir a necessidade de habitação resultada de um movimento, onde o Programa sugeria a construção de alojamentos²⁷, não se poderia tardar essa medida, era algo urgente para uma época tecnologicamente tão avançada, se fazia necessário substituir as paredes de pedra natural de até 1 m de espessura por formas mais finas feitas em fundição.

Os recursos arquiteturais do período criavam novos procedimentos de construção, fazendo valer o tema já tantas vezes citado neste capítulo, o da produção, mas uma produção em série. Porém, há algo singular dentro desse processo antigo e atual que nos chama atenção. A arquitetura assume de fato o seu papel; é dentro desses princípios aqui abordados que podemos afirmar e, por que não, confirmar que a produção da casa em série demonstra ou mostra um valor moral, um laço comum entre ricos e pobres, a decência de habitar.

²⁷ Fazendo referência ao Programa de habitação na França em 1915 para a construção de 500.000 alojamentos baratos e rápidos. Essa foi uma das formas de amenizar o problema habitacional causado pela implantação das fábricas nas cidades, que gerou um contingente humano muito grande.

Em relação à Arquitetura produzida no PROSAMIM, desconsidera-se uma outra categoria abordada anteriormente nessa pesquisa, a da Arquitetura Orgânica defendida por Wright (*apud* ZEVI, 2000) que prioriza a integração do homem à natureza na projeção do espaço.

A falta de integração da habitação com a natureza é visível, uma vez que se considera, de certo modo, a arquitetura funcional, desenvolvida para o homem, ao mesmo tempo, despreza o organismo vivo natural. No PROSAMIM, a implantação de solos para a produção de habitações aniquilou o natural e objetivou o artificial, modificando a paisagem característica da região; dando lugar a uma paisagem antrópica e confusa, como mostra a figura 16 abaixo.



Figura 16 – Conjunto Habitacional Jefferson Perez – PROSAMIM, paisagem artificial produzida pelas ações do Programa.

Fonte: Acervo da pesquisadora, 2010.

Ainda dentro desses aspectos, a intervenção ambiental se tornou também um dos fatores primordiais na problemática que se refere ao meio ambiente. As intervenções do Programa, segundo informações coletadas na Andrade Gutierrez (2010) – empresa executora das obras do PROSAMIM –, o corpo técnico executor não possui um engenheiro ambiental e/ou florestal, responsável por analisar os impactos ambientais ocorridos durante a execução do Programa. Esse profissional faz parte apenas do corpo gerencial da UGPI.

De acordo com a legislação brasileira, Resolução CONAMA n.º 001/1986,

considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, venham a afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais. (Resolução CONAMA n.º 001/1986)

Durante a implantação do PROSAMIM, o meio ambiente foi modificado pelo trabalho dos equipamentos de terraplanagem, pelo estabelecimento de equipamentos temporários e estradas vicinais. Para os habitantes locais, a qualidade de vida foi degradada pela produção de poeira, ruídos e incômodos sociais. Após a implementação do PROSAMIM, grama e árvores foram plantadas e estradas foram pavimentadas, mas não há dúvida de que um novo meio ambiente foi criado como consequência do trabalho e a paisagem urbana foi artificialmente produzida.

A influência que o homem exerce sobre ela (a cidade) por meio das características temporais assumidas por ele, dissipa, ou dão outro significado para esses espaços; antes entendidos ou definidos como espaços naturais, são reconfigurados pelo homem e se desnaturalizam, fazendo da cidade o que Mesquita (2009) menciona apenas como “traços de um processo mental da compreensão do seu espaço e de seu tempo”.

Portanto, o homem modifica esse cenário de maneira inóspita, processando sua mudança diante da sociedade e nessa morfologia dialética, o que sobram são fragmentos do passado e uma reconstrução de um processo materializado e concreto do espaço habitado e vivido contemporâneo. A arquitetura novamente toma rumos adequados, ou não, dentro desse processo, o que em outro momento, citamos como “produção”.

No que tange à habitação, em Manaus, a quantidade exerce lugar de destaque sobre a qualidade, e essa quantidade gera uma hostilidade sobre a arquitetura, afinal, a arquitetura é convocada a resolver os problemas relacionados às habitações causadas pelo contingente humano, formando bairros ou partes da cidade, o que, ao primeiro olhar, tenta refrear o angustiante e irrefreável processo de reestruturação da cidade e da malha urbana, na tentativa de não se perder de sua função e sentidos futuros, da concentração das massas mais e mais imponente, o que torna quase impossível as experiências individuais e coletivas de seus

habitantes, entrando em uma narrativa entre urbanismo e arquitetura como função salvadora dentro dessa analogia biológica.

A preocupação sobre as “cidades do amanhã” fez com que a arquitetura moderna esquadrinhasse a cidade, transformando-a em um conjunto de quadrados habitados, dando lugar às vias de acesso em seus divisores. Dentro desse contexto, os espaços públicos de uso comum foram redimensionados dando lugar dentro desse esquadrinhamento à parques, jardins e aparatos sociais que a sociedade necessitava. Mostrando uma significativa diferença entre cidade e campo, onde o segundo cria referência sobre o primeiro, afinal o sujeito não tem autonomia sobre esse espaço e sim sujeição:

[...] a sociedade contemporânea se apresenta muitas vezes permeada, pelo menos parcialmente, por comportamentos que não parecem ser expressão de uma irreduzível autonomia do sujeito, mas sim sujeição a estereótipos, preconceitos e retóricas neles incluídos a tradição propostos e promovidos por grandes grupos de interesse e aceitos passiva e acriticamente. (SECCHI, 2009, p. 243).

O sujeito é condicionado a aceitar as mudanças impostas por grupos dominadores no processo urbanístico da cidade, e esses novos atores tendem a decidir de que forma as mudanças ocorrerão nos espaços coletivos como áreas de lazer e parques públicos. Diferentemente da “casa”, a subjetividade é colocada de lado dando espaço para a objetividade, onde se consideram outros fatores para essa produção de espaço, relacionados à formatação de espaços públicos no cumprimento, ou na tentativa de resgatar o espaço natural, para que o sujeito possa referenciar-se ao que um dia foi chamado de espaço natural.

Para isso citamos Secchi (2009), ao fazer uma abordagem precisa sobre a separação entre campo e cidade moderna, tendo como parâmetro o mesmo problema atual, o da higienização, e condições físicas da população urbana, para isso o autor cita que:

É difusa a idéia de que o urbanismo e a arquitetura do século vinte sejam fundamentalmente hostis à natureza; que o movimento moderno em particular, tenha determinado um divórcio entre natureza e arquitetura, que o século, concentrado nos problemas da habitação e dos equipamentos públicos, tenha se ocupado pouco de parques e jardins; que no melhor dos casos se ocupou unicamente sobre o ponto de vista quantitativo. (SECCHI, 2009, p. 194)

Nessa difusão de ideias a que o autor se refere, nos colocamos na

condição não de hostilidade e, sim, de defesa com relação aos espaços naturais. Para isso, usamos o ator de todas as transformações exercidas sobre o espaço, “o homem”. Não podemos imputar total responsabilidade à arquitetura e ao urbanismo por ações provocadas pelo homem. Afinal, não são essas duas categorias responsáveis pelo caos. Ao contrário, são responsáveis pela reestruturação, reordenação e requalificação dos espaços habitados e integrados individual ou coletivamente pelo homem.

A arquitetura é convocada para a difícil tarefa de renaturalizar o que já está há muito desnaturalizado. Mas, como devolver à natureza na sociedade contemporânea espaços agredidos pelo homem de forma tão violenta? O homem tratou de forma desumana os espaços naturais. Nesse sentido, entendemos que essa ação se deu pelo capital, que não se preocupou com a educação para o sujeito, ao contrário, criou uma utopia de riquezas e oportunidades onde não caberia a esse sujeito preocupar-se com o em torno em que vivia. Portanto, a responsabilidade recai sobre o Estado, que constantemente é cobrado pela sociedade.

Os espaços públicos de lazer coletivos foram alterados pelo Programa, aniquilando da paisagem, do cotidiano e do passado a representação de lazer voltado a balneários (MOTA, 2008). Os equipamentos urbanos tomam forma dentro dessa nova configuração de espaço. Para isso, refletimos sobre o que Argan (*apud* Mesquita 2009, p.38) diz sobre pintar uma paisagem natural, “um espaço complementar do próprio espaço urbano. O espaço também é um objeto que pode possuir e que é possuído”.

Mesquita (2009, p.38) sintetiza que, “a cidade era aquilo que os homens elevavam, com a razão e com a técnica acima do solo”. Os espaços públicos também seguem a mesma regra. As figuras 17,18 e 19, abaixo são exemplos da paisagem transformada do natural para o artificial (SANTOS, 2008) dentro de padrões mais estéticos funcionalistas do que orgânicos.



Figura 17 – Vista aérea do parque Senador Jefferson Peres antes e depois da intervenção do PROSAMIM, a modificação da paisagem natural pela transformação em espaço artificial.
Fonte: UGPI, 2009-2010.



Figura 18 – Imagens do mobiliário urbano do Parque Senador Jefferson Peres depois da intervenção.
Fonte: UGPI



Figura 19 – Passagem inferior São João e Anti-Mary no bairro da Cachoeirinha antes e depois da intervenção.
Fonte: UGPI, 2009-2010.



Figura 20 – Ponte Benjamin Constant que liga o centro da cidade ao bairro da Cachoeirinha antes e depois da intervenção do PROSAMIM.
Fonte: UGPI, 2009-2010



Figura 22 – Vista aérea do igarapé antes e depois da intervenção e da construção de unidades habitacionais.
Fonte: UGPI, 2009-2010

Confrontando as imagens da paisagem (figuras 20, 21 e 22) antes natural e agora, totalmente artificial, vimos que as intervenções poderiam ser feitas de maneira a preservar o ambiente natural. O assentamento das habitações continuou visando somente à mudança estética da paisagem. Sobre isso, Oliveira (2003) entende que,

Vendo a cidade agora, é possível estabelecer com mais precisão o que permaneceu e o que desapareceu, nem sempre deixando marcas na paisagem [...] Isso quer dizer que em pouco mais de uma geração se construíram e destruíram coisas nem sempre belas, mas referenciais da cidade. Por isso, Manaus parece uma construção inacabada, onde cada geração pode construir um pouco, quase sempre destruindo o que já se construiu (OLIVEIRA, 2003, p. 163;165)

Segundo a UGPI (2009), as ações para o reassentamento e deslocamento da população das áreas de intervenção, envolvendo desapropriação de imóveis,

deslocamento de população e atividade econômica devem contar com um plano específico para reposição de moradias, remanejamento e inclusão social. Essas normas e condutas são estabelecidas pelo o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), para o financiamento dentre o qual estabelece que reassentamento, relocação e atividades econômicas deveram ser classificadas em:

1. **Bônus-moradia** – consiste em permuta para a família na condição de possuidora do imóvel com um valor atualizado específico de R\$ 24.456,48. Segundo o UGPI, essa é a alternativa mais democrática, as famílias têm a liberdade de escolher os imóveis e o local de moradia dentro da malha urbana, desde que se enquadrem no valor da bonificação e que não possua débitos junto às concessionárias, fornecedores de água e energia e bem como o está em dias com o IPTU.
2. **Indenização** – permuta em dinheiro da moradia, imóvel ou atividade econômica conforme valor de mercado, dentro das condutas estabelecidas nos planos e ações.
3. **Concessão de moradia em conjuntos habitacionais** – os beneficiados com essa modalidade são os moradores das áreas de intervenção na condição de inquilinos ou com moradia cedida por proprietário, a concessão dar-se-á sob a forma de uso de uma residência nos conjuntos habitacionais João Paulo II e Nova Cidade.
4. **Concessão em unidades habitacionais** – Consiste em unidade habitacional cedida para uso na condição de proprietário de imóvel de valor referente à R\$ 24.456,48, essas unidades habitacionais são construídas em solo criado ou nas proximidades das áreas de abrangência do programa.

Dentro dessas classificações adotadas pelo Programa do Governo do Estado, devemos colocar em questão algumas observações feitas durante o processo de pesquisa. A primeira, que tomamos como base, é se o valor especificado para bônus moradia ou valor de imóvel dentro das condições acima citadas faz com que se pese a relação de valoração de imóvel na cidade de Manaus em áreas que não representem risco ou insegurança, levantando a hipótese que o valor destinado é baixo para uma habitação regularizada em áreas valorizadas no

perímetro urbano.

Outro ponto levantado é o fato de que o bônus-moradia não garante a resolução da problemática habitacional, os beneficiários recebem em cheques para descontar em agências bancárias; não garantido o uso da verba para a compra do imóvel, causando com isso um possível problema futuro para malha urbana e para a sociedade, já que a família desapropriada que recebe esse bônus, que deveria ser destinado a um objetivo, não dá garantias da compra do imóvel, podendo, portanto, permanecer sem moradia e com uma provável possibilidade de habitar desordenadamente e ilegalmente em outras áreas da cidade.

Dentro desse último aspecto, o Programa não tem um resultado final dessa ação, não garantindo o uso devido desse benefício. Segundo abordagem feita na UGPI, em relação ao bônus-moradia, ficou caracterizado que esse é um dos pontos negativos na estruturação dessa ação e, conforme a assessoria de comunicação do gerenciador do Programa, esse ponto está sendo reestruturado para gerar um controle sobre esse item.

Com os aspectos abordados, podemos considerar que os impactos, dentro de uma visão crítica, ocorreram de forma negativa na paisagem da cidade de Manaus, já que os objetivos do PROSAMIM não foram de fato alcançados, visto que, no âmbito arquitetônico, urbanístico e ambiental, as ações do Programa somente “mascaram” uma problemática e não iniciam uma solução definitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Manaus passou e passa por intensas transformações na sua paisagem, principalmente no que concerne às áreas de igarapés, as quais sofreram e sofrem constantes ações antrópicas. Buscando sintetizar a ideologia das nações europeias, bem como sua estética urbana, comprova-se a diferença da paisagem das construções locais.

Tudo isso, fruto de uma falta de política urbana que dote a cidade de uma urbanização que incluía as pessoas nas diversas camadas sociais. A urbanização, assim, privilegiou uma classe social e deixou uma grande parte da população sem opção ou alternativa de moradia. Essas pessoas habitaram os cursos dos rios da cidade, começando a construir casas dentro dos padrões esteticamente não condizentes com as moradias dignas. Lama, lixo, mal-cheiro são cenas sempre presentes nessas paisagens dos igarapés da cidade.

À medida que a cidade se expande, frequentemente ocorrem impactos com o aumento da produção de sedimentos pelas alterações ambientais das superfícies e produção de resíduos sólidos, deterioração da qualidade da água pelo uso nas atividades cotidianas, e lançamento de lixo, esgoto e águas pluviais nos corpos receptores. O crescimento populacional, a conseqüente expansão territorial urbana e a ampliação do sistema de produção e consumo industrial têm contribuído para agravar as condições de habitabilidade, sobretudo da paisagem urbana.

Tais problemáticas têm atingido a cidade de Manaus desde a sua origem, passando por seus tempos áureos, sua industrialização, com a criação da Zona Franca de Manaus, até a contemporaneidade. Durante todos esses períodos históricos, as políticas públicas urbanas não resolveram o problema da habitação, principalmente daquelas pessoas que “decidiram” morar ou habitar à beira dos igarapés que entrecortam a cidade.

Recentemente, foi criado pela política urbana, um Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, que causou e causa uma visível mudança na paisagem da cidade; essa pesquisa buscou, de forma crítica, refletir sobre os impactos urbanísticos e arquitetônicos causados por esse Programa na paisagem da cidade de Manaus, principalmente nas áreas de intervenção da primeira fase do Programa, que abrange a Bacia Educandos-Quarenta.

Se a finalidade do Programa é a recuperação ambiental nas áreas de

igarapés e remanejamento das famílias nessas áreas que por décadas foram poluídas pela ação humana, realmente não se concebe o fato da permanência das famílias no mesmo local. O que mudou de fato? Mudou a característica tipológica da habitação, mas, para alguns, a localidade continua sendo a mesma.

As políticas públicas maquam a problemática ambiental, já que mantêm os assentamentos urbanos nas mesmas localidades de igarapés. O que seria viável? Devolver o natural danificado pelo homem para a natureza, para que no futuro não venhamos a sofrer essas consequências, mas o que observamos é o predomínio humano sobre a paisagem natural, conforme Santos (2008), “a paisagem artificial é a paisagem modificada pelo homem, alterada e transformada de sua forma natural”. Não se observa a recuperação ambiental desses igarapés, o que se vê é a intervenção de um espaço antes ainda natural se transformando definitivamente em artificial dentro da paisagem de Manaus.

A transformação significativa ocorrida na implantação do Programa PROSAMIM sobre a paisagem deixa claros os impactos negativos percebidos na paisagem, na arquitetura e no urbanismo, afinal, como afirma Santos (1982), o espaço é acumulação desigual de tempos, concebendo os espaços como heranças. E se analisarmos no campo da arquitetura, as heranças do espaço dos atores envolvidos nesse processo se dissipou com as transformações ocorridas na arquitetura “produzida”.

Na discussão sobre essa arquitetura “produzida”, mostramos a subjetividade cedendo lugar à objetividade, onde as memórias e representações do indivíduo são retiradas dele no momento em que a produção sobre o espaço acontece. Afinal, se disséssemos que tudo o que é produzido na arquitetura do PROSAMIM, mesmo nos moldes da arquitetura moderna é funcional e subjetivo, estaríamos sendo falaciosos, pois essa arquitetura produzida não considera de fato as sensações e desejos do sujeito na construção desse espaço e, sim, o que vale é a produção em série desse mesmo espaço.

Sobre essa produção, concordamos com Brandão (2008), quando afirma que “somos produzidos pelo espaço”. A autora cita que “se por um lado a ‘casa’ é resultado da combinação de elementos tão dispares entre si, nos quais nós, seus ‘produtores’, estamos incluídos”, por outro, “somos impensáveis sem as casas que nos acolhem”.

A funcionalidade na arquitetura tornou-se objeto de desejo e, com a

produção dessas habitações, esse campo da subjetividade entra na ideia de “fabricação” que citamos no último capítulo, afinal “fabricam-se” habitações em série em lugares que deveriam se reproduzir o ambiente natural. É confuso conceber as habitações produzidas em série pelo Programa PROSAMIM em espaços de solos criados, que eram igarapés, o que subjetivamente para muitos indivíduos traz recordações de um passado que fica na memória, transformando-se de fato em traços de um processo mental, reflexos de um espaço/tempo vivido (MESQUITA 2009).

Podemos perceber que as casas produzidas pelo Programa não condizem com as necessidades climáticas de Manaus, afinal, como já abordamos no último capítulo da pesquisa, os materiais utilizados nessa produção não são os mais adequados, tendo em vista que o nosso clima é peculiar. A nosso ver, continuamos com aparência de outros lugares, ou melhor, continuamos tentando ter a imagem de outra cidade, outra cultura; afinal, nesta pesquisa, já apresentamos a *Paris dos Trópicos*, a *Veneza das Selvas*, a *Manaus dos Ingleses*, e as construções dessas habitações, as casas do PROSAMIM. Quando de fato pareceremos como a Manaus da Amazônia, que valoriza sua gente preserva seus rios, igarapés e produz habitações condizentes com o seu clima e relevo?

Dentro dessa reflexão, também fortalecemos o que já citamos sobre as áreas de intervenção do Programa, que se contradizem em seus objetivos, pois as políticas públicas criaram um Programa cujo objetivo principal estaria voltado às ocupações nas margens dos igarapés, a recuperação ambiental dos mesmos, onde as áreas eleitas decorreram em função da ocorrência de endemias de fonte hídrica causadas pelo lançamento de resíduos sólidos nas áreas, em decorrência da densidade ocupacional dessas áreas.

Se as endemias ocorriam em função da poluição emanada da ocupação, e esse fator foi um dos objetivos para criação do Programa, como podemos entender que, mantendo a população na área, mudando somente a estética da paisagem, mudará de fato esse quadro? Afinal não podemos concordar que os sistemas de macro e microdrenagem executados pelo Programa irão combater tal efeito, pois não se pode afirmar que uma recuperação ambiental ocorreu na implantação do PROSAMIM, haja vista que a população continua alocada no mesmo lugar.

No ambiente urbano, determinados impactos ambientais como a poluição do solo, da água e do ar, ocupação desordenada e crescimento de favelas nas

periferias, edificação de moradias em locais inapropriados ou áreas de preservação tais como encostas, margens de rios e mananciais precisam ser repensados e novos hábitos estimulados.

Outro ponto relevante dessa abordagem é a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da área. Pensamos que a melhoria da qualidade de vida deveria ser pensada pelas políticas públicas para a sociedade como um todo. Melhorar os aspectos paisagísticos das áreas de igarapé não reflete em melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. É muito menos construir pequenos parques em volta de córregos da água como representação e melhoria de vida. Afinal, o que de fato seria melhoria ambiental e de vida para a sociedade seria a verdadeira desapropriação das áreas de igarapés e a recuperação ambiental dos mesmos. Naturalizando os espaços desnaturalizados.

As margens dos igarapés deveriam receber em toda sua extensão, principalmente a que abrange as áreas habitacionais camadas vegetais e árvores de grande porte, pois a necessidade climática é mais enfática no que se refere a áreas verdes. A paisagem natural seria o mais coerente, entretanto, esse é um tema muito mais abrangente que se faz necessário abrir caminho para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das letras 1986.

BOLEA, Maria E.; *.Evaluación de impacto ambiental.*, Fundación MAFPRE, Madrid, 1984; iço e sentimental da, cidade do Rio Negro. Manaus: Artenova, 1969.

BOTELHO, Antônio José Lopes. *Projeto ZFM: vetor de interiorização ampliada*; Manaus: S.E.D 2001.

BENCHIMOL, Samuel. *Navegação e transporte na Amazônia*. Manaus: Edição reprográfica, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, Ludimila de Lima. *A Casa Subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BONET CORREA, Antonio. *Las Claves Del Urbanismo*. Barcelona: Ariel 1989.

CARLOS, Ana Fani. *A Natureza do Espaço Fragmentado*. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 191-197.

CORRÊA, Luiz de Miranda. *Guia de Manaus: Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1989.

DIAS, Edinea Mascarenhas, *A Ilusão do Fausto*. Manaus: Editora Valer, 1999.

_____, *A Ilusão do Fausto*. Manaus: Editora Valer, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FERRARA, Lucrecia D`Alessio. *Design Em Espaços*. 1. ed. São Paulo: Rosari, 2002.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima; FILHO, Gisálio Cerqueira e KONDER, Leandro. *Por que Marx?*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FIGUEREDO, Aguinaldo Nascimento. *História Geral do Amazonas*. 2ªed. Manaus, 2002. FILHO, Pontes. *Estudos de história do Amazonas*. Manaus: Valler, 2000.

FUJIOKA, Paulo Yassuhide. *Princípios da Arquitetura Organicista de Frank Lloyd Wright e suas influências na Arquitetura Moderna Paulista*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas à questão do comércio ambulante em termos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

HARVEY, David. *Espaço de Esperança*. São Paulo: Loyola. 2004 (Parte 4).

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

_____. *Por uma Arquitetura*. Tradução Ubirajara Rebouças. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, São Paulo. Editora Ática, 1991. (edição Galimard, 1968).

_____. *A revolução urbana*. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito a Cidade*. 4ª Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *Por amor as Cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.

LÉVY, Jacques. *L'espace legitime. Sur La dimension géographique de la fonction politique.* (1994). Tradução Jaime Tadeu Oliva. In Terra Livre, ano 1, n.17, São Paulo.

LOWY, Michael. *A Cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes.* In: Revista Margem Esquerda, Ensaios Marxistas, n.8. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MACIEL, Jussara Socorro Cury. Alternativas sustentáveis de gestão ambiental na construção civil em Manaus. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Centro de Ciências do Ambiente, 2003.

MAIA, Rosemere. *Políticas urbanas no Rio de Janeiro: Requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no mercado mundial de cidades.* In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização.* Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos.* São Paulo: Martin Claret, 2002.

MÉDICI, André Cesar. Marx e o Meio Ambiente. In KONDER, Leandro, FILHO, Gisálio Cerqueira e FIGUEIREDO, Eurico de Lima (orgs). *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1983.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *O plano de embelezamento de Eduardo Ribeiro e a refundação da cidade de Manaus: 1892-1896.* In SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, José Aldemir (orgs). *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente.* Manaus: Edua, 2009.

_____. *Manaus, História e Arquitetura (1822-1910).* 3ª Ed. Manaus: Valer, 2006.

_____. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900).* Manaus: Editora da UFAM, 2009.

MOTA, Vanderlan Santos, *Espaços Públicos de Lazer em Manaus, o papel das políticas públicas.* Manaus: Valer, 2008.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, Jose Aldemir de. *Manaus de 1920 – 1967: A cidade doce e dura em excesso.* Manaus: Editora Valer 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades, rios e floresta: raízes fincadas na cultura e na natureza*. In BRAGA, Sergio Ivan Gil (org.). *Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades*. Manaus: EDUA/FAPEAM. 2007.

PEREIRA, José Ramón Alonso. *Introdução à História da Arquitetura. Das origens ao Século XXI*. Artmed Editora S.A. São Paulo 2010.

PINTO, Renam Freitas. *A Viagem das Idéias*. Manaus: Editora Valer 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (Tomo I)*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

PONTES FILHO, Raimundo Ferreira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.

ROCHA SILVA, Jefferson Gil da. *Os canoieiros no ambiente urbano-fluvial: entre o porto da Ceasa e Careiro da Várzea*. Dissertação de Mestrado, UFAM, 2010.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. In: Maria I. V. de Carvalho (org). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo, 1998 p. 231-260.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e temp. Razão e emoção*. 2 edição. Editora Hucitec. São Paulo. 1997.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Edusp-Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro. *Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão. A Utopia da Modernidade na Cidade Disciplinar, 1890 1920*. In Revista Eletrônica Cadernos de História: publicação do corpo discente do departamento de história da Universidade Federal de Ouro Preto. Ano II, n. 01, março de 2007.

SECCHI, Bernardo. *A cidade do século vinte*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica*. 4ªEd. Itajaí: UNIVALI. 2006

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Espaço geográfico uno e múltiplo*. In Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, n. 93, 15 de julho de 2001. Barcelona, Espanha.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2000.

TUCCI, Carlos E. M. *Previsão de vazões com base na previsão climática*. Brasília: ANEEL, Agencia Nacional de Energia Elétrica, 2003.

WESTMAN, Walter E.; *Ecology, Impact Assessment and Environmental Planning*., New York, John Wiley and Sons, 1985.

WRIGHT, Frank Lloyd. *An Autobiography*. Londres:Faber & Faber, 1946._____.
The Future of Architecture. Nova York:Horizon, 1953.

ZEVI, Bruno. *Saber Ver a Arquitetura*. 3 tiragem. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2000.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. Editora Perspectiva S.A. São Paulo. 2009.

SITES CONSULTADOS

Agenda Habitat para municípios. Disponível em:
<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Agenda%20Habitat%20para%20Munic%C3%ADpios.pdf>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:
www.ibge.gov.br.

Ministério das Cidades. Disponível em: www.cidades.gov.br/.

Portal Amazônia. Disponível em: portalamazonia.globo.com.

Prefeitura de Manaus. Disponível em: www.pmm.am.gov.br.